

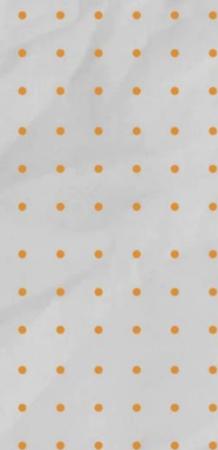
REVISTA



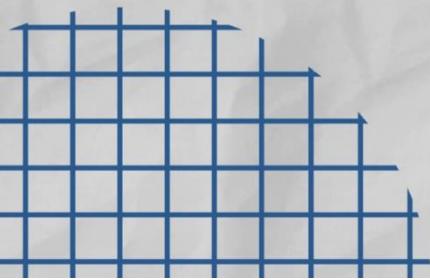
EXTENSÃO EM
AÇÃO



ISSN:2316-400X
V.21 N°01
JAN/JUN 2021



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ





REVISTA
EXTENSÃO EM
AÇÃO

EXPEDIENTE

Editoria-Chefe

Daniela Gardano Bucharles Mont'Alverne, Universidade Federal do Ceará

Editoria de Seção

Daniela Gardano Bucharles Mont'Alverne, Universidade Federal do Ceará

Aline de Oliveira Viana, Universidade Federal do Ceará

Mírian Narjara Pires Rocha, Universidade Federal do Ceará

Editores-Gerentes

Aline de Oliveira Viana, Universidade Federal do Ceará

Mírian Narjara Pires Rocha, Universidade Federal do Ceará

Conselho Editorial

Adryane Gorayeb Nogueira Caetano

Alfredo Gonçalves de Lemos Neto

Aline de Oliveira Viana

Allan Braga Cavalcante

Alysson Andrade Amorim

Andréa Silvia Walter de Aguiar

Antônio Paulo de Hollanda Cavalcante

Beatriz Gondim Matos

Bernardo Diniz Coutinho

Daniela Gardano Bucharles Mont'Alverne

Deisimer Gorczewski

Eduardo Girão Santiago

Elizabeth de Francesco Daher

Felipe Braga Albuquerque

Guilherme Diniz Irffi

Jurema Barros Dantas

Kamila Vieira de Mendonça

Lara Capelo Cavalcante

Marco Túlio Ferreira da Costa
Marcos Ronaldo Albertin
Marisete Dantas de Aquino
Mírian Narjara Pires Rocha
Nadja Glheuca da Silva Dutra Montenegro
Neide Fernandes Monteiro Veras
Pollyanna Martins Pereira
Robéria Rodrigues Lopes
Rogério Teixeira Mâsih
Ronaldo Stefanutti
Sarah Timna Rachel Borges de Senna
Walda Viana Moura
Yasmin Passos Apoliano Gomes

Editores de Textos

Alfredo Gonçalves de Lemos Neto, Universidade Federal do Ceará
Allan Braga Cavalcante, Universidade Federal do Ceará
Sarah Timna Rachel Borges de Senna, Universidade Federal do Ceará
Yasmin Passos Apoliano Gomes, Universidade Federal do Ceará

Editor de Layout

Alfredo Gonçalves de Lemos Neto, Universidade Federal do Ceará
Allan Braga Cavalcante, Universidade Federal do Ceará
Sarah Timna Rachel Borges de Senna, Universidade Federal do Ceará
Yasmin Passos Apoliano Gomes, Universidade Federal do Ceará

NOMINATA DE AVALIADORES DO 21º VOLUME, EDIÇÃO Nº 1, ANO 2021

Adriana Carla Damasceno, Universidade Federal de Campina Grande (UFMG)

Advi Catarina Barbachan Moraes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Alexandre Xavier Lima, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Ana Claudia Torres de Medeiros, Universidade Federal de Campina Grande (UFMG)

Ana Cláudia Uchôa Araújo, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

Carlos Ananias Aparecido Resende, Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)

Cássia Barreto Brandão, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Celeste Aparecida Pereira Barbosa, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Dayliz Quinto Pereira, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Diego da Silva Vargas, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Elizabeth De Francesco Daher, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Eloa Carneiro Carvalho, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Fabiane Elpídio de Sá, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Francisco Ariclene Oliveira, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Francisco Gabriel de Almeida Rêgo, Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

Grasiely Faccin Borges, Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

Lidiane Nogueira Rebouças, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Luciane Pires da Costa, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Marcelo Armijos Briones, Universidad Autónoma de los Andes (UNIANDES)

Maria Del Pilar Rodriguez Rodriguez, Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Marimeire Moraes Conceição, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Mayra Bezerra Vettorazzi, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Michelli Caroline de Camargo Barboza, Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Raphael Florindo Amori, Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Renata Heisler Neves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Ricardo José Oliveira Mouta, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Rodrigo Jacob Moreira de Freitas, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UFRN)

SUMÁRIO

COMUNICAÇÃO		
1.	MÍDIA-EDUCAÇÃO E PRÁTICAS ECOLÓGICAS: NOVAS POSSIBILIDADES DE VER E SENTIR O MEIO AMBIENTE NA ESCOLA	
	MEDIA-EDUCATION AND ECOLOGICAL PRACTICES: NEW POSSIBILITIES TO SEE AND FEEL THE ENVIRONMENT AT SCHOOL	
	SILVA, P. K.; ALVES, M.S.; ANGELO, G. A. & SOUZA, A. N.....	11-24
EDUCAÇÃO		
2.	AEDES AEGYPTI NAS ESCOLAS: AÇÕES EDUCATIVAS PARA PROMOÇÃO EM SAÚDE	
	AEDY AEGYPTI IN SCHOOLS: EDUCATIONAL ACTIONS FOR HEALTH PROMOTION	
	CORREIA, A.D. da N.1; LIMA, H. V. da S.; MACEDO, H. K.de S.; ARAÚJO, I. I. de; SILVA, L.M.F.C.; CAVALCANTI JUNIOR, G.B.; KRAMER, D.G.....	25-34
3.	ENCONTROS DIALÓGICOS SOBRE DROGAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
	DIALOGICAL MEETINGS ON DRUGS IN BASIC EDUCATION	
	ROMANINI, M.; SILVA, G. L. da; PEDROSO, D. N.; SILVA, J. C. da R. da; VARGAS, E. S. B. de & WINTER, G. da F.....	35-51
4.	FACEBOOK: EXPERIÊNCIA COM ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
	FACEBOOK: EXPERIENCE WITH ELEMENTARY SCHOOL STUDENTS	
	NUNES, A. K. F.; NOGUEIRA, A. S.; OLIVEIRA, A. V. B. de; LIMA, E. dos S. & ANDRADE, F. de O.....	52-64
MEIO AMBIENTE		
5.	INTRODUÇÃO DE PESCADO NA MERENDA ESCOLAR NO MATO GROSSO DO SUL	
	INTRODUCTION OF FISH PRODUCTS IN SCHOOL MEALS IN MATO GROSSO DO SUL	
	ALBUQUERQUE, D.M.; ROCHA, A. L. L.; HERRIG, E. de A.; CARVALHO, J. G. de O. & GOES, E. S. dos R....	65-74
SAÚDE		
6.	INTERIORIZAÇÃO DO COMBATE À HANSENÍASE E TUBERCULOSE: EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS	
	INTERIORIZATION OF THE FIGHT AGAINST LEPROSY AND TUBERCULOSIS: EXTENSIONIST EXPERIENCES	
	SOUSA, E. do N.; COSTA, C. O. da & NOGUEIRA, P. S. F.....	75-83
7.	LAPFES: POR UM ESPAÇO DE COMPREENSÃO E REINVENÇÃO DA CONDIÇÃO HUMANA	
	LAPFES: FOR A SPACE OF UNDERSTANDING AND REINVENTING HUMAN CONDITION	
	DANTAS, J. B. & LIMA FILHO, F. I.....	84-93
8.	PLANTAS MEDICINAIS: RESGATE DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL INDÍGENA TERENA	
	MEDICINAL PLANTS: RESCUE OF TERENA INDIGENOUS INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE	
	SILVA, L. B. & QUADROS, F. A. A.....	94-104
9.	PRÉ-ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA E O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
	PRE-ADOLESCENTS FROM A PUBLIC SCHOOL AND THE CONSUMPTION OF	

	ALCOHOLIC BEVERAGES: EXPERIENCE REPORT	
	SILVA JÚNIOR, M. A. da ; MARGOTTI, E.....	105-114
10.	TELENURSING PARA MONITORAMENTO DAS CONSEQUÊNCIAS DO USO DE QUIMIOTERAPIA ANTINEOPLÁSICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
	TELENURSING FOR MONITORING THE CONSEQUENCES OF THE USE OF ANTINEOPLASTIC CHEMOTHERAPY: EXPERIENCE REPORT	
	SOUZA, G. L.; COSTA, V. A.; LIMA, D. R.; LIMA, M. V.; ALENCAR, M. M. S. C. & RODRIGUES, A. B.....	115-123

EDITORIAL

O Ensino Médico durante a Pandemia da Covid-19

Caro(a) Leitor(a),

A detecção de um novo coronavírus, denominado Sars-Cov-2 (severe acute respiratory syndrome Coronavirus 2), em dezembro de 2019, na província de Wuhan, na China, e sua disseminação pelo mundo transformaram a vida de quase todos os habitantes do planeta.

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a covid-19, causada pelo Sars-Cov-2, como uma pandemia, caracterizando-a como doença de alta letalidade, bem como indicou medidas de prevenção específicas, quais sejam: distanciamento social, uso obrigatório de máscaras, higienização das mãos com soluções antissépticas e a interrupção de atividades coletivas.

Decretou-se o fechamento de diversos segmentos da sociedade, inclusive da educação superior, o que terminou por criar obstáculos para a formação médica. Sem dúvidas, o impacto da pandemia atingiu quase a totalidade de escolas médicas. Era preciso conhecer a realidade dos gestores, alunos e professores, além de participar na construção de soluções alternativas, que respeitassem as medidas mínimas de proteção contra a covid-19.

Momentos dolorosos se seguiram, quando perdas, revoltas, angústias e a necessidade de adaptação e sobrevivência se misturaram. A manutenção do atendimento médico era imprescindível a todo custo, mesmo em um período ainda sem vacinas contra a covid-19, quer seja por escassez no mercado mundial, quer seja pela burocracia das fases de aprovação dos órgãos regulamentadores oficiais brasileiros. A crise acentuava-se pela insuficiência de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para manter nossos profissionais de saúde e os corpos discente e docente das faculdades de medicina protegidos do Sars-Cov-2.

Priorizou-se a não paralisação das atividades dos alunos do internato em todas as modalidades de ensino em saúde, como medicina, enfermagem, fisioterapia e farmácia. O

Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) garantiu os EPI's para esses alunos, tendo em vista a relevância de sua participação no combate à pandemia que se instalara, não apenas como aprendizagem.

A paralisação dos períodos letivos pré-internato da área da saúde tornou necessária a realização de um período de avaliação de estratégias eficazes e que, sobretudo, reduzissem ao mínimo possível as distorções das condições econômicas entre o corpo discente, bem como de acesso à tecnologia. Esforços conjuntos das Escola de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia e Odontologia, da Superintendência do Complexo Hospitalar da UFC e de gestores em todos níveis da formação acadêmica viabilizaram estratégias e ferramentas tecnológicas aptas a suprir as necessidades para aquele momento de enfrentamento.

A liberação de EPI's, a construção de fluxos, implementação em tempo recorde de treinamentos, bem como as recomendações que orientaram a segurança dos atendimentos ambulatoriais, permitiram que os alunos da saúde retornassem, ainda que de forma gradual, para ambientes do complexo hospitalar com maior segurança. O Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH) do Hospital Universitário mapeou e formulou diretrizes de orientação para que os docentes e discentes da faculdade de medicina conseguissem retornar ao atendimento de seus pacientes em diversos ambientes de aulas práticas.

A possibilidade de acesso à internet por todos os alunos permitiu a realização de aulas on-line, com várias estratégias de abordagem, minimizando o prejuízo causado ao efetivo aprendizado durante a pandemia. Inegavelmente, essa geração de alunos perdeu oportunidades ímpares de desenvolver o senso humanístico e profissional, assim como habilidades médicas, com a ausência ou drástica redução de aulas práticas presenciais, em que o estudante estabelece comunicação ativa com o paciente, fazendo a anamnese, o exame físico e desenvolvendo hipóteses diagnósticas, proposta de condutas diagnóstica, terapêutica e preventiva, enquanto entrevista o paciente.

Esse legado, causado pela pandemia da covid-19, certamente será reduzido em oportunidades vindouras de aprendizado, principalmente, se for garantido que toda a comunidade acadêmica esteja vacinada e a ciência tenha vencido o negacionismo e obscuridade desses tempos hediondos.

Prof. Dr. Jorge Luiz Nobre Rodrigues

Prof Titular - Faculdade de Medicina
Comissão de Controle de Infecção
Hospitalar-CCIH-HUWC
Universidade Federal do Ceará - UFC

MÍDIA-EDUCAÇÃO E PRÁTICAS ECOLÓGICAS: NOVAS POSSIBILIDADES DE VER E SENTIR O MEIO AMBIENTE NA ESCOLA

SILVA, P. K. ¹; ALVES, M.S. ²; ANGELO, G. A. ³ & SOUZA, A. N. ⁴

¹Professora efetiva doutora da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. priscila.kalinke@uemg.br; ²Jornalista, Mestra em Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental pela Universidade Federal de Ouro Preto e mestranda em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado de Minas Gerais. Secretária Municipal do Meio Ambiente de Frutal-MG. monicaalves.jornalista@gmail.com; ³Ecóloga e Mestra em Biologia Vegetal pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Educadora Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Frutal-MG. gercinaa@hotmail.com; Licenciada em Geografia pela UEMG – Unidade de Frutal, Pedagoga e Especialista em Docência do Ensino Superior. Educadora Ambiental na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Frutal-MG. alinenunesgeo@hotmail.com

Artigo submetido em maio de 2020 - DOI 10.32356/exta.v21.n1.44030

RESUMO

Este artigo tem por finalidade publicizar as ações conjuntas do projeto Práticas Ecológicas, promovidas pela Secretaria do Meio Ambiente de Frutal-MG, e as atividades de mídia-educação, realizadas por alunos do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal. O trabalho foi desenvolvido em uma escola municipal da cidade, no segundo semestre de 2019, cuja a finalidade era promover uma educação ambiental, com a

realização de uma horta orgânica no espaço escolar, concomitante ao desenvolvimento de produtos comunicacionais que contribuiriam para a divulgação destas ações para a comunidade. A ação conjunta das crianças e dos acadêmicos de comunicação resultou em diversos produtos relacionados à horta, como produção de minidocumentários, fanzines, páginas em plataformas digitais e mascotes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação e Comunicação. Educação Ambiental. Extensão Universitária.

MEDIA-EDUCATION AND ECOLOGICAL PRACTICES: NEW POSSIBILITIES TO SEE AND FEEL THE ENVIRONMENT AT SCHOOL

ABSTRACT

This article aims to publicize the joint actions of the Ecological Practices project, promoted by the Municipal Environment Secretariat, and the media-education activities, developed by students from the Advertising course at the State University of Minas Gerais – Frutal-MG. The actions were developed in a municipal school in the city, in the second semester of 2019, whose purpose was to promote an environmental education, with the realization of an

organic garden in the school space, concurrent with the development of communication products that contributed to the dissemination of these actions to the community. The joint action of children and communication academics resulted in several products related to the garden such as the production of mini-documentaries, fanzines, materials on digital platforms and mascots.

KEYWORDS: Education and Communication. Environmental Education. University Extension

1 INTRODUÇÃO

Considerando o contexto atual em que crianças e adolescentes se desenvolvem em uma cultura midiática e tecnológica, faz-se imprescindível a atualização de métodos pedagógicos mais coerentes com a contemporaneidade e, para além disso, que este público não seja apenas um receptor de conteúdo, mas também tenha oportunidade de produzir. A proposta deste projeto foi desenvolver trabalho extensionista em uma escola municipal na cidade de Frutal, a fim de divulgar o projeto piloto de educação ambiental promovido pela

Secretaria Municipal de Meio Ambiente da cidade por meio do desenvolvimento de uma horta em coletividade com os estudantes da escola. Pensando que nem sempre as escolas têm instrumentos e conhecimento técnico para produção de mídia, a proposta foi que os alunos da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal (UEMG-Frutal), no segundo semestre de 2019, contribuíssem neste processo e também aproximassem as relações entre universidade e comunidade local.

Para tanto, os discentes do quarto período do curso Publicidade e Propaganda da UEMG - Frutal desenvolveram projetos de mídia-educação com objetivo de tornar as atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente mais conhecidas pela população frutalense e produzir, em conjunto com as crianças, produtos de mídia com conteúdo relacionado à educação ambiental.

O projeto Práticas Ecológicas, de acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, visa o desenvolvimento de uma educação ambiental sob o viés transversal com o processo dialógico e empregando-se a práxis por meio de dois pontos principais: a) implantação de atividades agroecológicas nas escolas (horta orgânica, compostagem, bioartesanato e jardinagem); b) Atividades de educação ambiental no Parque Ecológico Municipal. O escopo deste projeto se sustenta em três pilares: “cuidado, pertencimento e construção coletiva”. “Perpassa também na desconstrução de conceitos que nos distanciam um dos outros, do nosso habitat natural e do nosso compromisso de coabitantes do planeta Terra” (SOUSA, ANGELO, ALVES, 2018, p.2). O trabalho em parceria com a universidade se deu principalmente no primeiro ponto, isto é, a execução de uma horta orgânica e processo de compostagem em uma escola municipal da cidade de Frutal.

Neste sentido, os alunos de Publicidade e Propaganda desenvolveram uma série de materiais vinculados à mídia-educação a fim de proporcionar novos olhares aos estudantes da escola municipal sobre as atividades ecológicas desenvolvidas no local e contribuindo para uma visão mais atenta às possibilidades de produção de mídia na escola, atuando como ferramenta pedagógica e estímulo à atuação cidadã. Este artigo tem como finalidade apresentar os resultados deste trabalho extensionista, a partir da visão teórica sobre mídia-educação e dos produtos gerados dessa relação entre universidade e escola.

2 MÍDIA-EDUCAÇÃO: HISTÓRICO, CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

A interface comunicação e educação sempre existiu, são áreas que se retroalimentam sobretudo porque não há possibilidade de educar sem, necessariamente, se comunicar. Sobre isso, Fantin reforça que (2006, p. 28), “a comunicação é imprescindível para a educação, pois toda prática educativa é uma prática também comunicativa, a comunicação faz parte da educação e, neste sentido, ‘não existe educação sem comunicação’”. Paulo Freire (1970, p. 69) também reforça que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam significação dos significados”.

Contudo, percebe-se que, com a ampliação do acesso às tecnologias digitais à população e às escolas, é mais nítida a relação que se compõem os meios de comunicação e o processo de ensino-aprendizagem. Até o início dos anos 2000, a televisão ocupou um espaço de destaque nas casas das famílias e foi responsável por (des) educar crianças e adolescentes, seja mediante a educação informal, seja como recurso pedagógico. Na contemporaneidade, com o crescimento geométrico das mídias e plataformas digitais, a multitela e a comunicação transmídia vêm modificando o hábito de consumo de mídias, transformando em uma atividade complexa e *multitasking*. Sobre isso, Fantin e Rivoltella (2010, p. 92) problematizam este novo perfil de consumo de jovens:

Trata-se indubitavelmente de um tipo de habilidade (fazer coisas simultaneamente) que pode ser entendido como um aspecto positivo dessas mídias sobre o dispositivo da cognição, mas, indubitavelmente implica também que a atenção não seja mais inteiramente garantida a qualquer coisa, deslocando-se superficialmente de um objeto a outro, segundo uma descontinuidade que é inimiga da reflexão e do aprofundamento.

Rivoltella (2008) sugere uma nova pedagogia no sentido da construção da cidadania que contemple as novas demandas exigidas pelo estudo da mídia na sociedade multitela, sobretudo pelo seu caráter midiático: “educar para as mídias significa educar para viver em liberdade e responsabilidade em um novo meio ambiente. Isso significa, evidentemente, a necessidade de pensar em uma nova pedagogia” (p.52).

Neste contexto, o papel da mídia-educação se torna mais relevante para o processo de ensino-aprendizagem, especialmente quando as novas tecnologias digitais entram no ambiente escolar de forma efetiva por estudantes e professores. Belloni (2009), no prefácio do livro “O que é Mídia-Educação?” apresenta alguns desafios para a mídia-educação, a saber:

- a) uma cultura midiática jovem, muito mais interativa e participativa;
- b) fronteiras menos precisas entre uma elite produtora de mensagens e a massa de consumidores típica de massa;
- c) novos modos de perceber o mundo e de aprender;
- d) novas formas de fazer política e significativas possibilidades democráticas.

Na visão de Belloni (2009), a integração da educação com a comunicação digital contribui significativamente para melhorar a eficiência do sistema educacional sobretudo porque além de se valer como uma importante ferramenta pedagógica, ainda é capaz de promover maior criticidade dos meios e pensamento crítico. Esse fator é relevante quando o educador consegue fazer esta leitura crítica da mídia em conjunto com estudantes em um formato pedagógico mais coerente com o contexto da geração. Contudo, faz-se relevante destacar que esta reflexão não é unânime entre educadores em virtude do poder que a televisão exercia sobre as crianças, adolescentes e na sociedade de forma geral à época em que emergiu esses estudos. Por esta razão a didática aplicada e a metodologia conduzida são fundamentais para o desenvolvimento crítico dos estudantes. Esta preocupação foi levada às universidades para que pesquisadores investissem mais tempo em se dedicar aos estudos sobre análise do discurso como uma forma de alertar os telespectadores, especialmente a partir da década de 1970.

Este contexto gerou, inicialmente, uma perspectiva da mídia-educação contrária aos meios de comunicação, se apropriando apenas do viés da crítica discursiva do conteúdo midiático, em especial a partir de textos de fácil assimilação do público como a “publicidade, a literatura popular, revistas em quadrinho, entre outros” (FANTIN, 2006, p.43). De acordo com esta autora, até hoje em muitas escolas persiste esta ideia de que a mídia é a grande responsável pelo declínio cultural da sociedade e, em virtude disso, há muita rejeição de professores em apropriar a mídia-educação no ambiente escolar.

A aproximação entre as áreas de comunicação e educação iniciou no país a partir de 1920 por meio da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro sob responsabilidade de Roquette Pinto, que visava estimular o interesse dos ouvintes pela educação e pela cultura mediante a programação desta rádio educativa (SOARES, 1999), embora a importância tenha se amplificado no momento em que a televisão se popularizou mais no Brasil. Os projetos desenvolvidos por Roquette Pinto ganharam mais força na década de 1960, quando o governo

colaborou com as ações propostas com a finalidade de reduzir o analfabetismo no país (SILVA e ROCHA, 2014).

Historicamente, o termo mídia-educação foi apresentado na França em 1973 pelo Conselho Internacional do Cinema e da Televisão (CICIT) com foco inicial na relevância em se tratar a comunicação midiática dentro do ambiente escolar, principalmente fazendo alusão à temática na condição de disciplina autônoma na prática pedagógica, ou seja, refletindo sobre aplicar os meios de comunicação no processo de ensino-aprendizagem escolar com crianças e adolescentes (SILVA e ROCHA, 2014). Cinco anos mais tarde, o CICIT ampliou o debate em dois sentidos, conforme Fantin (2006), a saber: a) considerar os meios da comunicação como produtores de cultura a partir da compreensão da mídia-educação em uma perspectiva mais histórica e criativa; b) pensar com mais afinco como uma disciplina escolar direcionada às crianças, aos jovens e aos adultos.

Neste sentido, os estudos de mediação também se alinhavam aos da mídia-educação. Para Orofino (2008, p.122),

A escola é um local profícuo de apropriação de mídia. O conteúdo midiático a que as crianças e os adolescentes têm acesso é trocado, debatido, discutido, confrontado em inúmeras experiências no cotidiano da escola, seja no pátio, na cantina, nos corredores, ou mesmo do lado de fora dos muros, nas calçadas, antes e depois da aula. A mediação escolar é aquela ação institucional planejada de modo participativo pelos professores a fim de que a escola tenha um espaço formal para que o debate sobre a mídia possa ocorrer de forma sistematizada, para além das mediações que informalmente já ocorrem no cenário escolar.

Posto isso, é possível, portanto, utilizar como ferramenta pedagógica para tornar aulas mais atraentes e produção criativa, mas também para servir de suporte para o processo de mediação que deve ocorrer no ambiente escolar de modo a tornar mais organizado o debate feito por estudantes sobre o conteúdo midiático, funcionamento como uma outra força que geralmente não coincide com o que o mercado deseja. Enfim, com todas estas possibilidades e qualidades, é possível mediante a mídia-educação “[...] educar para/sobre as mídias, com as mídias e através das mídias, por meio de uma abordagem crítica, instrumental e expressivo-produtiva” (FANTIN, 2008, p. 153).

Nesta pesquisa nos apropriamos do conceito desta interface na mesma perspectiva do Núcleo de Comunicação e Educação (CNE, online, s/d), isto é:

a construção de ecossistemas comunicativos abertos, dialógicos e criativos,

nos espaços educativos, quebrando a hierarquia na distribuição do saber, justamente pelo reconhecimento de que todas as pessoas envolvidas no fluxo da informação são produtoras de cultura, independentemente de sua função operacional no ambiente escolar.

Embora não existam muitos trabalhos envolvendo alunos do curso de Publicidade e Propaganda em atividades de mídia-educação, estes futuros profissionais podem contribuir no sentido de empregar sua linguagem, suas representações e outras abordagens para estimular o interesse e a prática em pautas de interesse escolar.

Como recurso pedagógico, a propaganda pode ser explorada não apenas a partir de seus aspectos contextuais, linguísticos, imagéticos, mas também sob novas abordagens que contribuam para o desenvolvimento de projetos. A vivência com a produção publicitária poderia proporcionar novas visões aos alunos. Eles poderiam produzir conteúdo e assim deixar o papel de receptor de lado, compreendendo quais as responsabilidades e funções que a linguagem publicitária exerce dentro da sociedade.

Na próxima seção serão apresentados os produtos gerados neste projeto, que vinculou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Frutal e a Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal, em uma escola municipal, no segundo semestre de 2019.

3 PRÁTICAS ECOLÓGICAS E MÍDIA-EDUCAÇÃO

Lima e Melo (2007) reforçam a importância do trabalho partilhado entre diversas instituições para a construção dos saberes da questão ambiental, sobretudo porque assim a sociedade vai aprendendo e percebendo a relação entre a vida dos sujeitos com a vida do planeta. É na interseção e no diálogo entre “pesquisa científica, o saber popular, a atuação de organizações da sociedade, a recente inclusão do setor empresarial ecologicamente responsável, os espaços educativos e a comunicação midiática que se vai delineando a construção social da questão ambiental” (p.171).

No projeto desenvolvido, houve esta interlocução entre escola, universidade e secretaria de meio ambiente, evidenciando a colaboração de diversos conhecimentos para a construção de novos saberes. Os encontros eram realizados majoritariamente às segundas-feiras na escola, onde os estudantes do terceiro ao quinto ano participaram de todas as fases da construção de uma horta orgânica em um espaço antes subutilizado na instituição.

Como supracitado, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente construiu uma horta

orgânica em uma escola municipal de Frutal, apresentando aos estudantes todo o processo de preparação da terra, compostagem, plantio, os cuidados com a horta e a colheita das verduras. Os acadêmicos de Publicidade e Propaganda, neste processo, desenvolveram diversas atividades também em conjunto com os estudantes da escola, a saber: elaboração de fanzines; dois minidocumentários; podcast; site e mídias sociais¹. Para o desenvolvimento, foram coletadas as assinaturas dos responsáveis das crianças envolvidas dos termos de autorização de cessão de imagem e voz.

Figura 1 – Processo de preparação da terra e cultivo da alface.



Fonte: Participantes da pesquisa.

a) Fanzines

Fanzine significa “*Fanatic Magazine*”, que foi criado como possibilidade do autor/editor produzir uma publicação de caráter amador, sem seguir padrões estabelecidos pela mídia convencional. Aparece como alternativa de dialogar com um público que também tenha interesses comuns aos editores sobre o assunto abordado. De acordo com o Guia de Educomunicação (s/d, p. 40), a produção de *fanzine* tem as seguintes qualidades

- Permite a liberdade total de expressão;
- Possibilita uma diagramação que não segue padrões pré-estabelecidos, originando um estilo mais arrojado e diferente, muitas vezes passando a impressão de poluição visual;
- A preocupação essencial não é a de agradar um público-alvo específico, mas manifestar a vontade e o desejo de expressão do autor/editor;
- Permite o lançamento de cada edição apenas quando estiver pronta, não há

¹ Nesta seção optamos por apresentar de forma mais descritiva os produtos elaborados pelos participantes a fim de esclarecer o processo de construção e o resultado final dos materiais.

periodicidade fixa;

- Possibilita republicar materiais que o autor/editor julgue interessantes ou fundamentais para apresentar aos fãs de determinado assunto.

Durante uma das oficinas, os acadêmicos de Publicidade e Propaganda foram à escola e desenvolveram cinco *fanzines*, todos relacionados à horta. No material produzido, as crianças produziram desenhos, jogos, poesias, entre outros.

Figura 2 – Elaboração do *Fanzine*



Fonte: Participantes da pesquisa.

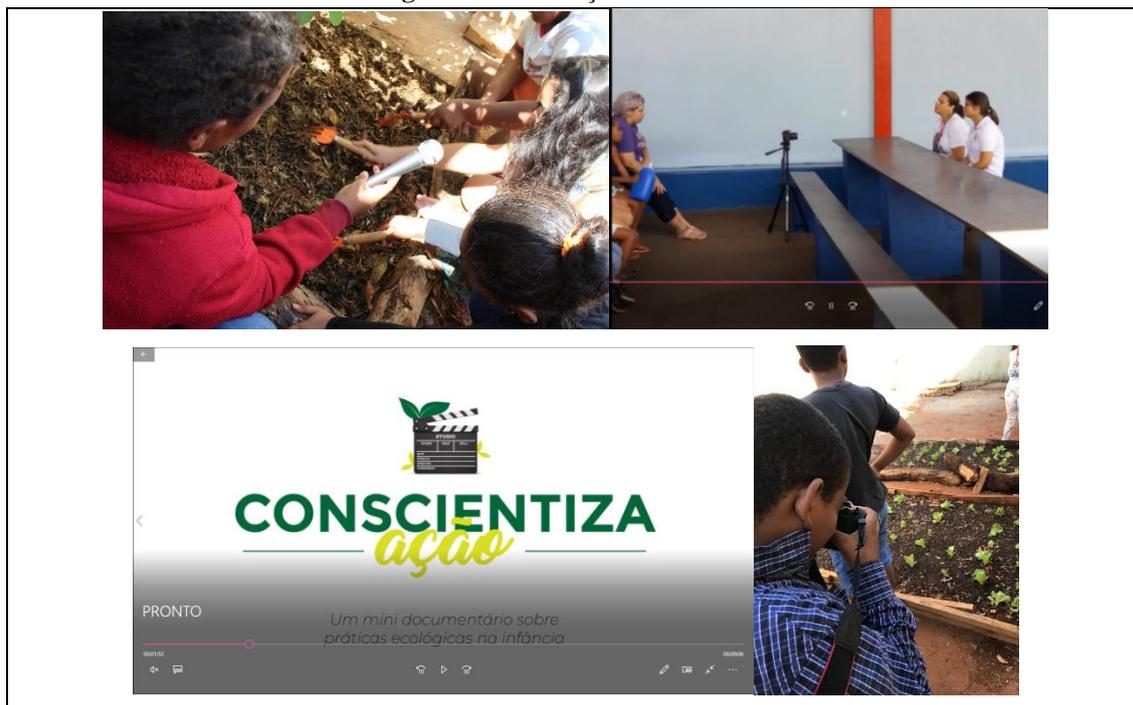
b) Minidocumentários

Documentário pertence ao gênero audiovisual. Para Penafria (1999, p.76) "O documentário não é um filme vazado de qualquer implicação. Ele sempre se posicionou como um gênero em que o essencial é estimular uma reflexão sobre o mundo". No projeto foi possível construir dois minidocumentários, com diferentes perspectivas.

O primeiro tratou de apresentar o Práticas Ecológicas a partir de olhares diferentes, isto é, com a realização de entrevistas com: as profissionais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da cidade, a diretora da escola, a secretária de Educação de Frutal, e a professora e coordenadora do projeto na UEMG.

O segundo documentário focou mais nas atividades internas do Projeto Práticas Ecológicas, com a coleta de depoimentos das executoras do projeto e os olhares das crianças que participaram ativamente na construção da horta. Na figura 03 é possível observar um pouco sobre este processo produtivo dos vídeos.

Figura 3 – Elaboração dos *minidocumentários*



Fonte: Participantes da pesquisa.

c) Podcast

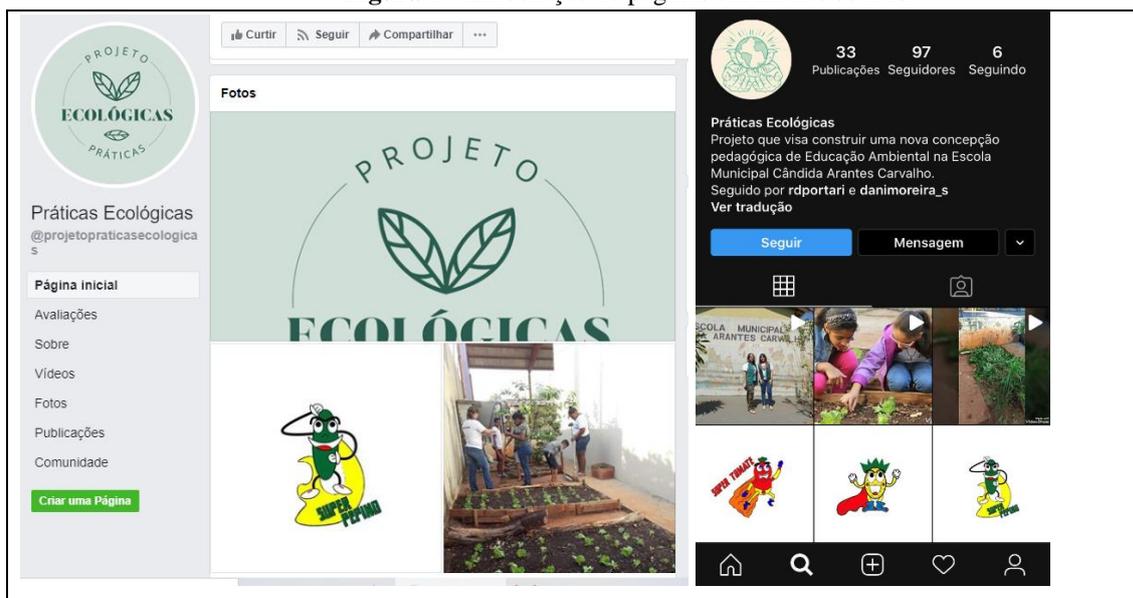
Podcast é um arquivo de áudio geralmente divulgado pelas plataformas digitais. Neste sentido, para Luiz e Assis (2010, p. 7), “os podcasts devem estar disponíveis publicamente na internet e facilmente acessíveis, pois uma das principais características do *podcasting* é a liberdade oferecida para o ouvinte poder baixar e escutar os programas disponibilizados quando quiser”. A produção do material contou com a mediação de dois acadêmicos do curso de Publicidade e Propaganda e a participação da Gercina Angelo e Aline Souza, que são as profissionais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente que ministravam as oficinas na horta orgânica. O *podcast* também contou com a participação de um dos estudantes da escola, que contribuiu com sua visão sobre o projeto.

d) Site e mídias sociais para divulgação

A fim de auxiliar na divulgação do projeto Práticas Ecológicas, foram produzidos produtos em plataformas digitais: um site; um perfil no *Facebook*; um perfil no *Instagram*. A ideia era que estas plataformas fossem integradas para possibilitar o maior número de informações das atividades desenvolvidas dentro da escola, bem como as demais ações

conectadas ao projeto maior. Para tanto, o site direcionava para as mídias sociais, bem como integrava os documentários, as mascotes e o *podcast*. Este caminho é coerente com o cenário de convergência das mídias (JENKINS, 2009), que corresponde aos fluxos comunicacionais se interagindo em múltiplas plataformas, tal como o consumo migratório entre mídias realizado pelos interlocutores.

Figura 4 – Elaboração de páginas em mídias sociais.



Fonte: Participantes da pesquisa.

e) Mascotes

Para a construção das mascotes do projeto Práticas Ecológicas, os alunos de Publicidade e Propaganda foram à escola e solicitaram às crianças do terceiro ano do ensino fundamental para desenharem um personagem que se vinculava às ações da horta orgânica, em que participavam. É importante constar a importância da participação coletiva neste processo, sobretudo para proporcionar aos estudantes um papel protagonista nas atividades que envolvem a mídia-educação. Estas ações também podem ser desenvolvidas a partir da comunicação comunitária:

A área de comunicação e educação também tem uma relação próxima com a comunicação participativa e popular, ao passo que o diálogo e a participação são fundamentais para garantir seu processo e, também para a concretização da educomunicação, por estar em um contexto de contraposição da mecanização da comunicação (SILVA, 2010, p. 64).

A partir destes desenhos produzidos pelos estudantes, os personagens foram

vetorizados em *softwares* de edição, cujos resultados podem ser vistos a seguir, na Figura 05:

Figura 5 – Elaboração dos desenhos e mascotes.



Fonte: Participantes da pesquisa.

É preciso sempre reforçar a multiplicidade de possibilidades de exploração dos diversos dispositivos midiáticos em prol de processos educativos, não somente pelo seu viés utilitarista, mas principalmente como ferramentas potencializadoras e multiplicadoras de expressões de sujeitos integrantes de comunidades, muitas vezes, invisibilizadas pela mídia ou visibilizadas somente de forma estereotipada.

Neste sentido, o resultado deste trabalho permitiu vislumbrar expressões artísticas e linguísticas de estudantes e torna-las publicizadas, além de buscar a reflexão sobre questões ambientais de modo a materializar em produtos comunicacionais a partir de seus olhares. Durante a produção foi concedida a liberdade do ponto de vista estético e conceitual justamente para que as expressões fossem as mais autênticas possíveis.

No *fanzine*, as poesias e os desenhos mostraram o interesse dos estudantes pela horta e como se atentavam aos procedimentos técnicos e funcionais da produção orgânica. Nos minidocumentários e na produção do *podcast*, as expressões orais potencializaram discursos espontâneos, porém carregados de conhecimento sobre a temática ambiental, sobretudo sobre o projeto.

Chamou muito a atenção a seriedade e o comprometimento dos alunos na produção das mascotes, mostrando habilidades artísticas que contribuíram para a composição do site e das mídias sociais. Foi interessante observar que muitos desenhos vinculavam à figura do “super-herói”, reforçando o “poder” de uma alimentação mais saudável. É importante enfatizar a contribuição das professoras e da diretora da escola, fundamentais para a viabilidade deste projeto.

É importante sempre pensarmos na relação dialógica dos processos extensionistas, não no sentido de estender o conhecimento, mas de trocas e possibilidades de comunicação e diálogo, como afirma Freire (1970, p. 25):

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a ‘sede do saber’, até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com este saber, os que habitam nesta. [...] Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.

De modo geral, essa interlocução entre os discentes de Publicidade e Propaganda e a escola é fundamental para pensar em produções comunicacionais com olhar mais inclusivo e reflexivo. Explorar a temática ambiental de forma prática também é importante para reforçar a relevância de campanhas publicitárias que tratam do assunto, mas, para além disso, que as ações por trás dessa divulgação sejam realmente instrumentos de mudança.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi tornar mais conhecido o projeto Práticas Ecológicas, promovido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Frutal, e as atividades de mídia-educação na escola, realizadas em parceria com os acadêmicos de Publicidade e Propaganda da UEMG-Frutal. É importante enfatizar que, como vimos na citação supracitada de Freire (1970), um projeto extensionista vai além de estender os conhecimentos da universidade na comunidade local, sobretudo porque envolve relações dialógicas e trocas de saberes entre todos os envolvidos, não sobrepondo o conhecimento científico ao conhecimento popular. Pensando nesta perspectiva, foi possível observar a importância da integração e aprendizagem mútua entre as diferentes instituições e o contato entre os acadêmicos do ensino superior e os estudantes do ensino fundamental.

Comumente, o curso de Publicidade e Propaganda é visto majoritariamente como uma formação mercadológica e utilitarista. Portanto, projetos como este evidenciam o papel social que os futuros profissionais de comunicação exercem (ou devem exercer) junto à comunidade. Neste sentido, os acadêmicos também entram em contato com uma realidade que foge ao seu contexto e ampliam olhares sobre a comunicação popular e alternativa. Aos alunos da escola que nem sempre têm acesso aos equipamentos de comunicação, esta foi uma oportunidade de serem ouvidos e atuarem como protagonistas no desenvolvimento de produtos midiáticos.

REFERÊNCIAS

BELLONI, M.L. **O que é mídia-educação**. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

FANTIN, M. **Mídia-educação: conceitos, experiências, diálogos Brasil-Itália**. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

_____. Do mito de Sísifo ao voo de Pégaso: as crianças, a formação de professores e a escola estação cultura. In: FANTIN, M.; GIRARDELLO, G. (Orgs.). **Liga, roda, clica: estudos em mídia, cultura e infância**. v. 1. Campinas, SP: Papyrus, 2008. p. 145-171.

FANTIN, M.; RIVOLTELLA, P. C. Crianças na era digital: desafios da comunicação e da educação. **REU**, Sorocaba, SP, v. 36, n. 1, p. 89-104, jun. 2010.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GUIA DE EDUCOMUNICAÇÃO: Conceitos e Práticas da Viração. Viração. Disponível em

http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/educucomunicacao/guia_de_educucomunicacao_viracao_2011.pdf. Acesso em 01 abr 2020.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LIMA, G. L.; MELO, T. Educação e Meio Ambiente. In: MELLO, S. S.; TRABJER, R. **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

LUIZ, L.; ASSIS, P. O Podcast no Brasil e no Mundo: um caminho para a distribuição de mídias digitais. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais do...** – Caxias do Sul, RS, set. 2010. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0302-1.pdf>. Acesso em 01 abr 2020.

NÚCLEO de Comunicação e Educação. Site Institucional. Disponível em <http://www.usp.br/nce/?wcp=/aeducucomunicacao/texto,2,2,3>. Acesso em 31 mar 2020.

OROFINO, M. I. Ciranda de sentidos: crianças, consumo cultural e mediações. In: FANTIN, M.; GIRARDELLO, G. (Orgs.). **Liga, roda, clica: estudos em mídia, cultura e infância**. v. 1. Campinas, SP: Papirus, 2008. p. 145-171.

PENAFRIA, M. **O filme documentário**: história, identidade, tecnologia. Lisboa: Editora Cosmos, 1999.

RIVOLTELLA, P. C. A formação da consciência civil entre o “real” e o “virtual”. In: FANTIN, M.; G., Gilka (Orgs.). **Liga, roda, clica: estudos em mídia, cultura e infância**. v. 1. Campinas, SP: Papirus, 2008. p. 41-56.

SILVA, P. K. A Educação Como Recurso Para A Educação Para Os Meios. Vidya, Santa Maria, v. 30, n. 1, p.61-69, jun. 2010.

SILVA, P. K.; ROCHA, A. A. Produção midiática no contexto escolar. **Koan**: Revista de Educação e Complexidade, n.2, p.26-36, jan.2014.

SOARES, I. Comunicação/educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. **Contato**, Brasília, DF, ano 1, n. 2, 1999.

SOUZA, A. N.; ÂNGELO, G. A.; ALVES, M. S. **Apostila Práticas Ecológicas nas Escolas Municipais de Frutal**. Secretaria do Meio Ambiente de Frutal, 2018.

YIRULA, C. P.; UMEDA, MIRAGE, G. O Uso da Publicidade Como Recurso Pedagógico: Reflexões à Luz da Educação. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais do ...** Recife, 2011. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1333-1.pdf>. Acesso em 31 mar 2020.

Aedes Aegypti nas Escolas: Ações Educativas para Promoção em Saúde

CORREIA, A.D. da N.¹; LIMA, H. V. da S.²; MACEDO, H. K. de S.³; ARAÚJO, I. I. de⁴; SILVA, L.M.F.C.⁵; CAVALCANTI JUNIOR, G.B.⁶; KRAMER, D.G.⁷

¹Discente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: alissonnobrega45@hotmail.com; ²Discente da UFRN. E-mail: heloisalima21@hotmail.com; ³Discente da UFRN. E-mail: hmacedo_1@gmail.com; ⁴Discente da UFRN. E-mail: iasminaraujo35@gmail.com; ⁵Discente da UFRN. E-mail: loiane32_silva@bol.com.br; ⁶Prof. Dr. DACT – Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. E-mail: gbcjunior3@hotmail.com; ⁷Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família no Nordeste – RENASF e do Departamento de Engenharia Têxtil da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. E-mail: dgkcs@yahoo.com.br.

Artigo submetido em janeiro de 2020 - DOI 10.32356/exta.v21.n1.43221

RESUMO

O presente estudo é um relato de experiência de extensão aplicada à conscientização sobre o controle do *Aedes aegypti* em escolas de Santa Cruz/RN. Para tanto, as atividades foram realizadas em escolas públicas locais, englobando-se rodas de conversas, na qual foram veiculadas informações sobre o ciclo de vida, transmissão de doenças, diagnóstico, sinais/sintomas e a importância das medidas de prevenção e controle deste vetor. Na sequência, os estudantes foram separados em duas equipes, sendo

realizadas atividades musicais sobre a temática. Por último, realizou-se uma gincana educativa envolvendo perguntas e respostas sobre o *Aedes aegypti*. Por meio de atividades realizadas os alunos, na faixa etária média de 10 anos, puderam participar de um aprendizado dinâmico, podendo colaborar com mudanças de atitudes no controle deste vetor, mitigando-se os riscos de doenças veiculadas por este, isto a baixo custo, através de ações de extensão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em saúde. *Aedes aegypti*. Escolas.

AEDY AEGYPTI IN SCHOOLS: EDUCATIONAL ACTIONS FOR HEALTH PROMOTION

ABSTRACT

The present study is a report of an extension experience applied to raise awareness about the control of *Aedes aegypti* in schools in Santa Cruz / RN. To this end, the activities were carried out in local public schools, including conversation circles, in which information about the life cycle, disease transmission, diagnosis, signs / symptoms and the importance of prevention and control measures of this vector were broadcast. Subsequently, the students were separated into two teams, with musical

activities on the theme being carried out. Finally, an educational contest involving questions and answers about *Aedes aegypti* was held. Through activities carried out, students, in the average age group of 10 years, were able to participate in dynamic learning, being able to collaborate with changes in attitudes in the control of this vector, mitigating the risks of diseases transmitted by it, this at low cost, through extension actions.

KEYWORDS: Health education. *Aedes aegypti*. Schools.

1 INTRODUÇÃO

A extensão é uma ação metodológica contínua de caráter educativo, social e científico que busca integrar ensino/pesquisa/extensão, fomentados pela ideação de parcerias externas, em que há o fortalecimento do vínculo universidade e sociedade, no qual a primeira dissemina conhecimentos acadêmico-científicos e a segunda transmite experiências vivenciadas (BARRAGAN et al, 2016; RIBEIRO et al, 2017).

Mendonça e Silva (2002) ressaltam que uma das principais funções sociais da universidade é a de contribuir na busca de soluções para os graves problemas sociais da população, fomentando a proposição de políticas públicas participativas e emancipadoras.

Em 2015, mais de dois milhões de casos de dengue foram registrados, sendo 1,65 milhão no Brasil (DONALISIO et al, 2017; BRASIL, 2016). Segundo o estudo de Oliveira e Dias (2016), em sua revisão literária, as notificações registradas entre 2010 e 2015, caracterizam a doença como endêmica no país. Com relação aos gastos relacionados ao combate ao vetor, o país desembolsou mais de 2 bilhões de reais, sendo 66 milhões gastos no estado do RN no ano de 2016 (TEICH; ARINELLI; FAHHAN, 2018).

Tendo em vista a complexidade biológica do vetor e sua capacidade de adaptação ao ambiente, principalmente em países como o Brasil, onde existem condições ambientais que favorecem a sobrevivência e disseminação do vetor, é necessário se buscar ações que combatam epidemias (EVANGELISTA et al, 2012; GREGIANINI et al, 2017).

Segundo o boletim epidemiológico da SESAP que documenta e divulga informações atualizadas sobre as arboviroses no estado do Rio Grande do Norte, foram registrados apenas até a semana epidemiológica 35 do ano de 2018, 23.208 casos suspeitos de dengue, desses, 9.738 casos foram confirmados, o que confere uma incidência de 732,60 casos para cada 100.000 habitantes. No mesmo período de 2017 foram notificados apenas 7.262 casos, sendo desses 1.378 confirmados, atingindo uma incidência de 229,22 casos para cada 100.000 habitantes. Nesses dados podemos perceber nitidamente o aumento expressivo da incidência dessa morbidade em um período de apenas 1 ano, o que reforça a necessidade tratarmos as arboviroses com maior seriedade.

Educação em saúde é definida como um conjunto de saberes e práticas norteadas para a prevenção de doenças e promoção da saúde (JÚNIOR et al, 2011). Nesse sentido, tais ações educativas com crianças, desenvolvem uma estratégia que permite compreender a morbidade da população e a necessidade de políticas públicas que objetivem reduzir os danos causados e melhorem a qualidade de vida desses indivíduos estimulando mudanças e a adoção de novos hábitos para tal.

Com esse intuito que se realizam ações de promoção em saúde nas escolas públicas de ensino fundamental I, de modo a despertar o interesse das crianças pelo tema, para que elas possam ser multiplicadoras desse conhecimento adquirido.

Dessa forma, o projeto de extensão com ênfase na prevenção do *Aedes aegypti* através de ações educativas em saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN/FACISA juntamente com a Universidade Federal de Campina Grande - UFCG/CES, entra na perspectiva de promoção em saúde, em uma abordagem eco-psico-social, uma vez que contém um conjunto de estratégias e ações pragmáticas que visam prevenir riscos, agravos e doenças causadas pelo vetor *Aedes aegypti*, informando e incentivando a população.

Ressalta-se que a educação em saúde é um meio para que estudantes de ambas as áreas possam dotar as crianças de conhecimentos acerca da temática do projeto, além de esclarecerem as dúvidas, contribuindo com a autonomia da prevenção.

Considerando a pertinência de oportunizar ações educativas voltadas à educação, promoção e prevenção do *Aedes aegypti* e estreitar a relação entre ensino, pesquisa e extensão é que o estudo tem por objetivo que é relatar a experiência de uma ação de extensão que abordou a educação em saúde para um grupo de crianças de escolas públicas do município de Santa Cruz/RN.

2 METODOLOGIA

Esse é um estudo descritivo, do tipo relato de experiência de uma ação de extensão que abordou o tema da educação ambiental e em saúde desenvolvida como uma roda de conversa no projeto de extensão “O controle do *Aedes aegypti* através de ações de educação em saúde” da Universidade Federal do Rio Grande do Norte / Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, para o público de crianças de até 12 anos de idade de escolas públicas localizadas no município de Santa Cruz-RN.

A população alvo do projeto constitui-se de crianças do 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental, com média de idade de aproximadamente 10 anos de idade, matriculadas em escolas da rede pública estadual ou municipal de ensino que residam na região do Trairi potiguar.

A princípio foi feito um convite por meio de um termo de autorização entregue à direção da escola em que constava todo o plano da ação a ser realizado com uma turma do 5º ano do ensino fundamental.

Inicialmente foi ministrada uma palestra no formato de uma roda de conversa com o público alvo integrando ações de educação em saúde e educação ambiental ligado ao tema

Aedes aegypti.

Desta forma, veiculamos informações sobre as definições do vetor, ciclo de vida e transmissão de doenças, diagnóstico, sinais e sintomas e a importância das medidas de prevenção e controle da dengue. Além da palestra, os estudantes foram separados em duas equipes que desempenharam atividades de fixação como o canto de músicas e a disputa em atividades lúdicas, ambos relativos ao conteúdo que lhes foi apresentado.

Por último foi realizada uma gincana educativa dividida em três etapas entre as quais eram realizados questionamentos individuais avaliando os conhecimentos adquiridos pelos participantes durante a intervenção.

Na primeira etapa os dois grupos receberam peças com imagens ilustrativas fora de ordem de todo o ciclo da transmissão de doenças do vetor, desde o início de sua proliferação, a partir dos criadouros, até a fase final de transmissão que seria a inoculação do vírus em humanos apresentando sinais de adoecimento, com o objetivo de sequenciar o ciclo de maneira correta no espaço de tempo estabelecido.

Na etapa seguinte foi selecionado um representante de cada equipe para brincar com um jogo de dados temático, em que cada casa do tabuleiro havia uma indagação sobre o conteúdo exposto, a equipe poderia debater entre si para responder, pontuava a equipe que respondesse corretamente a pergunta.

E, por fim, utilizando-se de uma música temática, com a turma dividida em duas fileiras, os alunos foram instruídos a correr em direção a um botão caracterizado de *Aedes* a cada vez que a música parasse. O aluno que primeiro tocasse no botão respondia uma pergunta sobre o tema; em caso de acerto, pontuava; se não, passava a vez a outra equipe que teria oportunidade de resposta.

Ao final de todas as atividades, somaram-se os pontos de cada desafio e a equipe com maior pontuação foi premiada com um troféu simbólico de campeões no combate ao mosquito confeccionado à mão, além de jogos temáticos sobre o *Aedes aegypti*.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A equipe do projeto em parceria com o docente responsável pelo grupo de alunos da escola observou o conhecimento geral e empírico que cada aluno possuía sobre o tema, logo após, foi aplicada a palestra em forma de roda de conversa que possuía a finalidade de deixar a

transmissão do conteúdo mais dinâmica e intuitiva.

Nessa conversa foram abordadas as principais características sobre a dengue, focando principalmente nas informações pouco comentadas entre os alunos e na exposição de curiosidades da área temática.

Esta prática utilizada - roda de conversa - é uma estratégia de educação em saúde que tem como objetivo proporcionar um ambiente no qual os sujeitos podem trocar informações, experiências e vivências, facilitando assim o processo de ensino- aprendizagem (GOMES, 2008). Assim, percebemos a roda de conversa como uma ferramenta poderosa de construção do conhecimento que possui como matéria prima a memória despertada pelas colocações do grupo (MOURA; LIMA, 2014).

Neste primeiro momento foi discutido sobre as doenças veiculadas por vetores e má destinação dos resíduos. Os alunos foram orientados quanto a maneiras de prevenção e controle destas doenças, principalmente a Dengue, sendo esclarecidas dúvidas e condutas corretas para proteção da saúde individual e da comunidade.

Segundo Rodrigues et al (2008), a promoção em saúde favorece o desenvolvimento de competências e habilidades, e o contexto escolar é um espaço social onde crianças e adolescentes convivem por longos períodos, tornando-o um ambiente propício a ações de promoção a saúde (HORTA et al, 2017).

Figura 1 – Roda de conversa para debate sobre o *Aedes aegypti*.



Fonte: Arquivo pessoal.

Durante a ação, predominou-se o uso de jogos e desafios, assim como figuras ilustrativas e músicas temáticas. Na primeira atividade, os alunos, em posse de imagens ilustrativas, deveriam sequenciar de forma correta o ciclo de vida do mosquito.

Já é bem estabelecido que os jogos exercem uma função importante para a prática pedagógica agindo como um recurso didático para a construção do conhecimento (FIALHO,

2008; DIAS; BATISTA, 2012). Além disso, os jogos tornam o processo de ensino-aprendizagem mais atrativo e prazeroso, e podem auxiliar o desenvolvimento cognitivo das crianças (CARVALHO et al, 2017).

Para a segunda atividade foi utilizado um tabuleiro e um dado com ilustrações temáticas, dentro do tabuleiro havia indagações sobre o conteúdo abordado, essas perguntas objetivavam promover a discussão entre os membros da equipe na formulação da resposta do grupo. Durante a atividade evidenciou-se grande engajamento por parte de toda turma nos debates e o interesse de ter o conhecimento correto sobre o tema. Semelhante a outros estudos que privilegiaram essa temática foi evidenciado que atividades que estimulam o diálogo, favorecem o compartilhamento de saberes, despertam o senso crítico e propicia um ambiente no qual a criança se constitua como um sujeito ativo (SILVA; LIMA; FERNANDES, 2017; SANTANA; SANTOS; LIMA, 2017; SILVA, 2012).

Figura 2 – Gincana realizada com as turmas.



Fonte: Arquivo pessoal.

Na última etapa da gincana, optou-se pelo uso de uma música temática. Nesta atividade, notou-se a adesão total dos escolares, o que corrobora com outros estudos que mostram a música como um método eficaz para ampliação da aprendizagem por promover uma maior absorção da informação além de promover diversão, bem estar, relaxamento e diminuição da ansiedade (ONGARO; SILVA; RICCI, 2007; SOUZA et al, 2015; ZANETTINI et al, 2015).

Cota e Assunção (2017) enfatizam em seu estudo a importância da extensão

universitária, como um espaço incentivador para utilização de ferramentas de aprendizagem na infância para promover a conscientização de crianças, sobre a importância da prevenção, através do meio lúdico, além de propiciar uma experiência pedagógica aos graduandos através do compartilhamento de conhecimentos entre indivíduos (SILVA et al, 2017).

Pela ação, foi possível observar pequenas lacunas que ainda existem ao se tratar do conhecimento sobre o *Aedes aegypti*. As crianças apresentaram em partes, demonstrar algum conhecimento geral sobre o tema, porém, foi possível visualizar muitas dúvidas a respeito de período de incubação do *Aedes*, fases do ciclo da vida do mosquito, distinção dos sinais e sintomas das doenças transmitidas pelo vetor, evidenciando a necessidade e importância de se levar aos ambientes escolares projetos como estes que envolvem Educação em Saúde e Educação Ambiental.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interação entre a universidade e as escolas públicas abrangem os núcleos que formam a extensão universitária, considerando que as ações do projeto são desenvolvidas em um espaço público voltado para crianças de ensino fundamental.

É indiscutível que houve uma relação mútua entre universitários e alunos do ensino fundamental I, no qual ambos desenvolveram a capacidade de discutir e aprender os conceitos voltados para o tema abordado, além de fortalecer os vínculos acadêmicos em prol das comunidades por meio da divulgação científica e educacional.

Em todas as fases da ação, objetivou-se estimular que os alunos obtivessem um conhecimento mais aprofundado sobre a dengue por meio de atividades lúdicas, o que tornou o processo de aprendizado dinâmico e prazeroso.

Os resultados evidenciaram que os alunos adquirem conhecimentos mais aprofundados e embasados acerca da temática abordada com as intervenções, o que certamente refletirá positivamente na promoção em saúde da comunidade. Além disso, percebemos que esse tipo de ação em conjunto com as escolas de nível fundamental é imprescindível para a comunidade, já que ela promove a integração dos avanços produzidos na universidade com a sociedade.

Sua fácil aplicação, sinergia com diversas atividades e dinâmicas, seu custo monetário quase nulo associado com sua capacidade de impedir que pessoas adoçam tornam as ações de

extensão uma interessante ferramenta para a complementação do conhecimento adquirido pelos jovens no ambiente escolar, principalmente para aqueles que estudam em escolas de tempo integral, tendo em vista que essas, na maioria das vezes possuem uma carência considerável quando se trata de atividades voltadas para o cunho social ou que visem promover a responsabilidade social do indivíduo.

Agradecimentos

À PROEX/UFRN – pela disponibilidade de bolsas aos discentes.

REFERÊNCIAS

BARRAGAN, T. O.; RODRIGUES, G. S.; SPOLAOR, G. C. O papel da extensão universitária e sua contribuição para a formação acadêmica sobre as atividades circenses. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 1, jan./mar. 2016.

BATISTA, D. A.; DIAS, C. L. O processo de ensino e de aprendizagem através dos jogos educativos no ensino fundamental. **Revista Colloquium Humanarum**, v. 9, p. 975-982, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico N. 01, p. 1–8, 2016.

BRASIL. Secretaria de Estado de Saúde. Monitoramento da dengue, chikungunya e zika vírus. **ARBOVIROSES Boletim epidemiológico**, Rio Grande do Norte, semana 35. 2018. Disponível: <http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/sesap/DOC/DOC000000000185724.PDF>>. Acesso em: 03 de outubro de 2018.

CARVALHO, M. D; FERREIRA, C. S.; LOBATO, P. A.; CARVALHO, F. L. Q. Ferramentas aplicadas à Educação e Saúde em crianças com Síndrome de Down. **Anais do Seminário Tecnologias Aplicadas a Educação e Saúde**, 2017.

COTA, A. L. S., ASSUNÇÃO B. J. C. Atividades lúdicas como estratégia para a promoção da saúde bucal infantil. **Saúde e Pesquisa**, v. 10, n. 2, p. 365-371, 2017.

DUARTE, S. J. H.; BORGES, A. P.; ARRUDA, G. L.; MARQUES, L. G. Ações de enfermagem na educação em saúde no pré-natal: relato de experiência de um projeto de extensão da Universidade Federal do Mato Grosso. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, 2011.

EVANGELISTA, L. S. M.; OLIVEIRA, F. L. L. GONÇALVES, L. M. F. Aspectos epidemiológicos do dengue no município de Teresina, Piauí. BEPA. **Boletim Epidemiológico**

Paulista (Online), v. 9, n. 103, p. 32-39, 2012.

FIALHO, N. N. **Os jogos pedagógicos como ferramenta de ensino.**

2008. www.moodle.ufba.br/file.php/8823/moddata/.../jogos_didaticos.pdf, acesso em: 30/05/2018.

GOMES, A. M. A.; SAMPAIO, J. J. C.; CARVALHO, M. G. B.; KAY, M. Código dos direitos e deveres da pessoa hospitalizada no SUS: o cotidiano hospitalar na roda de conversa. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 12, n. 27, 2008.

GREGIANINI, T. S.; RANIET, T.; FAVRETO, C.; NUNES, Z. M. A.; GIANNIN, G. L. T.; SAMBERG, N. D. Emerging arboviruses in Rio Grande do Sul, Brazil: Chikungunya and Zika outbreaks, 2014-2016. **Reviews in medical virology**, v. 27, n. 6, 2017.

HORTA, R. L.; ANDERSEN, C. S.; PINTOLL, R. O.; HOTA, B. L. Promoção da saúde no ambiente escolar no Brasil. **Rev Saúde Pública**, v. 51, n. 27, 2017.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G.. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, v. 23, n. 1, p. 95-103, 2014.

OLIVEIRA, F. L.; DIAS, M. A. S. Situação Epidemiológica Da Dengue, Chikungunya e Zika No Estado Do RN: uma abordagem necessária. **Revista Humano Ser**, v. 1, n. 1, 2016.

ONGARO, C.F.; SILVA, C.S.; RICCI, S. M. **A importância da música na aprendizagem.** UNIMEO/CTESOP, 2006.

RIBEIRO, M. R. F.; PONTES, V. M. A.; SILVA, E. A. A contribuição da extensão universitária na formação acadêmica: desafios e perspectivas. **Revista Conexão UEPG**, vol. 13, núm. 1, enero-abril, pp. 52-65, 2017.

RODRIGUES, M. C.; TIABORAHY, C. Z.; PEREIRA, M. D.; GONÇALVES, T. M. C. Prevenção e promoção de saúde na escola: concepções e práticas de psicólogos escolares. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 1, n. 1, p. 67-78, 2008.

SANTANA, A. R.; SANTOS, I. B.; LIMA, M. A música como facilitadora da aprendizagem na Educação Infantil. **Ciência na Fama**, v. 1, n. 1, p. 81-105, 2017.

SILVA, A. **A roda de conversa e sua importância na sala de aula.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” 2012.

SILVA, C. B.; KANTORISKI, K. J. C.; MOTTA, M. G. C.; RUBIM, E. N. P. Atividades de educação em saúde junto ao ensino infantil: relato de experiência. **Revista de Enfermagem UFPE OnLine**, v. 11, n. 12, p. 5455-5463, 2017.

SILVA, R. B.; LIMA, N. S. T.; FERNANDES, R. S. A roda da conversa na educação infantil: instrumento de silenciamento ou amplificação da voz da criança? **Revista Eletrônica de**

Educação, v. 11, n. 3, p. 1001-1019, 2017.

SOUZA, H.; RODRIGUES, R; CABRAL, M; CRUZ, C. Cultura bucal: transformando odontologia em música oral. **Raízes e Rumos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 131–142, 2015.

TEICH, V.; ARINELLI, R.; FAHHAM, L.. Aedes aegypti e sociedade: o impacto econômico das arboviroses no Brasil. JBES: **Brazilian Journal of Health Economics**/ Jornal Brasileiro de Economia da Saúde, v. 9, n. 3, 2017.

ZANETTINI, A.; SOUZA, J. B.; FRANCESCHI, V. E.; FINGER, D.; GOMES, A. Quem canta seus males espanta: um relato de experiência sobre o uso da música como ferramenta de atuação na promoção da saúde da criança. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 19, n. 4, p. 1060-1069, 2015.12

ENCONTROS DIALÓGICOS SOBRE DROGAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

ROMANINI, M.¹; SILVA, G. L. da²; PEDROSO, D. N.³; SILVA, J. C. da R. da⁴; VARGAS, E. S. B. de⁵ & WINTER, G. da F.⁶

¹Doutor em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), Professor Adjunto do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS, <https://orcid.org/0000-0003-3288-4763>. E-mail: moisesromanini@yahoo.com.br; ²Discente de Psicologia, Universidade de Santa Cruz do Sul – Campus Montenegro/RS, <https://orcid.org/0000-0001-7933-7893>. E-mail: gersonluis@live.com; ³Discente de Psicologia, Universidade de Santa Cruz do Sul – Campus Montenegro/RS, <https://orcid.org/0000-0002-1323-2973>. E-mail: deisepedroso@mx2.unisc.br; ⁴Discente de Psicologia, Universidade de Santa Cruz do Sul – Campus Montenegro/RS, <https://orcid.org/0000-0002-5340-7942>. E-mail: juliacibele@mx2.unisc.br; ⁵Discente de Psicologia, Universidade de Santa Cruz do Sul – Campus Montenegro/RS, <https://orcid.org/0000-0002-0193-509X>; ⁶Mestre em Educação (UNISC), Doutoranda em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), Professora do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul, <https://orcid.org/0000-0003-2981-0640>. E-mail: gabriellywinter@unisc.br.

Artigo submetido em abril de 2020 - DOI 10.32356/exta.v21.n1.43945

RESUMO

O Projeto de Extensão “Encontros Dialógicos sobre Drogas, Saúde e Educação na comunidade de Montenegro/RS” se constituiu a partir de um movimento de aproximação do Departamento de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul, com a Prefeitura Municipal de Montenegro. Esse trabalho tem como objetivo apresentar e problematizar as ações desenvolvidas ao longo de quatro anos, nos quais foram realizados encontros dialógicos com gestores, profissionais e usuários dos serviços de saúde, educação e assistência social visando a construção de articulações da rede intersetorial frente à questão do uso e abuso de drogas na comunidade de Montenegro. Cabe destacar que, embora se trate de um projeto de extensão, a metodologia proposta é inspirada na tradição das pesquisas participativas, mais

especificamente da Pesquisa-Intervenção. Após um movimento cartográfico junto aos espaços e atores comunitários, bem como o mapeamento das necessidades e demandas, confirmou-se a necessidade de um trabalho voltado ao uso e abuso de álcool e outras drogas entre jovens e adolescentes. Dessa forma, busca-se, através dessas ações, estabelecer um vínculo com os jovens, oportunizando espaços de criação, participação e pensamento crítico. Por outro lado, temos a formação cidadã dos acadêmicos de psicologia envolvidos no projeto, que estão compartilhando saberes com a comunidade em que vivem. Já como resultado para a instituição, espera-se promover uma maior aproximação com a comunidade, divulgando os cursos e estreitando os laços para a proposição de outras ações no futuro.

PALAVRAS-CHAVE Comunidade. Educação. Drogas. Saúde.

DIALOGICAL MEETINGS ON DRUGS IN BASIC EDUCATION

ABSTRACT

The Extension Project “Dialogical Encounters on Drugs, Health and Education in the community of Montenegro / RS” was formed from a movement of approximation between the Department of Psychology of University of Santa Cruz do Sul, and the Municipality of Montenegro. This work aims to present and problematize the actions related to the prevention of the use of alcohol and other drugs, developed over four years in that city, in which dialogical meetings were held with managers, professionals and users of health, education and social assistance services aiming at building articulations of the intersectoral network in the face of the issue of drug use and abuse in the community of Montenegro. It should be noted that, although it is an extension project, the proposed methodology is inspired by the tradition of participatory research, more specifically Research-Intervention. After a cartographic

movement with the community spaces and actors, as well as the mapping of needs and demands, the need for work focused on the use and abuse of alcohol and other drugs among young people and adolescents was confirmed. In 2019, a study group started with 4 psychology students selected to participate in the referred project. Thus, it is sought, through these actions, to establish a bond with young people, providing opportunities for creation, participation and critical thinking. On the other hand, we have the citizen education of psychology students involved in the project, who are experiencing and sharing knowledge with the community in which they live. As a result for the institution, it is expected to promote a closer relationship with the community, publicizing the courses and strengthening ties for proposing other actions in the future.

KEYWORDS: Community. Education. Drugs. Health.

1 INTRODUÇÃO

Desenvolvido, em sua primeira etapa, ao longo do ano de 2016, o Projeto de Extensão “Encontros Dialógicos sobre Drogas, Saúde e Educação na comunidade de Montenegro/RS” foi proposto, inicialmente, como uma forma de aproximação com esta comunidade, tendo o tema drogas apenas como um disparador para encontros dialógicos com a comunidade e um mapeamento das necessidades e demandas. Para apostar e investir na construção de articulações de uma rede intersetorial, um primeiro movimento foi o de sensibilizar as pessoas para o tema, através da proposição de encontros dialógicos na comunidade e com a comunidade.

Os encontros dialógicos envolvem um esforço para levar em consideração a perspectiva do outro e reconhecê-la como legítima. Aqui o diálogo é tomado em suas dimensões ontológica, como um meio de compreender a constituição do ser, e epistemológica, através dos saberes concretizados nas práticas sociais (JOVCHELOVITCH, 2008). Nesse tipo de encontro, podemos pensar numa “ecologia dos saberes” (SANTOS, 2007), na qual existe a possibilidade de que a ciência não constitua uma monocultura, mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes.

A proposta é que o saber científico possa dialogar com os saberes populares e do senso comum, com os saberes construídos nas práticas cotidianas. Aqui o fundamental “não é ver como o conhecimento representa o real, mas conhecer o que determinado conhecimento produz na realidade; a intervenção no real. [...] É importante saber qual é o tipo de intervenção que o saber produz” (SANTOS, 2007, p.33). Os encontros se tornam dialógicos, portanto, quando se alcança a consciência dos ganhos envolvidos na coexistência e na inclusão da perspectiva dos outros. Não pensamos mais em substituição de formas de saber, numa escala linear evolutiva, mas na hibridização dos sistemas de saber (JOVCHELOVITCH, 2008).

Ao adentrar na pesquisa e intervenção no campo das políticas sobre drogas, é necessário reconhecer que muitos são os significados ou sentidos atribuídos à palavra droga. Mas geralmente a droga é entendida como algo que faz mal à saúde e é relacionada, principalmente, às substâncias consideradas ilícitas, como é o caso da maconha, cocaína e do crack. Todavia, entendemos que a droga é, ao mesmo tempo, um remédio e um veneno (ESCOHOTADO, 1997). O que pode fazer da droga um tóxico é o lugar que ela (a droga) assume na vida do sujeito. Escotado (1997) busca uma articulação entre diferentes fatores para estabelecer

quando a droga se torna remédio ou quando ela se torna veneno, a saber: a) a dose usada; b) o objetivo do uso; c) a pureza da substância; e d) as condições de acesso a esse produto e modelos culturais de uso.

Entretanto, a definição de uma substância como “droga” depende, em última instância, não de suas propriedades farmacológicas, mas do modo como o Estado decide tratá-la (ESCOHOTADO, 1997; RODRIGUES, 2003). Declarada pelo governo de Richard Nixon (Estados Unidos), em 1972, a guerra às drogas tornou-se a tônica na abordagem internacional da questão das substâncias psicoativas ilícitas (RODRIGUES, 2003). Nessa época, o tema do controle mundial das “drogas” havia alcançado um nível de alta regulamentação, cujo documento maior era a Convenção Única da ONU sobre Psicotrópicos, de 1961. Esse tratado sintetizou uma série de convenções que, desde o Congresso de Xangai, em 1909 e a Convenção de Haia, em 1922, vinha elaborando restrições à livre produção, venda e consumo de drogas estimulantes, como a cocaína, e narcóticas, como os opiáceos (RODRIGUES, 2003).

O proibicionismo, gerado e concebido nos fins do século XIX, é resultado de vários fatores socioculturais. O aspecto econômico, sem dúvida alguma, teve forte contribuição na construção dessa política. Por um lado, interessava à indústria farmacêutica o monopólio da manipulação, refinamento e comércio do ópio e da cocaína. Por outro, a classe médica, através de sua ascensão, tomou para si a responsabilidade de rechaçar tudo o que pudesse ser caracterizado como xamanismo ou curandeirismo. Ainda, pode-se citar a participação de setores conservadores da sociedade cristã, que tinham força política junto aos legisladores, e que, valendo-se da ideologia da pureza moral, referendaram as políticas proibicionistas (CARVALHO, 2011).

Além do discurso proibicionista (RODRIGUES, 2003; CARVALHO, 2011), que criminaliza o usuário, temos o discurso médico, também hegemônico em nossa sociedade, que institui a “dependência química” como uma “doença crônica”, portanto incurável. Legitimadas por esse discurso, várias práticas constituíram a história da atenção ao usuário de drogas, dentre elas a que mais vigorou foi a reclusão em hospitais psiquiátricos. Somente em 2003 que o Ministério da Saúde estabeleceu a Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas (BRASIL, 2004) e reconheceu que houve um atraso histórico do Sistema Único de Saúde no enfrentamento de problemas associados ao consumo de álcool e outras drogas. A política vigente até meados de 2019 adotava uma abordagem não mais comprometida com o

controle e a repressão, mas sim com a redução dos danos e dos prejuízos. Cabe destacar que a nova política sobre Drogas no Brasil fragiliza a redução de danos enquanto direcionamento clínico e político.

Através da Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas, o Ministério da Saúde “assume de modo integral e articulado o desafio de prevenir, tratar e reabilitar os usuários de álcool e outras drogas como um problema de saúde pública” (BRASIL, 2004, p. 9). Nessa direção, propôs-se a criação de uma rede de atenção integral do Sistema Único de Saúde (SUS), que envolvem ações de prevenção, promoção e proteção à saúde; a construção de malhas assistenciais formadas por dispositivos especializados (os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS AD) e não especializados (unidades básicas, programas de saúde familiar e hospitais em geral), bem como o estabelecimento de ações intersetoriais (BRASIL, 2004).

A política sobre drogas se insere no contexto do Movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil, que é pautado por dois paradigmas fundamentais: a desinstitucionalização e a reabilitação psicossocial (CEDRAZ; DIMENSTEIN, 2005). É importante enfatizar que esses dois paradigmas não se confundem e não têm os mesmos objetivos. A desinstitucionalização requer uma contínua desconstrução de ideologias e práticas cristalizadas, defendendo uma mudança para além dos muros dos serviços de saúde mental. Aproxima-se, dessa maneira, à luta antimanicomial, que trabalha na perspectiva de uma política por transformações estruturais da sociedade. A reabilitação psicossocial, por sua vez, fundamenta-se na ideia de que os usuários desses serviços sofreram inúmeras perdas em decorrência do seu adoecimento. Ela parte do registro da falta e busca assegurar a equidade entre iguais e diferentes (CEDRAZ; DIMENSTEIN, 2005).

Na esteira da defesa da Reforma Psiquiátrica, Teixeira (2003) propõe que os serviços de saúde sejam concebidos como um “Espaço Coletivo de Conversação”, composto por várias e distintas “regiões de conversa” interligadas. Os espaços coletivos de conversação, neste enfoque, são concebidos como encontros dialógicos, tecidos não apenas entre os serviços de saúde, mas, buscando dar conta das articulações de uma rede intersetorial, entre a educação, assistência social e cultura. Os encontros tiveram como ponto de partida o tema das drogas, e, partindo das referências colocadas pelo Ministério da Saúde, trabalha-se com a proposta de uma educação para a autonomia. Diante da dificuldade em formular um discurso pedagógico sobre

drogas, os educadores e profissionais da saúde, assistência social e cultura acabam incorporando um discurso dominante antidrogas, caracterizando uma pedagogia do medo. Vale ressaltar que a prevenção nestes moldes ensina a repetição de palavras de ordem, por exemplo, “diga não às drogas”, mas não instrumentaliza os sujeitos a avaliarem os riscos, as possibilidades de uso (que vai ocorrer em diferentes momentos da vida), entre outros.

Na perspectiva da Educação para a Autonomia, a abstinência deixa de ser “o” objetivo proposto para tornar-se num dos muitos caminhos possíveis. Identificada com a perspectiva da Redução de Danos, a Educação para a Autonomia se contrapõe aos discursos morais e legais que definem o usuário como um “doente” ou um “criminoso”. Esclarecendo e refletindo sobre os diferentes tipos de relação com a droga e as diversas possibilidades de ação educativa: os usos não dependentes, que envolvem riscos também, devem ser alvo de atenção e acompanhamento pedagógico, sem, contudo, moralizar e condenar o sujeito que faz uso da substância. A pedagogia do medo, ao invés de acompanhar, afasta o sujeito. Caso o uso seja dependente, os educadores podem atuar no sentido de estimular a formulação de uma demanda por tratamento, participando do encaminhamento, mantendo um acompanhamento pedagógico, e estabelecendo vínculos de confiança (ACSELRAD, 2005).

A realização deste projeto de extensão foi justificado institucionalmente por duas vias. A primeira, conforme a Comissão de Criação do Curso de Psicologia em Montenegro apontou no Projeto Pedagógico do Curso, refere-se ao interesse no e do município de Montenegro para que a UNISC implantasse um campus naquele município, que iniciou ainda em 2005, quando foi apresentada, pelo município, a primeira proposta de parceria, com vistas à posterior assinatura de um Protocolo de Intenções.

Neste sentido, o presente projeto buscava ampliar e consolidar a parceria estabelecida entre a UNISC e a prefeitura de Montenegro, bem como lançar as bases para futuros convênios que dariam sustentação ao curso de Psicologia e sua atuação junto à comunidade, através de atividades que envolvam os serviços das secretarias de saúde, assistência social, educação e cultura. Para além da consolidação da UNISC em Montenegro, este projeto visava articular a rede intersetorial no debate em torno do tema drogas, apontado pelos secretários municipais presentes em um reunião entre a prefeitura e a universidade, como um tema urgente a ser tratado junto à população.

Cabe enfatizar que, em nossa Instituição, o Curso de Psicologia assume o compromisso

com a pluralidade de diferentes abordagens psicológicas, com a contribuição e os desafios propostos pelas demais ciências, quais sejam, ciências humanas, biológicas e sociais e busca estar em consonância com o projeto universitário da UNISC. O Curso de Psicologia pretende ter um caráter participativo junto à sociedade, através de um constante processo de planejamento e investigação das necessidades das comunidades regionais, sem desconsiderar, entretanto, os movimentos atuais da ciência da Psicologia no Brasil e no mundo.

A segunda via que justificou a criação deste projeto, refere-se à questão das drogas no Brasil. Em abril de 2016, o primeiro autor deste manuscrito defendeu, junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, a tese de doutorado intitulada “Narrativas do Desassossego: do re-en-colhimento às práticas de acolhimento a usuários de drogas na Rede de Atenção Psicossocial de Porto Alegre/RS”. Durante a pesquisa de doutorado, o autor acompanhou três contextos da rede: um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD), uma equipe de Consultório na Rua (CR) e uma equipe da Área Técnica em Saúde Mental. Junto aos profissionais e usuários da RAPS, foram realizados grupos de discussão e entrevistas narrativas.

Dentre tantas coisas que surgiram nessa pesquisa, um aspecto se tornou fundamental. Levando ao pé da letra a frase de Leonardo Boff, “um ponto de vista é a vista de um ponto”, percebe-se que cada ponto de atenção da rede acaba vendo e acolhendo o usuário de drogas a partir de sua perspectiva. Mas não é possível acolher em um serviço isolado. Existe uma série de possibilidades para que o usuário de drogas seja efetivamente acolhido: condições de trabalho, processos e relações de trabalho no contexto dos serviços, representações sociais que temos sobre as drogas e sobre os usuários de drogas, as desigualdades sociais, o preconceito e exclusão de que sofrem tantos usuários de drogas. Nesse sentido, a ideia de uma “condição de acolhimento”, proposta nesta tese, deve ser um empreendimento do poder público e de toda a sociedade, para que consigamos construir uma cidade mais acolhedora, uma cidade com espaços públicos que acolham e incluam.

É dentro do contexto dessa pesquisa que o projeto de extensão aqui apresentado começa a ser delineado. Aliou-se à essa vontade de retomar questões desenvolvidas sobre o acolhimento a possibilidade de abertura de um curso de Psicologia no campus da UNISC de Montenegro. Conhecer o território e a comunidade de Montenegro, aproximando a UNISC ainda mais da cidade de Montenegro e de suas demandas, e trabalhar com uma proposta de articulação de uma

rede intersetorial no campo das drogas, foram os objetivos que nortearam o presente projeto, que foi desenvolvido em Montenegro. Os desdobramentos desse projeto inicial poderão fazer com que a extensão no Curso de Psicologia de Montenegro contribua na formação da/o estudante no que se refere à possibilidade da vivência em equipe multiprofissional e na construção do conhecimento de modo interdisciplinar.

No campo das drogas e da atenção às pessoas que sofrem com o uso de substâncias, a questão da continuidade e da integralidade do tratamento são fundamentais e também um desafio para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Por isso, surgiu a proposta do projeto de extensão com instituições da saúde, educação e assistência social, propondo encontros dialógicos com gestores, profissionais e usuários dos serviços, bem como com estudantes de escolas públicas e privadas, visando a construção de articulações da rede intersetorial frente à questão do uso e abuso de drogas na comunidade de Montenegro e região do vale do Caí.

Assim, serão apresentadas as principais ações de extensão realizadas no campo da educação, tendo como objetivo refletir sobre o que se produziu como efeitos nesse campo, bem como delinear possíveis ações futuras junto à comunidade. Destaca-se, ainda, que neste manuscrito são apresentadas as experiências desenvolvidas ao longo dos quatro anos de projeto (2016-2019).

3 METODOLOGIA

Embora se trate de um projeto de extensão, a metodologia proposta é inspirada na tradição das pesquisas participativas, mais especificamente da Pesquisa-Intervenção, bem como da cartografia. A pesquisa-intervenção é uma das formas de pesquisa participativa/participante, que surge como um movimento frente às pesquisas científicas tradicionais, problematizando as relações entre o investigador e o que é investigado, entre sujeito e objeto, teoria e prática (ROCHA; AGUIAR, 2003).

A pesquisa-intervenção nos contextos aqui propostos, portanto, fornece ferramentas importantes, como o campo de análise, o campo de intervenção, os analisadores e a noção de restituição como elementos que podem vir a desnaturalizar a pedagogia do medo, amplamente utilizada nas abordagens sobre drogas e/ou na desconstrução de outros temas que transversalizam as práticas nos diferentes serviços da saúde, assistência social e educação. A reconceituação, por exemplo, de noções como a de grupo e instituição, possibilita aproximar a

pesquisa-intervenção da perspectiva da Redução de Danos (RD), que sustenta teórica e eticamente a construção desse estudo. A RD, ao desconstruir a ideia de uma única forma de subjetivação em relação às drogas, a figura do “dependente químico” ou do “criminoso”, acaba por se tornar uma prática instituinte no campo das políticas sobre drogas. Ademais, ao tomar como pressuposto a construção da subjetividade, em relação com o cuidado, como um processo, transformando aquele que foi cuidado em cuidador, também nos aproxima da perspectiva cartográfica.

A cartografia consiste em um método que, ao contrário do que é esperado, rompe com a noção de linearidade e previsibilidade da pesquisa, apostando na experimentação do pensamento e na produção de um trabalho investigativo que não se baseie em prescrições ou objetivos previamente estabelecidos, assim como a RD faz em relação ao cuidado com os usuários de drogas. O desafio da cartografia, assim, está na realização de uma reversão do sentido tradicional de método, ou seja, ao invés do pesquisador caminhar para atingir metas prefixadas, ele caminhará e, a partir do próprio percurso, traçará os seus objetivos (PASSOS; BARROS, 2010). Nesse sentido, os objetivos amplos desse projeto de extensão denotam a abertura para esse caminhar e ir sentindo os relevos dos territórios e relações que vão sendo tecidas nos encontros do pesquisar-intervir.

A dimensão da criação, afirmada na pesquisa sustentada no paradigma ético-estético da cartografia, faz emergir uma pesquisa/prática implicada, uma prática-inclinação que produz desvios no e sobre o campo, pesquisa que não dissocia sujeito de objeto, uma pesquisa que transforma e é transformada pelo campo, uma pesquisa-intervenção (PAULON; ROMAGNOLI, 2010). Na relação entre pesquisa-intervenção e cartografia, os desvios e devires próprios do pesquisar fazem com que os extensionistas escutem o inesperado que produz alterações nas demandas, atentando também para os deslocamentos produzidos nas subjetividades daqueles que participam das ações e nos focos de invenções parciais que abrem novos caminhos para a pesquisa e para a extensão. E, assim, ao longo de 4 anos de projetos de extensão, as ações vão pensadas e repensadas num processo contínuo de encontro com os sujeitos no campo, que produzem questionamentos, inflexões e demandas que redesenham nossa proposta inicial.

Apresentação e Discussão dos Resultados

Nessa seção do manuscrito apresentaremos as principais ações do projeto no contexto

das políticas de educação. Embora essas ações sejam aqui apresentadas de forma separada, elas foram sendo pensadas, constituídas e desenvolvidas concomitantemente, ou uma como efeito da outra, no processo cartográfico iniciado em Montenegro no ano de 2016 e tomado como letras grafadas de uma experiência no ano de 2019.

Rodas de Conversa sobre Drogas, Saúde e Educação

No ano de 2016 foram realizadas três rodas de conversa, no campus da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC de Montenegro, abertas à comunidade. Os encontros tiveram como temas: “O problema das drogas na atualidade e o cuidado a pessoas que usam drogas – que sociedade queremos?”; “Da prevenção à reinserção e reabilitação psicossocial – que saúde e educação queremos?”; “As práticas de acolhimento a pessoas que usam drogas – que cuidado queremos?”. Inscreveram-se nos três encontros 152 pessoas (no primeiro foram 59, no segundo foram 52 e no terceiro foram 41), de diferentes áreas (profissionais da saúde, assistência social, educação, representantes de Conselhos Municipais e das secretarias de saúde e educação). Ao final dos encontros, os participantes foram convidados a avaliar a proposta, que foi, em sua maioria, considerada como intervenção muito boa junto à comunidade. Cabe destacar ainda que a maioria dos participantes foram professores da rede municipal, sendo esse espaço o responsável pela articulação com a educação, uma vez que não foi possível visitar as escolas.

Oficinas sobre Drogas, Saúde e Educação

Já no ano de 2017, os encontros tiveram um formato diferente: ao invés de rodas de conversa, foram propostas oficinas, tendo como público-alvo preferencial os profissionais da educação. Foram realizadas, no campus da UNISC de Montenegro, cinco encontros abertos à comunidade, intitulados “Oficinas sobre Drogas, Saúde e Educação”. Em todos os encontros, participaram aproximadamente 30 pessoas. Os encontros tinham como disparador atividades iniciais, envolvendo construção de cartazes, dinâmicas de grupo e vídeos que pudessem ser adaptados pelos professores para o desenvolvimento em sala de aula com os estudantes. Após as atividades iniciais, seguiam-se os debates com o grupo. O primeiro encontro foi composto por uma sessão de cinema e debate sobre o filme “Depois de Lúcia”¹. Todos os temas que

¹ O filme conta a história de Roberto e sua filha Alejandra, de quinze anos. Após a morte de Lúcia (esposa de Roberto e mãe de Alejandra), a relação do pai e da filha ficou abalada. Para escapar da tristeza que tomou conta

serviram como base das oficinas tiveram relação direta ou indireta com a história do filme.

No segundo encontro, a oficina “Violência nos Contextos Educacionais” abordou com os participantes, questões como preconceito, violência (na escola, da escola e contra a escola; física, simbólica, verbal, etc.) e bullying. A oficina “Uso de Drogas e Adolescência”, no terceiro encontro, abordou, de forma dinâmica, os conceitos de adolescência e questão uso de drogas na adolescência. No quarto encontro foi realizada a oficina “Saúde Mental e Questões de Gênero”, com discussões sobre machismo, feminismo, gênero e sexualidade, bem como formas de abordar esses temas nas escolas. Por fim, no último encontro foi realizada a oficina “As relações entre família e Escola”, na qual os participantes tiveram a oportunidade de refletir sobre as funções e relações entre as famílias e as escolas.

Participação em eventos da comunidade

Ainda no ano de 2017 os membros do projeto de extensão foram convidados pela Secretaria Municipal de Educação, para participar do 16º Encontro Nacional de Educação com uma sugestão de oficina. Foi proposta a oficina intitulada “Experiências e Estratégias de Prevenção ao uso de drogas e promoção de saúde nas escolas”, cuja ementa foi: sensibilização quanto aos conceitos de prevenção, promoção de saúde e educação para a autonomia no campo das drogas; questões socioculturais sobre o uso de drogas nas sociedades contemporâneas; drogas na escola: estratégias de prevenção e promoção de saúde; experiências de projetos de prevenção em escolas. A oficina teve duração de 4 horas e contou com a participação de 70 professores da rede pública de educação.

Já em 2018, a convite do Conselho Municipal Antidrogas (COMAD)², o grupo participou da Semana Municipal de Prevenção ao Uso de Drogas. Estavam presentes no

da rotina de ambos, pai e filha se mudam de cidade e vão morar na Cidade do México. Em busca de uma nova vida, Roberto inicia um novo trabalho e Alejandra ingressa em uma nova escola, na qual passa a sofrer abusos físicos e emocionais depois de ter um vídeo compartilhado entre os colegas de escola. Intimidada e envergonhada, a filha não conta nada para o pai, e à medida que eles se afastam cada vez mais, a violência toma conta da vida dos dois.

² Com a alteração da nomenclatura da secretaria e do conselho nacional sugeridas pela Lei nº 11.754/2008, as esferas estaduais e municipais também iniciaram essa alteração de antidrogas, para políticas sobre drogas. Mais do que uma alteração de nomenclatura, tal mudança representava um redirecionamento do trabalho realizado pelos conselhos nacional, estaduais e municipais, com a superação de uma perspectiva meramente repressiva. Entretanto, durante o período de realização deste projeto de extensão, o conselho do referido município permanecia com a nomenclatura “antidrogas”. O primeiro autor deste manuscrito atuou por um período como conselheiro do COMAD, tendo redigido um texto para a justificativa da mudança no nome do Conselho, o que acabou não sendo levado à Câmara de Vereadores e ao Gabinete do Prefeito.

Auditório da Brigada Militar de Montenegro cerca de 200 estudantes, em sua maioria de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A proposta foi de um *talk show* sobre o uso e abuso de álcool, tema escolhido pelo COMAD a ser abordado durante essa semana. O evento contou ainda com a participação de dois psiquiatras, um vinculado ao CAPS I e outro vinculado ao Hospital Montenegro.

Rodas de Conversa com estudantes nas escolas

Essa atividade iniciou a partir dos pedidos de professores e direções de escolas para abordar o tema das drogas junto aos estudantes, e aconteceu ao longo do ano de 2017 e início de 2018. Ao total foram acessadas 4 escolas: Escola Gonçalves Dias (Triunfo), Escola do SESI, CIEP e Escola João Pedro Muller. Os temas trabalhados foram o uso de drogas e a construção de projetos de vida, totalizando a participação de 230 estudantes, em sua maioria de 6º a 9º anos do Ensino Fundamental, bem como estudantes de Ensino Médio (na Escola do SESI, principalmente, e no noturno do CIEP).

Com exceção da escola de Triunfo, na qual foi abordado o tema da Construção de Projetos de Vida, nas demais escolas a conversa e o debate foi sobre o uso e abuso de drogas. A atividade consistiu na técnica da caixa de perguntas. Os estudantes que tivessem interesse foram convidados a escrever uma ou mais perguntas em um papel. Todos os papéis eram dobrados e colocados em uma caixinha. Ao som de uma música, a caixa passava de mão em mão, até parar o som. O estudante que estava com caixa nesse momento deveria tirar uma das perguntas e ler em voz alta. A conversa se iniciava sempre a partir dessas perguntas, no intervalo de tempo de uma a duas horas.

Além dessas escolas, fomos convidados a participar da Semana Multicultural da Criança e do Adolescente, em outubro de 2017, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Etelvino de Araújo Cruz, com turmas de 4º, 6º e 7º anos, totalizando 40 estudantes³. Nessa oportunidade não foi utilizada a técnica da caixa de perguntas. Foi uma atividade expositivo-dialogada, com a participação intensa dos estudantes, principalmente dos que estavam no 4º ano. Mesmo com participação ativa dos estudantes, observamos que a dinâmica das perguntas funcionou melhor,

³ Cabe destacar que, embora nossas ações geralmente fossem organizadas com objetivos conforme faixa etária e séries mais específicas, em algumas escolas as turmas eram unidas para atividades de temas transversais no currículo, como era o caso das discussões sobre prevenção ao uso de drogas. Nessas situações, a linguagem utilizada e os objetivos traçados são adaptados para a compreensão de todas e todos as/os participantes.

pois os estudantes se sentiam participantes da construção da “palestra” e eles mesmos se arriscavam a responder as perguntas feitas pelos colegas.

Roda de Conversa – Da Pedagogia do Medo à Educação para a Autonomia: construindo um Fórum Permanente sobre Drogas, Saúde e Educação

Essa roda aconteceu em julho de 2018 e contou com a presença de aproximadamente 30 pessoas. A maioria dos participantes foram estudantes da UNISC. Uma turma do Curso de Educação Física participou do encontro junto com a professora da disciplina e alguns alunos do Curso de Psicologia. Alguns profissionais da rede de saúde e educação também participaram do encontro.

Após uma fala sobre os modelos de atenção e prevenção no campo das drogas, seguiu-se o debate sobre a criação de um Fórum Permanente, com encontros mensais. Buscou-se, nesse encontro, problematizar e refletir sobre o modelo hegemônico da pedagogia do medo, pautado no paradigma da abstinência e no enfoque repressivo. A aposta é na Educação para a Autonomia, através da qual o estudante deve ter acesso às informações e pode conseguir pensar sobre o uso de drogas. Os participantes da roda fizeram muitas perguntas e relatos, o que evidenciou o interesse pelo tema e a satisfação com a atividade proposta. Ao final deste encontro, começou-se a pensar sobre como poderia funcionar um Fórum Permanente, que veio a ocorrer o primeiro encontro no mês seguinte.

A ideia desse Fórum surgiu a partir de demandas apresentadas por professores do município que, segundo eles, carecia de espaços de debates e construção de projetos de prevenção e promoção de saúde nas escolas. Foram programados cinco encontros, de agosto a dezembro. No primeiro encontro participaram aproximadamente 20 pessoas. Em setembro e outubro, o número de participantes foi diminuindo, chegando a aproximadamente seis participantes. Em novembro apenas dois participantes e em dezembro o encontro não ocorreu por falta de participantes.

Essa é uma atividade que precisa ser repensada e reformulada, uma vez que não alcançou o seu público-alvo: os professores. Apenas nos encontros de julho e agosto percebeu-se a participação de alguns professores da rede pública de Montenegro. Nos demais encontros, 4 participantes se mantiveram constantes nos debates. Uma psicóloga e um professor de um Instituto Federal de Educação de outro município; e dois profissionais de uma Comunidade

Terapêutica. A proposta inicial era de que os encontros se constituíssem num espaço de escuta das demandas e reflexões conjuntas para ações nas escolas. Os profissionais do IFRS sempre traziam demandas e pensávamos em possíveis encaminhamentos para as situações narradas. Os profissionais da CT acabavam sempre reproduzindo o mesmo discurso da dependência química e do quanto a CT era uma boa opção terapêutica. Em um dos encontros, um dos profissionais da CT demonstrou interesse em elaborar ações de prevenção nas escolas, buscando alcançar um maior número de jovens e estender os debates para além da universidade. Essa ideia surgiu ao final do ano, não tendo tempo suficiente para avançar com essa ideia.

Grupo de Estudos e Ações nas Escolas

Com o intuito de dar continuidade e estender as ações junto às escolas, em 2019 um dos focos do projeto foi a criação de um grupo de estudos. Esse grupo, inicialmente composto por 4 estudantes da graduação em psicologia, debruçou-se em leituras que versavam sobre políticas de drogas e questões relativas à promoção de saúde e prevenção ao uso de álcool e outras drogas no contexto escolar. Entendendo a escola como um ambiente propício para a atuação preventiva, a partir dos pressupostos da Educação para a Autonomia (ACSELRAD, 2005), esse grupo de estudantes, junto aos orientadores, buscam considerar as diferentes faixas etárias e características de crianças e adolescentes para propor oficinas.

Nas ações realizadas até o momento, percebeu-se que os jovens não gostam e não aprovam o modelo convencional em forma de palestras, através do qual uma pessoa fala e eles somente escutam. Estes jovens querem e aprovam modelos de abordagens e propostas em que eles tenham consciência crítica, espaços para questionamentos e discussões. Nessa direção, o projeto propõe estabelecer vínculos com os mesmos, fazendo com que eles tenham uma participação criativa e desenvolvam pensamento crítico. Para que de fato ocorra o engajamento do jovem em uma ação coletiva é necessário que ele se considere como parte de um projeto coletivo, contextualizado e situado (PRADO; PERUCCHI, 2011).

A partir desses pressupostos, o grupo de acadêmicos construiu uma proposta em que serão desenvolvidos 3 (três) encontros com cada grupo nas escolas, com a participação de, no máximo, 9 (nove) alunos. A seleção das escolas nas quais serão realizadas as oficinas pelos bolsistas do projeto de extensão ocorrerá a partir de uma lista de solicitações realizadas por instituições de ensino junto à UNISC. Já a definição das turmas e estudantes que participarão

da ação proposta ocorrerá em diálogo entre a equipe extensionista e direção e coordenação pedagógica de cada escola.

No primeiro encontro haverá a participação dos três acadêmicos de psicologia, onde um ficará a cargo de conduzir o encontro de forma geral, como coordenador do grupo ou oficina. O foco deste primeiro encontro será conhecer um pouco da história de cada um dos alunos participantes e seus conhecimentos acerca do tema “drogas”, bem como apresentar os graduandos e a forma que será conduzida a ação proposta. Esse será o momento em que os alunos, de forma totalmente livre, terão a oportunidade de expressar os seus conhecimentos acerca do tema através da arte e da fala. Eles serão divididos em três grupos, de pelo menos 3 (três) alunos, e aqui cada graduando ficará responsável por conduzir um dos grupos. Cada grupo receberá um papel pardo, tinta tempera, revistas, tesouras, e poderão colocar no papel elementos que ajudarão no entendimento dos seus conhecimentos acerca do tema. Propomos, com isso, assim como afirma Figueiredo (2011),

um diálogo claro e honesto sobre a existência das drogas, seus diferentes consumos e motivações, os efeitos das diferentes substâncias e formas de uso. Isso significa uma ação educativa, seja na escola com atividades intra e extracurriculares, em espaços de saúde, sociabilidade, lazer, mas também pelo uso educacional da própria mídia. Para que este diálogo ocorra, é fundamental conhecer as características sociais, de lazer e os códigos culturais dos jovens, de forma a facilitar a comunicação e ação com esses grupos, gerando troca de informações com base científica, estimulando atitudes autônomas de autocuidado. (p. 54).

No segundo encontro, os alunos terão a oportunidade compartilhar a construção de conhecimentos dos pequenos grupos com o grande grupo, ou seja, cada um dos 3 (três) grupos terão momentos de protagonismo, através dos quais os alunos graduandos terão uma coparticipação, auxiliando no esclarecimento de dúvidas que possam surgir, bem como aproveitando oportunidades para ampliar o conhecimento dos alunos. No terceiro encontro, trabalhando com a premissa de que o grande grupo se apropriou de algum conhecimento acerca do tema, será construída coletivamente uma produção artístico-cultural (cartaz com tinta em um pano).

Ressaltamos que essa atividade foi discutida e planejada pelos graduandos em psicologia, integrantes do projeto de extensão, sob supervisão dos professores orientadores. À medida em que o grupo avançava e se aprofundava nas leituras sobre drogas, prevenção às drogas nas escolas e políticas públicas, as ideias iam sendo discutidas e amadurecidas. Essa proposta, contudo, ainda não foi desenvolvida nas escolas, pois seu início estava previsto para

o mesmo período em que começamos a viver o distanciamento social (pandemia do Covid-19), em meados de março de 2020.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início do desenvolvimento do Projeto de Extensão “Encontros Dialógicos sobre Drogas, Saúde e Educação na comunidade de Montenegro/RS”, foram aproximadamente 700 pessoas beneficiadas, apenas no âmbito da educação. Para além dos números, o que se conquistou ao longo de quatro anos foi uma profícua articulação com escolas, professores, estudantes e a construção de espaços dialógicos sobre o tema das drogas.

Esses espaços dialógicos, no contexto deste projeto, são muito heterogêneos, incluindo a proposição de palestras, oficinas com estudantes e professores, grupo de estudos, dentre outros. Todas as ações, embora singulares, em relação ao contexto e público, tem características que as transversalizam: a educação para a autonomia, a valorização dos diferentes saberes sobre o tema, o entendimento de que a conscientização não é um processo que acontece de fora para dentro e a necessidade de conversar, de forma crítica e clara, sobre o tema das drogas.

Através dessas atividades de extensão, sentimos que a universidade se aproxima da comunidade, cumprindo o que acreditamos ser o papel fundamental das instituições de ensino superior em nossa sociedade: a construção de conhecimentos *com e para* as pessoas. Assim sendo, a extensão traz sempre consigo a dimensão da pesquisa, ainda mais quando se adota a cartografia enquanto método da pesquisa-intervenção, pois não se propõem ações extensionistas tomando conhecimentos produzidos apenas pelos sujeitos da academia, mas produzindo conhecimentos com as pessoas, saber e saber fazer são coproduzidos nos contextos de atuação.

Enquanto projeto sempre em movimento, cartográfico, as ações vão sendo pensadas e repensadas, num contínuo processo de estudo, supervisão e intervenção. A intervenção também transforma os facilitadores do processo, nessa articulação entre ensino, pesquisa e extensão. As escolas, por sua vez, carecem de ações junto aos estudantes e professores. Estes se queixam que os jovens usam drogas cada vez mais cedo, mostram-se sem esperança e sem planos para o futuro. Projetos como esse não podem e não conseguem resolver essa demanda, mas criam espaços importantes de diálogo em um momento de tantos retrocessos e silenciamentos, especialmente no caso das políticas públicas sobre drogas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, G. A Educação para a autonomia: construindo um discurso democrático sobre as drogas. p. 183-212. In: ACSELRAD, G. (Org.). **Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Nacional DST/Aids. **A política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. (2a.ed.). Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CARVALHO, J. C. de. Uma história política da criminalização das drogas no Brasil: a construção de uma política nacional. **VI Semana de História e III Seminário Nacional de História: Política, cultura e sociedade**. Programa de Pós-Graduação em História/UERJ, 2011.

CEDRAZ, A.; DIMENSTEIN, M. Oficinas terapêuticas no cenário da reforma psiquiátrica: modalidades desinstitucionalizantes ou não? **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 2, p. 300-327, 2005.

ESCOHOTADO, A. **O livro das drogas – Usos e abusos, desafios e preconceitos**. São Paulo: Dynamis Editorial, 1997.

FIGUEIREDO, R. Prevenção ao abuso de drogas utilizando estratégias culturais de redução de danos. **Revista Juventude.br.**, Ano 5, dez./2010. Centro de Estudos e Memória da Juventude – CEMJ, 2011.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber – Representações, comunidade e cultura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSO, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 32-51.

PAULON, S. M.; ROMAGNOLI, R. C. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Ano 10, n. 1, p. 85-102, 2010.

PRADO, M. A. M.; PERUCCHI, J. Hierarquias, sujeitos políticos e juventudes: os chamados “movimentos” juvenis circunscrevem um sujeito político na contemporaneidade. (p.347-360). In: DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (Orgs.). **Juventudes Contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2011.

ROCHA, M.; AGUIAR, K. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003.

RODRIGUES, T. Política de drogas e a lógica dos danos. **Revista Verve**, São Paulo, NuSol/PUC-SP, n. 3, 2003.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

TEIXEIRA, R. R. O acolhimento num serviço de saúde entendido como uma rede de conversações. p. 89-111. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. de (Orgs.). **Construção da integralidade**: cotidiano, saberes e práticas em saúde. Rio de Janeiro: IMS-UERJ, ABRASCO, 2003.

FACEBOOK: EXPERIÊNCIA COM ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

NUNES, A. K. F.¹; NOGUEIRA, A. S.²; OLIVEIRA, A. V. B. de³; LIMA, E. dos S.⁴ & ANDRADE, F. de O⁵

¹Pós-Doutorado em Educação, pela Universidade de Salamanca, Professora de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (UNIT) e Diretora do Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologia e Contemporaneidade (GPETEC). E-mail: andreaknunes@gmail.com;
²Mestre em Educação, pela Universidade Tiradentes (UNIT) e Coordenador Pedagógico e Professor do Ensino Técnico Profissionalizante, no Centro de Estudos da Fundação São Lucas. E-mail: adeiltonthoy@gmail.com;
³Doutora em Educação, pela Universidade Tiradentes (UNIT), Professora da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), e Membro Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologia e Contemporaneidade (GPETEC). E-mail: aliceoliveirao.al@gmail.com;
⁴Mestre em Educação, pela Universidade Tiradentes (UNIT), Professor de Português e de Espanhol, Professor Universitário e Membro Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologia e Contemporaneidade (GPETEC). E-mail: emerson.lima.professor@hotmail.com;
⁵Mestre em Educação, pela Universidade Tiradentes (UNIT), Secretária de Educação do Município de Santa Rosa de Lima-SE e Membro Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologia e Contemporaneidade (GPETEC). E-mail: fabiana.pot@gmail.com.

Artigo submetido em maio de 2020 - DOI 10.32356/exta.v21.n1.44075

RESUMO

O artigo é resultado de um projeto de extensão que surgiu após Pesquisa de Iniciação Científica, realizada em dez escolas públicas de Ensino Fundamental do estado de Sergipe, que buscava saber quais redes sociais eram mais utilizadas pelos adolescentes dessas dez escolas; onde ficou evidenciado que o *Facebook* era o dispositivo mais utilizado por quase 100% dos estudantes; e está fundamentado em Martín-Barbero (2014) e em Nunes, Lima e Ribeiro (2016). O objetivo do projeto é mostrar aos estudantes os riscos de uma exposição desmedida nas redes sociais, além de alertar acerca das precipitações no

compartilhamento e/ou comentários de determinadas informações. Para tanto, foi aplicada a pesquisa qualitativa descritiva e o estudo de caso, que comprovou a necessidade de um trabalho mais assertivo com os estudantes acerca das ferramentas disponíveis no Facebook, visto que muitos utilizavam inadequadamente estes dispositivos, postando, compartilhando ou fazendo comentários que podem prejudicar os próprios adolescentes. Assim, conclui-se que os estudantes devem ter cuidado no que se refere a postagens, pois devem perceber-se como protagonistas dos seus compartilhamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Exposição. *Facebook*. Responsabilidade Social.

FACEBOOK: EXPERIENCE WITH ELEMENTARY SCHOOL STUDENTS

ABSTRACT

The article is the result of an extension project that emerged after a Scientific Initiation Research, executed in ten public Elementary Schools in the state of Sergipe, that sought to find out which social networks were most used by adolescents in these ten schools; where it became evident that Facebook was the device most used by almost 100% of students; and it is based on Martín-Barbero (2014), and Nunes, Lima and Ribeiro (2016). The aim of the project is to show students the risks of excessive exposure on social networks, besides warning about

precipitations in sharing and/or comments on certain information. Hence, qualitative descriptive research and case study were applied, which proved the need for more assertive work with students about the tools available on Facebook, since many of them used these devices inappropriately, posting, sharing or making comments that could harm teenagers themselves. Thus, it is concluded that students must be careful in concern to posts, as they must notice themselves as protagonists of what they share.

KEYWORDS: Education. Exposure. Facebook. Social Responsibility.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente as pessoas vivem imersas em um mundo em que as tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) se inovam e se propagam constantemente. Em consequência disso, a informação, de forma geral, difunde-se cada vez mais rápido e por

diferentes meios. Sendo assim, estar “informado” significa, muitas vezes, participar de um mundo virtual em que as informações se difundem, podendo, ou não, agregar valores aos sujeitos envolvidos em vários domínios da vida cotidiana.

Para Ribeiro (2008), isto se caracteriza como um dos fenômenos da pós-modernidade, denominado desterritorialização, ou seja, o espaço geográfico já não é obstáculo para algumas situações, e, de certa maneira, essa realidade tem se convertido em problema para algumas pessoas que não filtram aquilo que divulgam nesse espaço tecnológico chamado *internet*, que tem alcançado distâncias inimagináveis.

Quando aplicadas à educação, essas tecnologias possibilitam mudanças expressivas no cotidiano educacional do País. Elas permitem que o acesso ao ensino deixe de estar limitado aos prédios físicos e às metodologias educacionais tradicionais, como, por exemplo, o livro didático e o quadro; e o processo de ensino e aprendizagem passe a ser desenvolvido também por meio dos computadores ou *smartphones*.

Nesse prisma, usar redes sociais, como, por exemplo, o *Facebook*, com uma proposta pedagógica pode atrair a atenção dos estudantes, sobretudo quando se trata de adolescentes e jovens, pois estes correspondem a um público naturalmente digital, ou seja, os chamados nativos digitais. Por terem nascido na era da informação e da tecnologia digital, esses alunos têm extrema facilidade em aprender a manusear ferramentas tecnológicas. Por isso, levar essas ferramentas para a sala de aula pode é forte atrativo para eles.

Com essa tecnologia, o processo de aprendizagem pode ocorrer na casa do estudante, ou no ambiente de trabalho, caso ele já esteja inserido nesse mercado, ou ainda nas salas de aulas, que muitas vezes são equipadas e informatizadas. Essas salas, tecnologicamente equipadas, são chamadas por Santos (2003) como Ambientes Informatizados de Aprendizagem.

No que se refere ao uso do *Facebook* como uma proposta pedagógica, “[...] es un recurso virtual que posibilita al educador presentar, a su alumno, un modo dinámico, interactivo y bastante atractivo de aprendizaje. Sin contar que ese ambiente es conocido por los alumnos” (NUNES; LIMA; RIBEIRO, 2016, p.5). Esta ação vai além de somente trabalhar conteúdos didáticos, embora também seja possível trabalhá-los por meio desta rede social, mas é importante alertar quanto ao uso das ferramentas disponíveis na rede, que, muitas vezes, não são filtradas pelos adolescentes, e terminam disseminando conteúdos

inapropriados, ou até mesmo falsos, as chamadas *fake news*¹; além de fazendo comentários inadequados e ofensivos, podendo, inclusive, gerar problemas de ordem judicial. Assim, vale ressaltar que foco deste artigo é a abordagem acerca do uso do *Facebook* que os adolescentes fazem e de que maneira esses indivíduos podem ser orientados.

Nesse quesito da informatização, Martín-Barbero (2014) também reforça a questão da aprendizagem com as tecnologias e relata que a sociedade vive hoje uma era informacional, e que não há idade específica para aprender. Segundo o autor, todas as idades são idades para aprender, isto é, são próprias e adequadas para o aprendizado.

A partir do exposto, é importante sobrelevar que esta produção textual científica é resultado de um projeto de extensão, cujo objetivo é mostrar aos estudantes os riscos de uma exposição desmedida nas redes sociais, além de alertar acerca das precipitações no compartilhamento e/ou comentários de determinadas informações, está fundamentada teoricamente em Martín-Barbero (2014) e em Nunes, Lima e Ribeiro (2016). O projeto surgiu após Pesquisa de Iniciação Científica, realizada em dez escolas da rede pública de educação do estado de Sergipe, num universo de cem estudantes pesquisados, que relataram quais os dispositivos tecnológicos que mais faziam uso e a relevância das tecnologias no cotidiano de cada um.

Vale antecipar que o dispositivo tecnológico mais utilizado pelos estudantes, para acessarem a *internet*, é o aparelho celular. Nesse quesito, também é importante destacar que esse dado não é uma realidade exclusiva das instituições de ensino sergipanas, tendo em vista que o uso do telefone celular ou *smartfone* se consolida como o principal meio para acessar a *internet* no Brasil, conforme dados divulgados pelo Suplemento de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 22 de dezembro de 2016.

No que se refere ao uso desse recurso por estudantes, a pesquisa realizada pelo IBGE anunciou que 97,3% eram estudantes de escolas particulares e 73,7% de escolas públicas, e que 57,5% desse público têm 10 anos ou mais de idade, o que corresponde a 102,1 milhões de pessoas. Quanto aos jovens entre 18 ou 19 anos, o percentual chega a 82,9% da população.

¹Termo em inglês que se refere a notícias falsas divulgadas e propagadas em *sites* de internet.

Em todos os grupos compreendidos na faixa de 10 a 49 anos de idade, a pesquisa do IBGE mostra que o uso da *internet* ultrapassou 50%.

Ao analisar os dados e o aumento de acesso à rede, é possível depreender que a *internet* não só torna acessível a informação a qualquer pessoa, como também assume uma tendência de autocomunicação. Nesse contexto, além de identificar os dispositivos tecnológicos utilizados pela grande maioria dos alunos pesquisados, a pesquisa também pretendia identificar quais redes sociais eram mais utilizadas por esses estudantes, e de que maneira eles as utilizavam.

Segundo Martín-Barbero (2014, p. 126) “Estamos diante de um movimento de descentralização, que retira o saber de seus dois lugares sagrados, os livros e a escola [...]” isto é, a sociedade atual é o movimento das destemporalização dos saberes.

Entretanto, é mister entender que, dependendo do uso que se faça dos seus recursos, o *Facebook* pode ser favorável, mas também pode se tornar um vilão, quando não se filtra aquilo que está sendo divulgado. Além disso, é preciso assimilar que as pessoas que fazem uso inadequado desses recursos podem e devem ser responsabilizadas por seus atos e publicações indevidas.

Essa realidade pode ser facilmente comprovada, pois as emissoras de TV brasileiras, quase que diariamente, noticiam casos de pessoas que tiveram seus nomes, injustamente, ligados a fatos depreciativos, como ligação com facções criminosas, ou com desvios de dinheiro público, ou ainda com atos de discriminação racial. Esses casos citados são exemplos reais de quão importante é filtrar a divulgação de informações na *internet*, bem como verificar sua veracidade.

Nesse sentido, as redes sociais, na contemporaneidade, são o principal veículo de propagação de notícias, sejam elas verdadeiras ou falsas. As notícias inverídicas são chamadas, nas redes, de *fake news*. Muitas pessoas, famosas e anônimas, já foram vítimas de calúnias disseminadas nessas redes, por isso, torna-se altamente relevante o estudo acerca do poder de alcance e de destruição que a exposição sem medida na *internet* pode provocar.

Assim, Amarante (2016, p. 28) assevera que:

[...] compreender a vida social na contemporaneidade requer considerar o estudo das redes sociais *online* já que estas alteraram profundamente nos últimos anos a forma como milhões de pessoas se comunicam e compartilham informação entre si (AMARANTE, 2016, p.28).

Justamente por conta do poder que a *internet* exerce hoje sobre as pessoas, em especial sobre os adolescentes, que, muitas vezes, ainda não têm maturidade para, antes de publicar ou comentar algo, certificar-se de verificar se tal conteúdo publicado ou comentado é real ou falso; foi pensado um projeto de extensão que pudesse contribuir com usuários adolescentes dessas redes sociais, especificamente o *Facebook*, a fim de que sejam mais criteriosos na divulgação e compartilhamento de determinadas informações.

Dessa forma, apresentam-se, a seguir, o espaço do projeto de extensão, como ação de intervenção numa escola da rede estadual de ensino da cidade de Aracaju, as razões que levaram à escolha deste espaço, bem como os objetivos e a justificativa para tal atividade.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto surgiu após Pesquisa de Iniciação Científica realizada em 10 escolas da rede pública de educação do estado de Sergipe. A pesquisa teve o foco em investigar quais eram os recursos tecnológicos e os *sites* que os estudantes mais visitavam, e quais dispositivos tecnológicos eram utilizados para conectar-se com o mundo, e obter informações.

Percebeu-se, na ocasião, que os dispositivos tecnológicos que eles mais faziam uso eram seus aparelhos celulares, o que corrobora com os dados do IBGE apresentados anteriormente, e o *site* mais visitado era o *Facebook*, que é uma rede social. Nesse sentido, Nunes, Lima e Ribeiro (2016) ressaltam que as pessoas vivem em redes, dentre elas as sociais, e que essa era digital também trouxe novidades para o espaço da sala de aula.

Partindo da premissa que muitos adolescentes, sobretudo os de classes menos favorecidas, por, muitas vezes, não terem pais ou responsáveis presentes e atentos ao que esses efebos navegam na internet, surgiu a necessidade de trabalhar um projeto de extensão, pois o sentimento era contribuir com a ampliação do olhar dos adolescentes sobre a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), e, sobretudo, fazer com que percebessem o nível de exposição ao qual se submetem nos *sites* de redes sociais, neste caso o *Facebook*.

Os *sites*, para Boyd e Ellison (2007), são redes sociais que fazem referência a espaços virtuais que permitem a construção de um perfil individual público do usuário, orientado pela política do sistema, assim como a criação de uma lista de usuários com os quais poderão

estabelecer relações virtuais por meio do cruzamento de dados produzidos em suas páginas pessoais.

Nesse aspecto, Amarante (2014 p.31) também traz uma contribuição acerca do entendimento de rede social, ao afirmar que faz “[...] referência a um conjunto de pessoas, organizações ou entidades sociais conectadas por relacionamentos pessoais, motivados pela amizade [...], relações de trabalho ou compartilhamento de informações”.

Tomando por princípio as palavras dos autores citados, a pesquisa e seus resultados foram motivadores para atuar junto à comunidade, e, desse modo, com o papel de desenvolver uma sociedade mais crítica e conhecedora das potencialidades para atuar no mundo contemporâneo. Nesse sentido, o objetivo foi instruir aos estudantes no que se refere à potencialidade da exposição em redes sociais.

Depois de verificar os dados iniciais obtidos nas dez escolas partícipes da pesquisa, percebeu-se que os casos mais gritantes aconteciam em apenas duas delas. De posse dessa informação, optou-se por ir à Secretaria Estadual de Educação, afim de propor oficina sobre as mídias sociais em escolas públicas estaduais.

Tendo em vista que o projeto só poderia ser realizado em apenas uma unidade de ensino, considerando o tempo, a Coordenadora do Projeto de Extensão, os representantes da Secretaria Estadual de Educação (SEED-SE) e os responsáveis das duas escolas públicas, decidiram o espaço em que iria acontecer a ação, neste caso, na Escola Estadual 8 de Julho, que está localizada na cidade de Aracaju, e dispõe de turmas do Ensino Fundamental II, nos turnos manhã e tarde.

A escolha se deu por questões apresentadas pela equipe diretiva da Unidade durante as reuniões, como baixo rendimento escolar da maioria dos adolescentes, e que uma ação que os tirasse da sala de aula seria altamente produtiva, principalmente uma turma do 7º ano, tendo em vista que os encontros durante a execução do projeto eram realizados no laboratório de informática da escola. Destarte, havia na turma, alunos que costumavam propagar informações nas redes, sem ter o cuidado de verificar se eram verídicas, ou não, além daqueles que costumavam expor-se desmedidamente.

Como dito, a ação foi direcionada aos estudantes matriculados no 7º ano, uma turma composta por 30 alunos, por estarem numa faixa etária que ainda não têm discernimento da potencialidade daquilo que é postado nas redes sociais, e terminam expondo suas vidas de

maneira exagerada, ou ainda por compartilhar, divulgar ou comentar, sem nenhum tipo de filtro, aquilo que, segundo seu entendimento, deveria ser mostrado no *site*, além de, como já explicitado, tratar-se de uma turma com baixo rendimento escolar

Esses adolescentes são vítimas, por conta da pouca idade ou por falta de entendimento, desse uso indiscriminado de informações na rede, não conseguindo compreender a proporção que se pode chegar tudo o que é divulgado na *internet*, principalmente o *Facebook*, que é o meio de divulgação de informações altamente utilizado na contemporaneidade. Nisso se justifica a importância de trabalhar sobre esses assuntos com os estudantes.

Baseado nesse fundamento, Nunes, Lima e Ribeiro (2016, p.6) que a intenção em trabalhar com o Facebook na escola é:

[...] evidenciar que las redes sociales digitales, especialmente el Facebook, deben ser utilizadas con propósitos educacionales bien definidos, pues, si así fuera, ellas prepararán educadores y educandos para desempeñar sus roles con eficiencia y eficacia en la sociedad que viven, y, consecuentemente, la educación cumplirá su finalidad transformadora.

Diante disso, destaca-se que o objetivo do projeto de extensão, que teve um caráter intervencionista, foi mostrar aos estudantes os riscos de uma exposição desmedida nas redes sociais, bem como as precipitações no compartilhamento e/ou comentários de determinadas informações, nem sempre verdadeiras, e quando é publicado, comentado ou compartilhado está definitivamente divulgado e não há mais como reverter tal ato, salvo casos específicos, de tamanha gravidade e de exposição nacional, as vezes até internacional, que, somente após ação judicial, a justiça determina a retirada da informação no *site*.

Entretanto, para que esse projeto fosse aplicado, foi necessário traçar um percurso metodológico que levasse ao alcance do objetivo proposto. Dessa forma, comentam-se, a seguir, os caminhos trilhados até chegar à efetiva aplicação do projeto de extensão.

Inicialmente, como relatado anteriormente, devido à preocupação com aquilo que os adolescentes estavam postando, compartilhando e/ou comentando nas redes sociais, sobretudo com o nível dessa exposição ao qual se submetiam, pensou-se em um projeto que pudesse orientar os adolescentes a filtrarem aquilo que viam na internet, daí surge o projeto de extensão: “Utilizando o *Facebook*: cuidado com a exposição... o mundo está te observando”. Depois de saber que o projeto seria executado na Escola Estadual 8 de Julho, a equipe de

acompanhamento do projeto de extensão aplicou questionários aos estudantes que fariam parte da amostra. Dentre as perguntas que foram abordadas constavam: idade e sexo dos participantes e quantidade de horas que cada estudante passava conectado. Este questionário serviu de mapeamento diagnóstico para definição das ações a serem realizadas.

Outras indagações também estiveram presentes na tentativa de entender como o estudante da Escola Estadual 8 de Julho fazia uso da *internet*, dentre elas: Você acredita que as redes sociais são uma boa via de divulgação, como propagandas e *marketing* em geral? Qual seria, para você, o maior risco da utilização de redes sociais? Em sua opinião, qual a maior vantagem de ter um perfil em uma rede social? Muitas pessoas já realizaram encontros com amigos virtuais. Se isso já aconteceu com você, assinale a alternativa que indica o ocorrido após o encontro. Para esse último item havia algumas opções de resposta, onde o entrevistado deveria marcar aquela que mais se aproximasse de sua realidade.

Após esse período de observação e conhecimento do público partícipe da pesquisa, ficou determinado que o projeto seria executado em dois encontros, onde, no primeiro encontro os estudantes assistiram a uma pequena palestra e participaram de algumas oficinas. Após a palestra, os executores do projeto auxiliaram os alunos acerca das ferramentas disponíveis nesta rede social. Ao final, todos se dirigiram ao refeitório para o momento de lanche dos alunos.

O segundo encontro começou com a seguinte afirmação: “Antes, errar era humano; hoje, errar é eterno”. Os discentes foram incitados a refletir sobre tal afirmação. Vale ressaltar que a proposta era fazer com que eles percebessem que tudo o que é postado na rede, dificilmente será retirado, pois, se alguém republicar ou compartilhar com outros amigos, não haverá como retroceder. Foi um momento bem participativo, onde os alunos puderam falar sobre suas experiências no *Facebook* e sobre algo polêmico que já viram na rede.

Após as discussões, os alunos foram convidados a navegar pelo próprio *Facebook*, a fim de verificar se havia algo por eles compartilhado que pudesse humilhar ou denegrir a imagem de alguém, bem como se havia exposição em excesso de sua própria vida. Vale ressaltar que foram momentos muito divertidos e produtivos, que estão detalhados abaixo.

Diante do exposto e procurando contribuir com a comunidade, o projeto foi elaborado com a finalidade de apresentar aos estudantes a relevância da sociedade atual e as formas de comunicação, a fim de que eles se percebessem como protagonistas dos seus

compartilhamentos, isto é, responsáveis por aquilo que publicam, comentam, curtem ou compartilham.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como base no questionário aplicado, foi possível verificar que os estudantes do 7º ano, do turno matutino, da Escola Estadual 8 de Julho, utilizam a *internet* para comunicar-se, e que 82% dos participantes usam o *Facebook*. Além disso, observou-se também que, dos 82% que acessam esta rede social, 95% o faziam por meio de telefones celulares. Os dados também permitem refletir quanto tempo é gasto diante das mídias e, conseqüentemente, o nível dos conteúdos que são consumidos.

O dado mais relevante, como já mencionado, está no acesso ao *Facebook*, rede esta que possibilita a hibridação com os demais recursos midiáticos e ainda permanece pouco usado no âmbito da escola como recurso de compartilhamento, colaboração e potencialização na troca do conhecimento.

Vale destacar que, para criar um perfil no *facebook*, é preciso disponibilizar informações pessoais, como, por exemplo, sexo, data de nascimento, idiomas, ideologia política, formação educacional e acadêmica etc., ou seja, o usuário é facilmente identificado e encontrado nessa rede, por isso, é elementar um trabalho específico com os alunos acerca do que se divulga na internet.

O projeto foi executado em dois encontros, onde duas oficinas foram realizadas. No primeiro encontro foi trabalhado o tema “Mídia e Sociedade: como as tecnologias mudaram o cotidiano das pessoas”, e no segundo encontro o tema foi “Exposição no *facebook*: entre o real e a fantasia”.

Na exposição do tema 1, os estudantes perguntaram sobre as formas de expor-se nas redes. Além disso, demonstraram certa preocupação, quando foi apresentada a Lei 12. 737, de 30 de novembro de 2012, que criminaliza determinadas publicações na internet, sobretudo no que se refere às *fake news*.

Foi passado para os estudantes que determinadas escritas e fotos no *Facebook* podem servir de provas judiciais para aqueles que realizaram tal divulgação. Nesse momento, alguns estudantes chegaram até a equipe de pesquisadores e comentaram, demonstrando preocupação, acerca de algumas de suas exposições no *site*, o que permitiu considerar que,

através desse primeiro contato, eles já estavam ampliando a forma de apreender o mundo, ou seja, já era possível perceber que eles começavam a entender os tipos de exposições e suas consequências.

Ao final do primeiro encontro, pesquisadores e alunos foram juntos ao refeitório da escola, dialogando ainda mais sobre a temática. Era perceptível o interesse dos estudantes em participar da oficina, tirar suas dúvidas, mostrar algumas de suas publicações, inclusive perguntando se eram certas ou erradas. Foi um momento proveitoso e produtivo.

No segundo encontro, os estudantes chegaram cedo e as perguntas eram: o que vamos aprender hoje? Tem alguma atividade em grupo?

O encontro iniciou com uma discussão acerca da frase “Antes errar era humano; hoje, errar é eterno”. Foi um momento muito participativo, onde os alunos expressaram o que entendiam com aquela frase e de que forma ela tinha relação com a proposta do projeto. Após a discussão, deu-se a explanação do tema “Exposição no *facebook*: entre o real e a fantasia”, o momento foi de organizar as informações no *Facebook*. Em seguida, foi o momento de realinhar o *Facebook* individual. Foi feita uma dinâmica com os estudantes, e, após esse momento, a equipe do projeto passou a acompanhar os discentes no reordenamento do *facebook*. Foi neste momento que os estudantes chamavam e perguntam: “Esta fotografia está me expondo”? “A escrita que coloquei na página de outra pessoa poderia me prejudicar na justiça”?

Os questionamentos foram trabalhados no coletivo e permitiram ampliar a forma de perceber o mundo e dar noção de civilidade que é necessária para viver em comunidade. Ao final desse encontro, o grupo de pesquisadores agradeceu a oportunidade de trabalhar com os estudantes, que, por sua vez, também tiveram a oportunidade de relatar o que viveram nesses dois encontros. A conclusão do projeto se deu com o lanche.

Enquanto saíam da sala de informática em direção ao refeitório, os comentários dos estudantes eram: “Foi muito bom”; “Aprendi coisas que nem sabia”; “[...] veja, eu podia até ser preso ou meu pai (por que sou menor)”; “[...] vou ter mais cuidado com a minha exposição”; “[...] e quando vocês voltarão”? Ouvir esses comentários dos alunos fez com que a equipe percebesse que o principal objetivo do projeto foi alcançado, pois eles perceberam os riscos de uma exposição desmedida em uma rede social.

Mesmo tendo alcançado o objetivo, é válido sobrelevar que ainda há muito a ser trabalhado, no que se refere às postagens dos estudantes nas redes sociais, e que há um longo caminho a ser percorrido, apesar de todo o avanço tecnológico. A ideia que a Universidade precisa sair dos seus próprios muros e aproximar-se da comunidade, é fato. A interferência e o auxílio à comunidade podem criar outros olhares e formas de perceber-se e estar no mundo.

4 CONCLUSÃO

O projeto teve o intuito de mostrar aos estudantes do 7º ano da Escola Estadual 8 de Julho, os riscos de uma exposição desmedida nas redes sociais, e de alertar acerca das precipitações no compartilhamento e/ou comentários de determinadas informações.

Sabe-se que a internet é uma grande rede de busca e se constitui atualmente em infinitos mosaicos em que a informação não só se fragmenta em várias áreas de acesso, mas, principalmente, modifica-se e desloca-se com uma velocidade surpreendente, por isso, essa busca deve ser medida, metódica e acurada.

A relação educação/informação se constitui em um projeto relativamente dinâmico, no qual o movimento e a forma de alcançá-lo refletem a construção de novos modelos metodológicos de pesquisa e de construção do saber. Sendo assim, no âmbito da criticidade do estudante, faz-se necessário possibilitar-lhes momentos de reflexão sobre o uso das tecnologias e a forma de exposição da vida privada que se coloca no universo das nuvens. A relevância dessa consciência crítica contribuirá na formação do futuro desse ser humano.

O projeto se estabeleceu como contribuição à comunidade estudantil e à educação da rede estadual, visto que atuou numa escola em que os estudantes, na sua maioria, têm idade acima do previsto pela legislação educacional e alguns apresentam problemas de exposição desmedida nas redes. Desse modo, a IES confirma sua atuação na pesquisa e contribuição à comunidade externa.

O ato de perseguir determinado tema na *internet* exige que se estabeleçam relações que se diferenciam da aquisição linear de conhecimento. O fato da total ineficiência de um planejamento de ações torna claro que a relação educação/informação deve ser revista, e que apenas trabalhar conteúdos abordados nos livros didáticos fica aquém das expectativas dos alunos. É necessário trazer a realidade dos estudantes para o campo da sala de aula, e essa realidade está diretamente ligada ao uso das tecnologias digitais e ao acesso a redes sociais.

Nesse sentido, é preciso entender que não são apenas os jovens ou adolescentes, ou ainda pessoas de classe média ou alta, que têm o privilégio de estar conectados a uma rede de internet; hoje, grande parte da sociedade está conectada, todos interagem entre si. As redes estão provocando mudanças na organização social, e é necessário aprofundar e discutir mais sobre este assunto.

E a escola? Neste caso é preciso aproximação entre educação e o conteúdo mídias sociais, não só no sentido de saber utilizar, mas como estas podem contribuir para a democratização da sociedade. Trazer as tecnologias para a escola é possibilitar diálogos mais próximos do que se vive cotidianamente, e essa revisão consiste na relação entre aquilo que é divulgado na internet e a filtragem dessas postagens.

Assim, é possível asseverar que antes o erro típico da condição humana era passível de consertos, e poderiam ser perdoados ou até esquecidos; hoje, o erro pode ser publicizado, traumatizado e propagado em nuvem, que, a depender da intencionalidade, pode fortalecer ideias, sonhos e um sociedade civilizada.

Conclui-se, com isso, afirmando que, antes, errar era humano; hoje, no entanto, errar é eterno, e nisso se justifica a necessidade de um trabalho educacional que oriente esses adolescentes ao que postam nas redes, bem como ao que se expõem. O que não quer dizer que essa ação deve acontecer, necessária e unicamente, dentro das escolas, mas sempre buscando potencializar os alunos no desenvolvimento de suas funções comunicativas, sejam reais ou virtuais.

5 REFERÊNCIAS

AMARANTE, Lúcia. **Facebook e suas sociabilidades:** contributos da investigação. Cristiane Porto e Edmea Santos (orgs). Facebook e Educação: Publicar, curtir, compartilhar. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2014, p. 27-46.

BOYD, D. & ELLISON, N. **Social network sites:** Definition, history, and scholarship. Journal of Computer-Mediated Communication, 13(1), article 11, 2007. Disponível em: <<http://jcmc.in.diana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>> Acesso em 20 Out. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/ibge-celular-se-consolida-como-o-principal-meio-de-acesso-internet-no-brasil>> Acesso em 15 Nov. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Subchefia para Assuntos Jurídicos. [Lei 12.737, de 30 de novembro de 2012](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2011/2011-12/lei/112737.htm)**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2011-2014/2011-12/lei/112737.htm> Acesso em 15 Nov. 2020

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A Comunicação na educação**. Tradutoras: Maria Immacolata Vassallo de Lopes e Dafne Melo. São Paulo: Contexto, 2014.

NUNES. Andréa Karla Ferreira; LIMA, Emerson dos Santos; RIBEIRO, Kalyne Andrade. **Facebook y sus influencias**: estudio de caso en la educación de jóvenes y adultos. Educación formal e informal mediada por tecnologías. Las propuestas de formación abiertas y masivas.

RIBEIRO, Guilherme. **Modernidade e Espaço, Pós-modernidade e Mundo**: a crise da geografia em tempos de globalização. X Coloquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, maio de 2008. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/154.htm>> Acesso em 20 Nov. 2020

SANTOS. Edméa Oliveira. **Ambientes virtuais de aprendizagem**: por autorias livre, plurais e gratuitas. In: Revista FAEBA, v.12, no. 18, 2003.

INTRODUÇÃO DE PESCADO NA MERENDA ESCOLAR NO MATO GROSSO DO SUL

ROCHA, A. L. L.¹ ; HERRIG, E. de A.² ; CARVALHO, J. G. de O.³ ; GOES, E. S. dos R.⁴ ;
ALBUQUERQUE, D.M.⁵

¹ Discente de graduação - Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: analuizalima@outlook.com; ² Discente de graduação - Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: eloisa.herrig054@academico.ufgd.edu.br; ³ Discente de graduação - Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: janainagoc1@gmail.com; ⁴ Doutora - Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: elenicegoes@ufgd.edu.br; ⁵ Doutora - Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: danielalbuquerque@ufgd.edu.br.

Artigo submetido em março de 2021 - DOI 10.32356/exta.v21.n1.67935

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi introduzir um produto à base de tilápia do Nilo na merenda escolar no Mato Grosso do Sul. A ação resumiu-se na realização de uma receita de almôndegas contendo tilápia do Nilo como proteína, em que os estudantes prepararam o alimento e receberam auxílio de um grupo de acadêmicos do curso de engenharia de Aquicultura da Universidade Federal da Grande Dourados. Ao todo, 230 almôndegas foram combinadas ao molho e servidas as próprias crianças que realizaram a

atividade. Foram avaliados os atributos de aparência, aroma, sabor, textura e aceitação geral. Constatou-se que as crianças em sua maioria não são familiarizadas com o consumo de pescado, dentro e fora do ambiente escolar, em que muitas expressaram insegurança ao experimentar as almôndegas. Conclui-se que a aceitação geral do produto a base de tilápia do Nilo foi satisfatória para todos os atores envolvidos na atividade de ensino e extensão.

PALAVRAS-CHAVE: Aceitabilidade. Alimentação. Tilápia.

INTRODUCTION OF FISH PRODUCTS IN SCHOOL MEALS IN MATO GROSSO DO SUL

ABSTRACT

The aim of the present study was to introduce a fish-based product into school meal at Mato Grosso do Sul. The experiment was, basically, the preparing of a meat ball recipe with Nile tilapia as the protein source. The recipe was prepared in a mid-school by its pupils, under supervision of undergrad students from Aquaculture Engineering of Universidade Federal da Grande Dourados. Altogether, 230 meat balls unities were produced

and served with tomato sauce to the kids. Attributes such as aspect, smell, taste, texture and general acceptance were evaluated. It was clear that most kids weren't familiar with fish consumption, whether at home or in school, as they expressed insecurity at tasting tilapia meat ball. In conclusion, the general acceptance of tilapia-based product was satisfactory to all tasters here involved.

KEYWORDS: Acceptability. Foods. Tilapia.

1 INTRODUÇÃO

O consumo de pescado mundial vem crescendo gradativamente, tendo o mesmo alcançado o valor de 156,4 milhões de toneladas no ano de 2018, enquanto que o consumo aparente per capita atingiu o valor de 20,5 kg, mostrando uma taxa média de crescimento de 1,5% por ano¹. O documento The State of World Fisheries and Aquaculture (SOFIA)¹ menciona a recomendação acerca consumo de pescado que gira em torno de 12 kg.hab.ano⁻¹,

uma vez que os produtos obtidos da aquicultura e pescado se destacam por serem uma fonte rica em proteínas, sais minerais, vitaminas e lipídios importantes para atividades físicas e nutricionais.

A tilápia do Nilo é a terceira espécie mais produzida na aquicultura mundial, com 4 525,4 mil toneladas no ano de 2018¹ e possui a preferência nacional do Brasil, visto que sua produção representou 57% de toda a piscicultura brasileira no ano de 2019². Possui ótimos níveis de produtividade e boa aceitação pelo mercado consumidor por ter um sabor mais leve quando comparada com outras espécies de peixes.

Segundo Gonçalves³, analisando os aspectos nutricionais do pescado, essa proteína animal pode ser considerada “(1) uma fonte de nutrientes indispensáveis; (2) um alimento que reduz o risco de doenças crônicas; (3) um nutriente que serve como base para a concepção de alimento funcional”.

Em relação a composição dos peixes, cerca de 80% do corpo livre de gordura e umidade é proteína, contendo grande quantidade de aminoácidos essenciais como lisina (atuando no aumento da imunidade e auxílio no desenvolvimento ósseo) e metionina (possui efeitos anti-inflamatórios e é essencial para produção de outras substâncias do corpo). Dispõe de importantes funções fisiológicas e, além disso, possui alta digestibilidade e alto valor nutritivo³.

Por apresentar pequenas quantidades de gorduras saturadas e elevada quantidade de ácido poli-insaturado (AGPI), o pescado se torna uma ótima opção quando comparado com outras carnes. É fonte de ácidos graxos essenciais como o ácido linolênico (18:3 ômega-3), em que sua deficiência pode causar problemas neurológicos, redução da acuidade visual, lesões de pele, retardo no crescimento e diminuição da capacidade de aprendizado³.

O pescado é uma excelente opção para suprir as necessidades do corpo humano por vitaminas e minerais. A vitamina A, em falta principalmente na alimentação dos países em desenvolvimento, possui funções antioxidante, manutenção da visão, resposta imune, paladar, audição, apetite e crescimento. Além disso, o óleo de fígado de peixes é muito utilizado para tratamento da deficiência de vitamina D que causa deformações ósseas³.

Diante disso, o Ministério da Educação publicou uma Nota Técnica n°004/2013⁴ que vem com o intuito de incentivar o pescado na alimentação escolar para que crianças tenham acesso a uma educação alimentar e nutricional, com finalidade de aproveitamento dos

benefícios de consumir carne de peixe⁵.

A infância possui papel de suma importância para a criação de hábitos alimentares saudáveis, pois além de prevenir a desnutrição e doenças propícias a idade como anemia e falta de ferro, a alimentação acautela o retardamento do crescimento. Ademais, crianças com suas exigências nutricionais supridas, possuem melhor rendimento a aprendizagem e facilidade na assimilação de informações⁶.

Estudos de viabilidade econômica de produtos à base de tilápia para alimentação escolar⁷, a escola possui grande influência na formação de crianças e adolescentes, tendo grande potencial a incentivar os alunos na criação do hábito de alimentação saudável com proteína animal de pescado.

Além disso, a escola tem papel de importância para combater a subnutrição de crianças provindas de situações precárias que não possuem boas condições de passadio. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado como uma medida contra a desnutrição infantil e criação de hábitos alimentares saudáveis durante a estadia dos alunos nas escolas e pode ser utilizado para adquirir produtos à base de pescado^{7,8}.

O projeto teve a intenção de promover um alimento seguro e nutritivo à base de pescado visando o atendimento a meta 2.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Organização das Nações Unidas(ONU)⁹, que se define por “(...) *acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano*”.

Com isso, o objetivo do trabalho foi analisar a aceitação de um produto à base de tilápia do Nilo na merenda escolar da escola Estadual Rita Angelina Barbosa Silveira, direcionando crianças, professores e merendeiras a tornarem-se agentes multiplicadores do consumo desse produto, além de possibilitar as relações interpessoais entre acadêmicos, alunos, merendeiras e professores.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A disciplina Práticas em Aquicultura do curso de Engenharia de Aquicultura na Universidade Federal da Grande Dourados tem como objetivo principal a aproximação dos acadêmicos às possibilidades profissionais, neste sentido a participação em atividades de

ensino e extensão em diferentes ambientes contempla os objetivos da disciplina e complementa a formação dos acadêmicos.

Vale destacar que as ações de extensão universitária junto à comunidade possuem papel fundamental não só no compartilhamento e divulgação do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição, mas também para interagir com a realidade social, o tipo de conhecimento, os modos de fazer da sociedade e suas necessidades.

Dessa forma, mostra-se relevante experimentos/projetos que apresentem produtos alternativos de proteína animal que estimulem a sociedade a consumir produtos à base de peixe, proporcionando assim, um incentivo ao bem-estar e nutrição das crianças.

Nessa direção, conforme o plano de ensino da disciplina e o projeto de extensão, foi elaborado um cronograma de atividades a serem realizadas com os participantes do experimento e uma lista de todos os materiais necessários a serem levados e disponibilizados a todas as pessoas envolvidas na escola. A preparação para o experimento na escola incluiu aula prática de preparo da receita com a proteína animal filés de tilápia do Nilo com o objetivo de capacitar os acadêmicos do curso para a atividade.

A ação foi realizada na Escola Estadual Rita Angelina Barbosa Oliveira no dia 31 de outubro de 2018, na cidade de Dourados-MS, com alunos do quarto ano do Ensino Fundamental, merendeiras e o professor responsável da turma.

Os peixes foram adquiridos na empresa Sul-Mato-Grossense, localizada na Estrada Porto Cambira (MS 156), Dourados-MS, em torno de 40 km de distância da universidade. Os animais foram filetados e seus filés foram triturados em um multiprocessador e armazenados para posterior pesagem no Laboratório de Carnes da Faculdade de Ciências Agrárias pertencente à Universidade Federal da Grande Dourados.

Os ingredientes necessários para a realização da receita de almôndegas de filé de tilápia (Tabela 1) descrita no livro “Peixe na merenda escolar: educar e formar novos consumidores” por BOSCOLO et al.⁶, foram pesados em sacos plásticos individuais totalizando seis receitas completas (Figura 1). Além disso, foram separados os ingredientes para o molho de tomate a base de tomate e beterraba.

FIGURA 1 - Ingredientes utilizados na confecção de almôndegas para merenda escolar pesados e separados em seis grupos.



Fonte: Os autores.

Foram elaborados dois documentos com o intuito de serem entregues aos responsáveis legais para preenchimento precedentemente a aula: autorização de restrição alimentar e autorização do uso de imagem. O intuito dos documentos era identificar se alguma criança envolvida teria alergia a qualquer um dos ingredientes citados anteriormente, além da proteção de sua imagem. Ademais, foi desenvolvido um questionário a ser preenchido por cada estudante ao final da prática para coleta de dados.

A atividade iniciou-se com a apresentação de todos os discentes da disciplina em que se reuniram com as crianças com o objetivo de promover um diálogo acerca da importância do consumo do pescado e explicar como seriam as etapas de realização da ação de extensão. A turma foi separada em seis grupos contendo 3-4 crianças e 3 acadêmicos, em que cada grupo foi responsável pela elaboração de uma receita. Os discentes responsabilizaram-se pela segurança de cada criança e manejo dos utensílios da cozinha. Foi necessário levar um multiprocessador para a escola, visto que haveria necessidade de uso durante a preparação do molho e não havia o equipamento no instituto. Foram distribuídos materiais de proteção pessoal para manuseio dos alimentos como luvas, aventais e toucas (Figura 2).

FIGURA 2 - Distribuição do material de proteção individual.



Fonte: Os autores.

O preparo das almôndegas consiste na mistura de todos os ingredientes os quais foram homogeneizados numa bandeja, sendo que cada receita rendeu 38 unidades. As almôndegas foram fritas em óleo de soja por dois acadêmicos do curso com auxílio das merendeiras e em seguida combinadas ao molho de tomate (Figura 3) feito de 5 kg de tomate, 1 kg de beterraba, 1 kg de cebola picada, 1 cabeça de alho e em torno de 1 colher de sopa de azeite de oliva. Ao todo, foram 230 almôndegas servidas as próprias crianças que realizaram a atividade, junto com os alunos da Universidade, professores e merendeiras que acorreram a prática.

FIGURA 3 - Almôndegas prontas ao molho de tomate.



Fonte: Os autores.

Ao todo participaram 19 alunos de idade entre 11-14 anos, 16 acadêmicos do curso de Engenharia de Aquicultura entre o 6º e 10º semestre, três merendeiras, a professora responsável pela turma e a coordenadora da escola.

Foram avaliados os atributos de aparência, aroma, sabor, textura e aceitação geral.

Notas abaixo de 5 foram classificadas como negativas e notas 6 foram classificadas como “gostei”. Notas 7 e 8 no questionário significavam “gostei moderadamente” e “gostei muito”, respectivamente. Já as notas 9 e 10 significavam “gostei muitíssimo” e “amei”, respectivamente. Além disso, foi coletado dados de frequência de consumo de pescado e a possibilidade de compra desse produto no futuro. A tabulação e cálculos dos resultados obtidos foram realizados com auxílio do software computacional Excel[®].

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao final da atividade os dados foram tabulados e foi feito uma média acerca das notas dos atributos de aparência, aroma, sabor, textura e aceitação geral, conforme demonstrado na Tabela 2. Constatou-se que as crianças na faixa etária trabalhada em sua maioria não estão familiarizadas com o consumo de pescado, dentro e fora do ambiente escolar, uma vez que muitas apresentaram insegurança ao experimentar as almôndegas. Os resultados obtidos foram satisfatórios uma vez que nenhuma média ficou com valor abaixo de 6. Em relação a aceitação geral, a média ficou entre 7 e 8.

Em relação ao hábito de consumo de pescado, 14 crianças responderam SIM e apenas 4 responderam NÃO. Porém, ao analisar a frequência do consumo, apenas 11% dos estudantes envolvidos afirmaram se alimentar mais de três vezes durante a semana com carne de peixe, enquanto que 50% informaram consumir uma vez a cada 2 meses. Segundo SONODA e SHIROTA¹⁰, o Centro-Oeste representa apenas 2,9% do consumo domiciliar de pescado do país. Ademais, segundo LOPES et al.¹¹ (2016), a preferência de carne bovina é 52,7% no Centro-Oeste em um grupo de 1093 pessoas entrevistadas, enquanto que a porcentagem da carne de pescado ficou em 18,7%. Vale ressaltar que uma criança não pôde participar do processo de degustação por ter alergia a peixe.

Concluiu-se que as almôndegas foram bem aceitas pelos escolares, uma vez que se obteve 55,6% de aprovação final para a compra do produto, no qual 10 crianças assinalaram a opção “certamente compraria o produto”, duas delas optaram por “provavelmente compraria o produto” e quatro crianças ficaram em dúvida se comprariam ou não as almôndegas de tilápia. Apenas dois estudantes afirmaram que não comprariam o produto. Isso demonstra que produtos e subprodutos provenientes do pescado são ótimas alternativas para inclusão do consumo de peixes na dieta infantil, uma vez que grande parte das crianças não possuem o

costume de comer carne de peixe regularmente.

Segundo Morgado, Santos¹², crianças que podem acompanhar o desenvolvimento do próprio alimento passam a entender melhor sobre alimentação adequada e saudável, compreendendo a importância de uma dieta equilibrada e rica em nutrientes, além de possuírem uma maior aceitação desses produtos alimentícios.

Além disso, de acordo com Costa et al.¹³, a participação dos alunos na realização do próprio alimento pode favorecer na absorção de conhecimento, na troca de experiências e, ainda, aguçar o interesse no consumo do produto final, uma vez que preparar os alimentos estimula sua ingestão.

O presente estudo contribui para futuros trabalhos e projetos de inclusão de produtos a base de pescado na merenda escolar, com intuito de promover o consumo de alimentos à base de peixe, aumentando a capacidade de escolha no ambiente familiar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as almôndegas de filé de tilápia foram bem aceitas pelos consumidores com faixa etária de 11 a 14 anos. Independente da espécie de peixe utilizada, produtos à base de pescado são alternativas promissoras para a inclusão dessa proteína em dietas infantis e, por conseguinte, o aumento de hábitos alimentares mais saudáveis e capazes de suprir as exigências nutricionais.

Com esse trabalho, entende-se que a Universidade tem papel de grande importância para estimular a sociedade a consumir alimentos provindos do pescado e conscientizá-los acerca dos benefícios de adicionar essa proteína à dieta. Ademais, projetos de extensão ajudam na criação de vínculo entre universidade e sociedade.

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Os autores A. L. L. R., E. A. H., J. G. O. C., E. S. R. G. e D. M. A. planejaram o projeto; A. L. L. R e J. G. O. C. foram responsáveis pela escrita do artigo; E. A. H. contribuiu com as análises e interpretação dos dados; E. S. R. G. e D. M. A. atuaram como coordenadoras do projeto; D. M. A. realizou a revisão escrita e possui a responsabilidade pela aprovação final para publicação.

REFERÊNCIAS

1. Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO. The State of World Fisheries and Aquaculture: Sustainability in Action. Rome, 2020. 244 p.
2. Associação Brasileira da Piscicultura - Peixe BR. Anuário Brasileiro da Piscicultura PEIXE BR 2020. São Paulo: 2020. 101 p.
3. Gonçalves AA. Tecnologia do pescado: ciência, tecnologia, inovação e legislação. São Paulo: Atheneu, 2011. 624 p.
4. Brasil. Ministério da Educação. Nota técnica no 004/2013: inclusão de pescado na alimentação escolar. Brasília, 2013.
5. Luz LJB, Silva FT, Pires CRF, Kato HCA, Souza DN. Desenvolvimento de preparações com adição de pescado e aproveitamento integral de alimentos para a alimentação escolar. *Segurança Alimentar Nutricional*, 2020;27: 1-11.
6. Boscolo WR, Feiden A, Maluf MLF, Veit JC. Peixe na merenda escolar: educar e formar novos consumidores. Toledo: GFM Gráfica & Editora, 2009. 130 p.
7. Leonel APS. Viabilidade econômica de produtos à base de tilápia para alimentação escolar nos municípios de Toledo-PR e Marechal Cândido Rondon-PR [dissertation]. Jaboticabal: Centro de Aquicultura, Universidade Estadual Paulista, 2016. 87 p.
8. Aroucha EPTL. Agricultura familiar na alimentação escolar: estudo de oportunidades e desafios [master's thesis]. Paulo Afonso: Universidade do Estado da Bahia, 2012. 182 p.
9. Nações Unidas do Brasil – ONU BR. Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2018. Available from: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/2>.
10. Sonoda DY, Shirota R. Consumo do pescado no Brasil fica abaixo da média internacional. *Revista Visão Agrícola*, 2012;11: 145-147.
11. Lopes GI, Oliveira GR, Ramos FM. Perfil do consumo de peixes pela população brasileira. *Biota Amazonia*, 2016;6(2):62-65.
12. Morgado FS, Santos MAA. A horta escolar na educação ambiental e alimentar: experiência do projeto horta viva nas escolas municipais de Florianópolis. *Revista Extensio*, 2009;5(6): 1-10.
13. Costa MC, Sampaio EV, Zanirati VF, Lopes ACS, Santos LC. Experiência lúdica de promoção de alimentação saudável no ambiente escolar: satisfação e aprendizado dos estudantes. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, p. 38-50, 2016.

TABELAS

TABELA 1 - Ingredientes utilizados na realização da receita de almôndegas de filé de tilápia para merenda escolar.

Ingredientes	Quantidade
Filé de tilápia do Nilo	750 g
Farinha de aveia	50 g
Farinha de rosca	50 g
Ovo	2 unidades
Proteína texturizada de soja triturada	8 g
Sal	12 g
Salsinha triturada	8 g
Cebola desidratada	8 g
Alho desidratado	8 g
Urucum	2 g

Fonte: Os autores.

TABELA 2 - Média de notas dos atributos de aparência, aroma, sabor, textura e aceitação geral para almôndegas de filé de tilápia do Nilo.

Atributo	Média
Aparência	7,4 ± 1,62
Aroma	6,3 ± 2,56
Sabor	6,9 ± 2,05
Textura	7,3 ± 1,91
Aceitação geral	7,7 ± 1,68

Fonte: Os autores.

INTERIORIZAÇÃO DO COMBATE À HANSENÍASE E TUBERCULOSE: EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS

SOUSA, E. do N.¹; COSTA, C. O. da² & NOGUEIRA, P. S. F.³

¹Interna de Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC), integrante da Liga Acadêmica em Doenças Estigmatizantes (LADES) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0730-5790>. E-mail: ericanascimento.ufc@gmail.com; ²Interna de Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante da Liga Acadêmica em Doenças Estigmatizantes (LADES). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2183-6224>. E-mail: cristinaenfermagemufc@gmail.com; ³Doutora, Professora do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará (UFC) e coordenadora da LADES ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4053-1722>. E-mail: sachanogueiraufc@gmail.com.

Artigo submetido em junho de 2020 - DOI 10.32356/exta.v21.n1.43619

RESUMO

Objetiva-se descrever ações de prevenção e combate à hanseníase e tuberculose, realizadas em município do interior do estado do Ceará, por integrantes da Liga Acadêmica em Doenças Estigmatizantes (LADES) enquanto internos de Enfermagem no programa Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará (UFC). Trata-se de um relato de uma série de experiências extensionistas desenvolvidas em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), no município de Umirim, Ceará, nos dias 24 e 29 de março, e 24 de maio de 2019. Realizou-se, educação em saúde por meio de estratégias como roda de conversa e sala de espera, capacitação de Agentes Comunitários de

aúde (ACS) e divulgação em rádio local sobre sinais e sintomas da hanseníase com chamada da comunidade para o dia “D” de avaliação e prevenção de incapacidades por hanseníase com avaliação neurológica simplificada. Conclui-se que a interiorização de ações de saúde como as aqui relatadas permitem descentralizar e socializar o conhecimento científico desenvolvido na universidade e proporcionam a vivência de conceitos e fundamentos teóricos aprendidos por estudantes, permitindo consolidar e expandir conhecimentos, ao passo que sensibiliza a população frente a problemas de saúde pública importantes que assolam comunidades interioranas.

PALAVRAS-CHAVE: Hanseníase. Tuberculose. Educação em saúde.

INTERIORIZATION OF THE FIGHT AGAINST LEPROSY AND TUBERCULOSIS: EXTENSIONIST EXPERIENCES

ABSTRACT

The objective is to describe actions to prevent and combat leprosy and tuberculosis, carried out in a city in the interior of the state of Ceará by members of the Academic League on Stigmatizing Diseases (LADES) as nursing interns in the Rural University Training and Community Action Program (CRUTAC) of the Nursing course at the Federal University of Ceará (UFC). It is a report of a series of extension experiences developed in a Basic Health Unit (UBS), in the municipality of Umirim, Ceará, on March 24th and 29th, and May 24th, 2019. Education took place in health through strategies such as a conversation circle and a waiting room, training of Community Health Agents (CHA) and

issemiation on local radio about signs and symptoms of leprosy with a call from the community for “D” day of evaluation and prevention of leprosy disabilities with simplified neurological assessment. It is concluded that the internalization of health actions such as those reported here allows to decentralize and socialize the scientific knowledge developed at the university center and provide the experience of concepts and theoretical foundations learned by students, allowing the consolidation and expansion of knowledge, while it sensitizes the population to important public health problems plaguing rural communities.

KEYWORDS: Leprosy. Tuberculosis. Health Education.

1 INTRODUÇÃO

A hanseníase e a tuberculose (TB) estão incluídas no grupo de doenças negligenciadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e afetam a vida de milhões de pessoas em todo o mundo. As populações mais afetadas são as que vivem em situações de pobreza, em moradias precárias, inseguras, e que dispõem de acesso limitado às ações e serviços de saúde (SANTOS, 2019).

O Brasil definiu, em 2006, como doenças negligenciadas aquelas que além de prevalecerem em condições de pobreza, também contribuem para a manutenção do quadro de desigualdades no país, representando forte entrave ao desenvolvimento. Cabe ressaltar, que quanto melhores as condições de saúde de um país, melhores serão seus índices de desenvolvimento econômico e social entre as nações (OLIVEIRA, 2018).

O risco de contaminação por alguma doença negligenciada, na população mundial, é de 40%, ainda assim, elas permanecem ocultas, não diagnosticadas, concentradas em áreas rurais, ou em favelas urbanas, locais menos privilegiados (ANDRADE, 2015).

A hanseníase e a TB vêm se destacando como problema de saúde pública no Brasil há anos devido a sua magnitude, transcendência e vulnerabilidade. Atualmente, o país é o segundo lugar mundial em casos de hanseníase, atrás apenas da Índia, e está na vigésima posição entre países com maior carga de TB no mundo (SILVA, 2017; MARQUES, 2019).

Ambas são doenças de alta infectividade, transmitidas através da tosse, fala ou espirro, de pessoa a pessoa, e dependem de fatores imunológicos para sua progressão, mas há certas peculiaridades entre elas. O agente etiológico da TB, *Mycobacterium tuberculosis*, permanece em dispersão no ar por mais tempo, devido ao seu menor tamanho, e por ser veiculado em aerossóis, enquanto a hanseníase carece de contato prolongado e carga elevada do agente, *Mycobacterium Leprae*, para sua evolução (BRASIL, 2017b, 2017c; BRASIL, 2019).

Na hanseníase, uma das principais preocupações é com seu alto potencial de gerar incapacidades, quando não diagnosticada em tempo oportuno, fato causador de estigma social e perda da qualidade de vida. Já na tuberculose, o que mais preocupa é a coinfeção TB e Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV).

Estratégias educativas que sensibilizem a população na busca ativa de sintomáticos respiratórios de TB e pessoas com sintomas sugestivos de hanseníase como lesões na pele, alteração de sensibilidade, ou alterações neurais, podem contribuir para o diagnóstico precoce e tratamento oportuno, podendo reduzir as taxas de abandono de tratamento e de transmissão,

consequentemente as morte decorrentes da doença (SACKSER, 2019; TAVARES, 2019).

Por conseguinte, ao reconhecer o risco acrescido dessas doenças na sociedade, destaca-se a relevância das ações aqui descritas, à medida que incentivam mais ações de prevenção e combate às doenças negligenciadas, promovem saúde em regiões com menos facilidade de acesso, fortalecem o vínculo entre ensino e serviços de saúde, e reforçam que as ações de vigilância devem ser priorizadas, de forma contínua e sistemática.

Assim, o objetivo principal deste estudo é descrever as ações de prevenção e combate à hanseníase e tuberculose, desenvolvidas no interior do estado do Ceará, por estudantes, internos de Enfermagem no programa Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, acerca de ações extensionistas de prevenção e combate à hanseníase e à tuberculose, desenvolvidas por integrantes da Liga Acadêmica em Doenças Estigmatizantes (LADES) enquanto internos de Enfermagem no Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), programa da Universidade Federal do Ceará (UFC) para alunos do último ano dos cursos da área da saúde.

As ações relatadas neste estudo foram desenvolvidas nos dias 24 e 29 de março de 2019, pela celebração do dia mundial de combate à tuberculose, e no dia 24 de maio, do mesmo ano, por ocasião do dia estadual de combate à hanseníase no Ceará. Essas são datas alusivas estratégicas, nas quais há maior mobilização dos profissionais de saúde da atenção básica para busca ativa e detecção precoce de novos casos destas comorbidades.

O CRUTAC teve início na UFC em 1972 com a Resolução nº 259/72 e, atualmente, o é estágio curricular obrigatório para os cursos de Medicina, Enfermagem e Odontologia. Entre os principais objetivos do programa destacam-se: motivar a produção de conhecimentos e pesquisas dentro da realidade de municípios de pequeno e médio porte; permitir experiências de educação em saúde em contextos culturais diversos; possibilitar conhecimento e habilidades para resolver ou bem encaminhar os problemas de saúde mais prevalentes em população de município do interior (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2021).

O município, cenário das ações realizadas, foi Umirim-CE, que se encontra a 100 km de Fortaleza, capital do estado. De clima semiárido, área territorial de 316.724 km², e população

estimada para 2018 de 19.811 habitantes (IBGE, 2019; UMIRIM, 2019).

A UBS que recebeu os estudantes é uma das sete que abrangem o território, e fica localizada em sua sede. Esta funciona semanalmente, de segunda à sexta-feira, e cobre uma população de cerca de três mil e quinhentas pessoas (UMIRIM,2019).

As ações de promoção da saúde, prevenção e combate à hanseníase e TB, descritas em resultados e discussões e apresentadas no quadro 1, foram planejadas a partir da iniciativa dos estudantes, tendo como embasamento teórico-científico as orientações dos manuais do ministério da saúde (BRASIL, 2017c, 2019), e o apoio da equipe da UBS e da secretaria de saúde do município.

Quadro 1- Síntese das atividades desenvolvidas no CRUTAC nos meses de março e maio para prevenção e combate à hanseníase e TB. Umirim, Ceará, Brasil 2019.

Mês de execução	Atividade(s) realizada(a)	Objetivo(s)	Público alcançado
Março	Educação em saúde sobre tuberculose com a população local	Sensibilizar a população para o combate à TB com o foco na prevenção e promoção da saúde	- Cerca de vinte pessoas
	Capacitação dos Agentes de Saúde do município sobre Tuberculose	- Capacitar os ACSs sobre os aspectos gerais da tuberculose com foco no diagnóstico precoce e tratamento efetivo	- Vinte e cinco Agentes Comunitários de Saúde de um total de trinta e cinco existentes no município.
Maió	Realização do dia “D” de prevenção de incapacidades e busca de casos suspeitos de hanseníase	- Divulgar em rádio dia e local de realização do evento, com foco na busca ativa de manchas suspeitas	- Toda a comunidade do município que teve acesso ao programa no qual foi divulgado
	Sala de espera sobre hanseníase	- Realizar busca ativa e promoção da saúde	- Cerca de quinze pessoas

Fonte: Autores, 2019.

As estratégias utilizadas para realização das atividades educativas foram a roda de conversa e exposição dialogada para capacitação profissional.

Na capacitação com os ACS foi utilizado um questionário simples contendo nove perguntas de temas básicos sobre tuberculose, as quais deveriam ser assinaladas com V para as afirmativas verdadeiras, e F para as falsas. As temáticas propostas na avaliação foram: a forma de transmissão da TB, seu agente etiológico, a não transmissão de TB por objetos pessoais, a não infecção num primeiro contato, a manifestação tardia da doença, sobre quem são os sintomáticos respiratórios, sobre os riscos para desenvolver TB, sobre quem deve fazer a baciloscopia de escarro, sobre a quebra de transmissão após 15 dias do início do tratamento.

A avaliação foi aplicada antes da intervenção educativa para identificar as lacunas de conhecimento do público-alvo, e após a atividade para que os participantes avaliassem sua evolução, como agentes ativos na própria formação continuada.

Este estudo não necessitou da apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, pois não foram utilizados dados relativos a sujeitos ou coletivos, apenas relato das experiências vivenciadas pelos internos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No dia 24 de março, realizou-se ação de educação em saúde pela manhã, o público-alvo foram as pessoas que estavam aguardando atendimento na unidade de saúde. Cerca de vinte pessoas foram alcançadas com a atividade. O local da atividade foi a entrada da UBS, a qual foi decorada de forma a celebrar o dia mundial de combate à tuberculose, com cartazes, balões e enfeites, foi disponibilizado café da manhã gratuito aos participantes. Como tecnologia educativa usou-se a roda de conversa sobre aspectos gerais da doença como: transmissão, sinais e sintomas, tratamento, possibilidade de cura, mitos e verdades, preconceito e superação. Durante a atividade, também surgiram dúvidas, questionamentos e falas importantes dos populares, o que ajudou a complementar a exposição.

Com foco na promoção da saúde, a educação popular em saúde tem a roda de conversa como uma das principais estratégias educativas e de baixo custo. Este é um método de discussão que possibilita aprofundar o diálogo com a participação democrática, a partir das vivências que cada pessoa possui do assunto, permitindo os participantes expressarem suas impressões, conceitos, opiniões e concepções sobre o tema proposto, assim como trabalhar reflexivamente as manifestações apresentadas pelo grupo (DIAS *et al.*, 2018).

A atividade de capacitação dos ACS foi realizada em um ambiente separado da UBS, uma sala de reuniões, na qual ocorrem reuniões mensais com a equipe. A exposição dos slides se deu pela *smart* TV da unidade. Antes do início da ação, foram disponibilizados ao grupo uma folha simples contendo nove questões básicas sobre TB, para avaliar o conhecimento prévio e as principais dúvidas que deveriam ser sanadas durante a capacitação. Após a estratégia educativa os agentes responderam novamente as mesmas questões, para que os mesmos reconhecessem no que melhoraram após a intervenção. As questões com maior índice de erro antes da capacitação foram sobre: a forma de transmissão da TB (52%); o agente etiológico (78%); a não infecção no primeiro contato (74%), a não transmissão por objetos pessoais como talheres, copos, roupas, e outros (70%). Na avaliação aplicada após a capacitação o número de erros nas mesmas questões ficou abaixo de 20%.

Ressalta-se, que atividades de formação, capacitação e aperfeiçoamento são de suma importância para este público, favorecendo o correto manejo das doenças e agravos. Segundo a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), são funções dos ACS: desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos, em especial aqueles mais prevalentes no território, e de vigilância em saúde, por meio de visitas domiciliares regulares e de ações educativas individuais e coletivas, na UBS, no domicílio e outros espaços da comunidade, incluindo a investigação epidemiológica de casos suspeitos de doenças e agravos junto a outros profissionais da equipe quando necessário (BRASIL, 2017a).

Em 24 de maio, comemora-se no Ceará o dia estadual de controle da hanseníase. Oportunamente, uma semana antes desta data, através da rádio local, buscou-se enfatizar a importância da detecção precoce, para o controle e tratamento da hanseníase, bem como seu potencial de causar incapacidades/deficiências. Uma vinheta explicativa trazia informações sobre a forma de transmissão, e fazia um alerta para manchas brancas, avermelhadas ou acastanhadas na pele, as quais merecem ser avaliadas na unidade de saúde, divulgava ainda que ocorreria um evento nomeado ‘Dia “D” de prevenção de incapacidades e busca de casos suspeitos de hanseníase’, acessível a toda a comunidade, no qual haveria uma equipe treinada para fazer a avaliação dermatoneurológica e dar seguimento ao tratamento, se identificada a doença.

O dia “D” iniciou-se com a realização de uma atividade de sala de espera para o público que compareceu à unidade, aproximadamente 15 pessoas. Utilizou-se, no primeiro momento,

do método de exposição de *slides* e roda de conversa sobre sinais, sintomas e curiosidades sobre a hanseníase, e em seguida, a equipe da LADES ofertou atendimento aos casos suspeitos. A duração foi de um turno. Foram avaliados, em consulta individual, dois casos suspeitos, que foram descartados, e um paciente que estava em tratamento obteve avaliação dermatoneurológica.

Importa salientar, que ações que despertam o interesse da população por diferenciar manchas comuns de manchas por hanseníase, colaboram para a identificação de casos índices de forma precoce. A OMS recomenda a busca ativa como parte do programa de eliminação da hanseníase. Nota-se, que além de sua importância na identificação de novos casos, a busca ativa constitui uma ferramenta útil na profilaxia da doença em áreas de alta prevalência ou para o controle de abandonos e de comunicantes (LIMA *et al.*, 2016).

Como limitação do estudo destaca-se a indisponibilidade de recursos financeiros dos envolvidos para empreender maior número de ações, e de maior abrangência, bem como a não mensuração do impacto social e alcance delas de forma contínua.

4 CONCLUSÃO

O CRUTAC apresenta-se como uma via que facilita o alcance da promoção da saúde para a população, à medida que interioriza ações de saúde, levando jovens, ainda em formação, à prática profissional nos serviços de saúde do interior do estado.

Conclui-se portanto, que, com a interiorização de ações extensionistas, é possível descentralizar e socializar o conhecimento científico, levando ao interior das comunidades carentes o que se vivencia na universidade, no centro das grandes cidades, de forma a promover saúde em locais mais remotos.

As ações, com apoio da LADES no CRUTAC, proporcionaram a aplicação prática dos conceitos e fundamentos aprendidos em sala de aula, permitindo consolidar e expandir conhecimentos, ao passo que propõe sensibilizar a população frente ao problema de saúde pública da hanseníase e da tuberculose no estado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, B.L.A.; ROCHA, D.G. Doenças negligenciadas e bioética: diálogo de um velho problema com uma nova área do conhecimento. **Revista Bioética**, v. 23, n. 1, p.105-113, abr. 2015. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1983->

80422015231051>. Acesso em: 25 fev. 2020.

BRASIL. Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis – Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017a. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da atenção básica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html>. Acesso em: 27 fev. 2020.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Brasil livre da tuberculose: Plano nacional pelo fim da tuberculose como problema de saúde pública**. 52 p. Brasília (DF), 2017b.

_____. **Guia prático sobre a hanseníase. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância e Doenças Transmissíveis**. Ministério da Saúde: Brasília, 2017c.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Umirim**. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/umirim/panorama>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

DIAS, E.S.M., *et al.* Roda de conversa como estratégia de educação em saúde para a enfermagem. **Rev Fund Care Online**. v. 10, n. 2, p. 379-384. abr/jun, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10i2.379-384>> Acesso em: 27 fev. 2020.

LIMA, R.S.K. *et al.* A importância da busca ativa como estratégia de controle da hanseníase em territórios endêmicos. **Hansen Int**. v. 41, n. 2, p. 55-63, 2016.

MARQUES, W.S. *et al.* Características clínicas e epidemiológicas de idosos com hanseníase atendidos em um Hospital de Ensino no Nordeste do Brasil. **Enfermagem Brasil**, v. 18, n. 3, p.406-413, 16 jul. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33233/eb.v18i3.2505>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

OLIVEIRA, R.G. Sentidos das Doenças Negligenciadas na agenda da Saúde Global: o lugar de populações e territórios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 7, p.2291-2302, jul. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018237.09042018>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

SACKSER, M. A. Razões que levam os pacientes com tuberculose a abandonarem o tratamento: perspectivas do enfermeiro. **Revista Enferm Atual**, v. 87, n. 25, p.01-10, 2019. Disponível em: <<http://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/214>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

SANTOS, G.R.A. O desequilíbrio Fatal: Reflexão sobre as Doenças Negligenciadas. 2019. 49 f. Monografia (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15559/1/GRAF05092019.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

SILVA, I.G.B. *et al.* Liga acadêmica de doenças negligenciadas: encurtando laços entre ensino, serviço e gestão. **Revista Saúde e Ciência online**, v. 6, n. 3, p 22-30, 2017. ISSN:2317-8469. Disponível em: <https://rsc.revistas.ufcg.edu.br/index.php/rsc/article/view/183/179>. Acesso em: 15 fev. 2019.

TAVARES, J.B. Método problematizador no trabalho de busca ativa de hanseníase em dois centros de saúde: descrição de experiência. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, Pombal, v. 9, n. 2, p.01-06, 11 mar. 2019. Disponível em: <<https://editoraverde.org/gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/6192/5586>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

UMIRIM. Prefeitura de Umirim. Disponível em: <<http://www.umirim.ce.gov.br/omunicipio.php>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Departamento de Saúde Comunitária. Disponível em: <<http://www.saudecomunitaria.ufc.br/extensao/crutac/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

LAPFES: POR UM ESPAÇO DE COMPREENSÃO E REINVENÇÃO DA CONDIÇÃO HUMANA

DANTAS, J. B. ¹ & LIMA FILHO, F. I. ²

¹Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da UFC e Coordenadora do LAPFES. E-mail: juremabdantas@gmail.com; ²Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: psic.ilolima@gmail.com.

Artigo submetido em abril de 2020 - DOI 10.32356/exta.v21.n1.43801

RESUMO

Como resposta à tendência generalista da graduação em Psicologia, em 2015, foi fundado o Laboratório de Estudos em Psicoterapia, Fenomenologia e Sociedade (LAPFES), vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, com intuito de aprofundar a formação dos alunos em estudos socialmente contextualizados, seguindo uma perspectiva de base fenomenológica. Assim, a proposta deste artigo é apresentar, de uma maneira geral, as ações do laboratório em todos os seus aspectos institucionais. Foram realizadas consultas aos arquivos de ações e, principalmente, ao Regimento Interno do LAPFES e ao seu Memorial.

O texto foi dividido de forma a abordar, separadamente, as atividades do laboratório ao longo desses anos no que concerne os aspectos do ensino, da pesquisa e da extensão. Essa proposta de apresentação do LAPFES visa compartilhar as diversas ações realizadas em colaboração com diferentes instituições de ensino do município de Fortaleza e do campo da saúde bem como com diferentes profissionais da Psicologia e áreas afins. Conclui-se que o LAPFES, ao longo dos seus anos de existência, se destacou nas diversas ações promovidas, com impacto e relevância social.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Pesquisa. Extensão. Graduação. Psicologia.

LAPFES: FOR A SPACE OF UNDERSTANDING AND REINVENTING HUMAN CONDITION

ABSTRACT

In response to the general trend of undergraduate Psychology, in 2015, the Laboratory of Studies in Psychotherapy, Phenomenology and Society (LAPFES) was founded, linked to the Department of Psychology at the Federal University of Ceará, in order to deepen the training of students in studies socially contextualized, following a phenomenologically based perspective. Thus, the purpose of this article is to present, in general, the laboratory's actions in all its institutional aspects. Consultations were made to the stock files and, mainly, to the LAPFES Internal Regulations and its

Memorial. The text was divided in order to address, separately, the activities of the laboratory throughout these years with regard to aspects of teaching, research and extension. This proposal for the presentation of LAPFES aims to share the various actions carried out in collaboration with different educational institutions in the city of Fortaleza and in the health field, as well as with different professionals from Psychology and related fields. It is concluded that LAPFES, throughout its years of existence, stood out in the various actions promoted, with impact and social relevance.

KEYWORDS: Teaching. Research. Extension. Graduation. Psychology.

1 INTRODUÇÃO

A ciência psicológica é constituída por diferentes fundamentos teóricos, filosóficos e epistemológicos de onde emergem as mais diversificadas práticas psicológicas. Os cursos de graduação em Psicologia possuem a tendência de serem abrangentes em sua formação, assim, percebe-se a necessidade de haver uma complementaridade na formação dos alunos, futuros

profissionais de psicologia, em termos de assuntos específicos e práticos de algumas áreas do saber psicológico. Desse modo, o Laboratório de Estudos em Psicoterapia, Fenomenologia e Sociedade – LAPFES surgiu da necessidade de um aprofundamento teórico-metodológico do saber das diversas possibilidades do existir humano, de sua vivência e subjetividade, promovendo trocas significativas entre pesquisadores, docentes e alunos de diferentes áreas e diferentes instituições, complementando o ensino de graduação e pós-graduação em Psicologia e áreas afins.

O LAPFES se constitui enquanto um espaço de troca de conhecimentos, aliando os saberes produzidos na academia às realidades vivenciadas pelos alunos a partir de uma perspectiva de inspiração Fenomenológica. Partimos do pressuposto que o homem é um ser de possibilidades que se constitui em suas relações com os outros e com o mundo. Um ser, constitutivamente, livre e responsável, que pode reinventar-se a cada dia. Assim, podemos dizer que, as atividades do LAPFES se vinculam aos chamados Estudos da Subjetividade.

Os projetos desenvolvidos pelo laboratório buscam analisar as articulações entre os paradigmas filosóficos e a experiência clínica, partindo do princípio que a clínica psicológica transcende o âmbito da mera aplicação técnica de teorias psicológicas, tratando-se antes de uma prática transdisciplinar sendo, essencialmente, um espaço de reflexão crítica. As pesquisas que compõem o laboratório têm como temática a possibilidade de interação do pensamento filosófico, sobretudo, fenomenológico existencial, com a compreensão da experiência das diferentes práticas psicológicas clínicas bem como as diferentes situações que se apresentam no domínio dos estudos da subjetividade na atualidade.

Assim, o objetivo do presente artigo é apresentar, de uma maneira geral, essa história do LAPFES que vem sendo tecida há quase 6 anos com significativas inovações e articulações nos eixos de pesquisa, ensino e extensão. Uma trajetória escrita por muitos atores, muitos esforços, emoções, desafios e conquistas. Acreditamos no potencial transformador e frutífero de nossa Universidade e na sua importância para o desenvolvimento local da nossa região e para o desenvolvimento pessoal de cada futuro profissional.

Todas as ações buscam atingir a missão da UFC de formação acadêmica, produção de tecnologias e difusão de conhecimentos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012). Por uma escolha de sistematização para apresentação deste trabalho, resolvemos dissertar sobre os tópicos seguintes separando os eixos de pesquisa, ensino e extensão para abordá-los em

termos didáticos.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho se caracteriza como um estudo descritivo qualitativo com base em arquivos documentais que figuram na história do LAPFES: regimento interno do laboratório, Memorial escrito pelos bolsistas anualmente, portfólio de todas as ações de extensão já desenvolvidas, banco de dados de pesquisas de satisfação tabuladas nos diferentes espaços de atuação, monografias realizadas e pesquisas publicadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 CONTRUÇÃO DOS LAÇOS E AÇÕES DO LAPFES

Ao longo de quase seis anos de existência, o LAPFES viveu diferentes configurações no que diz respeito aos modos de organizar os seus processos e de integrar os seus membros. Em 2015, mais precisamente agosto de 2015, período do seu cadastramento e efetivo início de atividades, o mesmo contou com um grupo pequeno de discentes do próprio curso de Psicologia da UFC, interessados em vivenciar uma maior aproximação de discussões no campo dos estudos da subjetividade. Esse grupo, chamado de membros fundadores, elaborou em conjunto com a coordenadora um conjunto de ações iniciais voltadas ao aperfeiçoamento e, sobretudo, ao trabalho junto à comunidade.

Antes de completar seu primeiro ano de vida, após seu primeiro processo seletivo, o LAPFES já possuía um número expressivo de colaboradores e foi preciso encontrar outras maneiras de funcionamento bem como pensar sobre a organização interna e as atribuições dos colaboradores. A partir do seu segundo processo seletivo, o laboratório abriu suas portas para discentes de Psicologia de outras Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas e no decorrer desses anos, tivemos inúmeros discentes (quase 130 alunos) que colaboraram e, ainda colaboram, com a proposta deste laboratório pela busca de uma formação mais qualificada e de ações que promovam cuidado efetivo em saúde mental. A história do LAPFES se confunde com a história das várias famílias atendidas, dos vários participantes de projetos e eventos, dos trabalhos conjuntos com outras grandes instituições de nosso Estado.

O LAPFES, desde 2016, trabalha com estratégias de operacionalização, são elas:

discussões interdisciplinares em reuniões semanais, grupos de estudos; produção de pesquisas sobre temáticas pertinentes às novas demandas da prática psicológica; aplicações de teorias e técnicas psicoterápicas nas ações de extensão. Para manter toda essa rede ações e intervenções bem como para um melhor andamento dos processos internos e a manutenção da qualidade dos serviços prestados à comunidade, o LAFES se organizou em núcleos com ações específicas. Os núcleos operativos consistem em equipes de trabalho que possuem atribuições específicas. Os núcleos se dividem em: núcleo administrativo; núcleo de ensino; núcleo de formação continuada; núcleo de extensão e núcleo de comunicação.

3.2 PRÁTICAS DE ENSINO COMPLEMENTARES

No que se refere à **promoção do ensino**, o laboratório desenvolve workshops, palestras e grupos de estudo que inserem os alunos nas temáticas que atravessam as discussões em diferentes âmbitos da Psicologia. Essas ações são voltadas, prioritariamente, para alunos de semestres iniciais, constituindo uma estratégia contra a evasão e a favor do interesse e engajamento no curso. Desde a primeira edição dos grupos de estudos são feitas pesquisas de satisfação e levantamentos de interesses sobre os temas que serão abordados nos semestres seguintes além das ações de oficinas e workshops com os alunos em semestres iniciais, favorecendo a construção da noção de pertencimento de forma coletiva.

Ao longo dos anos, as ações do ensino acontecem seguindo eixos temáticos facilitados por profissionais da área da Psicologia e por orientandos de monografia com seus estudos diversificados e atuais. Podemos destacar os seguintes temas: saúde coletiva; plantão psicológico; primeiros socorros psicológicos, psicologia hospitalar, medicalização da vida; morte, luto, psicopatologia, sofrimento e felicidade na contemporaneidade, cuidados paliativos, entre outros. Essas atividades criam vínculos, promovem conhecimentos, constroem espaços de interlocução onde os grupos se reconhecem e se legitimam como gestores do saber.

Inserido também nessa proposta de acesso ao conhecimento e aprofundamento temos as ações do **núcleo de formação continuada**, onde o LAFES oferece, gratuitamente, dois cursos de extensão ao ano com temáticas variadas e em caráter multiprofissional, envolvendo cerca de até 250 participantes por semestre de diferentes instituições de ensino superior e mais de 30 docentes de diferentes áreas do conhecimento. Vale destaque para a capacitação em

Plantão Psicológico, ocorrida no segundo semestre de 2019, exclusiva os profissionais de saúde atuantes na rede pública feita em parceria com a **Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza (SMS/CE)**, com o intuito de apresentar as possibilidades de inserção da modalidade de plantão na rede de saúde de Fortaleza. Todos os cursos são pensados sempre de forma multiprofissional, contextualizados de forma histórica e multifacetados em suas considerações filosóficas, sociológicas e psicológicas pelos profissionais convidados.

3.3 PESQUISAS E TRANSFORMAÇÕES DE CONHECIMENTO

As atividades de pesquisa privilegiam temas relevantes e atuais, seguindo o interesse de todos integrantes. No que se refere ao âmbito de *pesquisas científicas*, o LAFES já contou com bolsas (PIBIC/CNPq), tendo desenvolvido estudos sobre o sofrimento psíquico na contemporaneidade; o culto ao corpo e a construção da autoimagem em tempos hipermodernos; estudos epidemiológicos e psicossociais sobre o fenômeno da medicalização da sociedade; estudos sobre a ditadura da felicidade na tessitura da atualidade; e relações amorosas no contexto contemporâneo. Em 2019, iniciou-se, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS/CE), um estudo longitudinal que se encontra em curso, sobre as possibilidades de implantação do plantão psicológico nos diferentes níveis de atenção à saúde. Tais pesquisas têm como finalidade a difusão do conhecimento acadêmico, por meio da apresentação de trabalhos em eventos científicos e publicações em livros e revistas reconhecidas pela Qualis Capes.

3.4 EXTENSÃO NA VIDA UNIVERSITÁRIA

As extensões funcionam como campo de atuação dos integrantes do laboratório, sendo uma forma de retorno da universidade para a comunidade frente às demandas que esta apresenta. As extensões em funcionamento no LAFES possuem tanto um caráter clínico quanto pedagógico e de divulgação científica, atuando em espaços que vão desde a Clínica Escola às escolas públicas.

Uma ação de caráter marcante que envolve a extensão acontece na Universidade Federal do Ceará e se intitula como **Projeto Diálogos em Psicologia** com o intuito de oferecer, mensalmente, por meio de palestras, conferências e mesas redondas, um espaço de ampla discussão sobre diversos temas psicológicos, sempre de modo contextualizado às realidades

sociais e demais campos do conhecimento. Essa ação não se coloca apenas para o meio acadêmico, mas, sobretudo, para comunidade em geral e nos espaços educacionais. Após seu primeiro ano de realização podemos dizer que, a fim de consolidar ainda mais o papel da extensão, o projeto Diálogos em Psicologia ampliou-se, tornando-se também o **Diálogo Itinerante**, se fazendo presente nas escolas do ensino médio como mecanismo dialógico de questões inquietantes ao público jovem e sua realidade sócio histórica. Parcerias foram realizadas com a E.E.E.P. Joaquim Moreira Sousa, com a E.E.E.P Adauto Bezerra e com a E.E.E.P Juarez Távora.

O **Cine Fenomenologia e Sociedade** configurou-se também como um projeto de extensão que ocorreu, a princípio, na Universidade Federal do Ceará, no auditório Rachel de Queiroz. Buscava proporcionar à comunidade uma aproximação entre a psicologia e a arte cinematográfica. O cine organizava-se em uma programação mensal, com a exibição de um filme e posterior debate por algum profissional ou docente de psicologia. Em seu segundo ano de atividades, 2017, o Cine desdobrou-se em uma ação de extensão para além dos muros da universidade, iniciando o Cine nas Escolas, que contava com curtas-metragens e psicólogos convidados, em escolas públicas do ensino médio. No final do ano de 2018, resolveu-se unir o projeto Cine ao projeto Diálogos, estabelecendo uma disposição mista, com curtas e longas-metragens, palestras e workshops, tanto nas ações no âmbito da UFC e como nas escolas do ensino médio.

Em suas ações de extensão, certamente, a de maior destaque se intitula projeto **Plantão Psicológico: ampliando possibilidades de escuta**, onde o LAFES desenvolve atividades em parceria com a Clínica-Escola de Psicologia da UFC e tem uma forte parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza, com projetos pilotos para implantação do serviço de Plantão Psicológico na rede de saúde de todo o município de Fortaleza. A proposta visa oferecer serviços psicológicos à população que procura a Clínica-Escola da UFC, os usuários que frequentam a Unidade básica de saúde (UBS) Posto Anastácio Magalhães e o CAPS Geral III, servindo como espaço de escuta, atenção psicológica e de informações voltado para a construção de um cuidado integral. Faz-se necessário ainda pontuar que, ao longo dos seus quase seis anos de funcionamento, o projeto também já atuou na atenção terciária em instituição privada e no Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) realizando acolhimento aos usuários, familiares e profissionais da rede. O Plantão Psicológico é uma

modalidade estudada em produções científicas no Brasil, inclusive algumas do próprio Laboratório (DANTAS et al., 2016; BORGES et al., 2018; DANTAS et al., 2019), e pensada em articulação com dispositivos de saúde, escolas, universidades e instituições.

Em 2018 e 2019, o Laboratório recebeu o Prêmio de Responsabilidade Social pela Prefeitura Municipal de Fortaleza pelas ações de Plantão Psicológico na Clínica-Escola e na UBS, um reconhecimento da efetividade e impacto das ações e, sobretudo, da relevância social. Em 2020, consolidando a parceria entre o LAFES e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS/CE), o laboratório foi convidado a compor o sistema de acolhimento em situações de crise no município envolvendo os profissionais da rede, atuantes neste contexto da pandemia do COVID-19, de forma sistemática e regular. Trata-se do LAFES fortalecendo vínculos, promovendo saúde mental e dando visibilidade aos trabalhos especializados do âmbito acadêmico da UFC.

Dando continuidade às nossas extensões, o LAFES promove em parceria com a Clínica-Escola da UFC, as Escolas Joaquim Moreira, Adauto Novaes e Juarez Távora, o **Projeto Corpore** voltado ao atendimento multiprofissional de pessoas que apresentam como demanda as chamadas distorções da autoimagem. O projeto se configura como um trabalho envolvendo estagiários de psicologia e, sempre que possível, de nutrição e educação física no intuito de promover possibilidades terapêuticas de ressignificação da autoimagem e, por consequência, autoestima. Há ainda um conjunto de ações de extensão vinculadas ao LAFES que marcam nossas preocupações sobre a contemporaneidade e que ocorrem no âmbito da Clínica-Escola de Psicologia da Universidade Federal do Ceará por demanda da comunidade em geral. São atividades em grupos que trabalham diferentes questões clínicas com públicos distintos: o Infância em Foco, a Análise da Escolha Profissional, o Grupo Terapêutico da Maturidade, o Grupo Ansiedade/Depressão e o Reconstruindo Relações.

O **Infância em foco** oferece atendimento clínico para crianças de 7 a 11 anos com demandas de aprendizagem ou demandas familiares, incluindo acompanhamento com os pais em caráter psicoterapêutico e psicoeducativo, com rodas de conversa com profissionais de diversas áreas da saúde e da educação. Como continuação do Projeto o laboratório visa fazer trabalhos de educação em saúde e promoção aos cuidados da infância com palestras e oficinas nas escolas de ensino fundamental próximas à Universidade Federal do Ceará, envolvendo pais e educadores.

O projeto **Análise da Escolha Profissional** também é ofertado por demanda no contexto da Clínica-escola da UFC e foi realizado de forma exitosa em um curso preparatório para vestibular destinado a pessoas com baixa renda comprovada — o Projeto Novo Vestibular (PNV), vinculado ao Departamento de História da UFC —, com atendimento em grupo realizado no decorrer de, aproximadamente, dez encontros com o objetivo de realizar uma análise da escolha profissional, tendo como preocupação problematizar a questão da escolha a partir da análise das próprias condições existenciais.

O **Grupo Terapêutico da Maturidade** caracteriza-se por um atendimento clínico às pessoas acima de 60 anos com demandas variadas, voltado ao fortalecimento dos vínculos afetivos, ao processo de reflexão sobre os atravessamentos do envelhecimento e, necessariamente, a construção de estratégias de enfrentamento e autonomia emocional para a melhoria da qualidade de vida não apenas na clínica-escola, mas, sobretudo, em instituições asilares voltadas aos trabalhos com idosos.

O **Ansiedade/Depressão** trata-se de um grupo psicoterapêutico, realizado na clínica-escola sempre por demandas dos próprios usuários, destinado ao público acima de 18 anos, com questões que enunciem sofrimento psíquico que limitam a vida cotidiana do sujeito no âmbito pessoal e profissional. O grupo trabalha em uma perspectiva multiprofissional com a promoção de espaços educativos, artísticos e vivenciais a fim de tematizar o posicionamento do sujeito diante do seu horizonte histórico de sentido.

O **Reconstruindo Relações** configura-se como um atendimento clínico em grupo, realizado na clínica-escola, tendo como foco o público acima de 18 anos que apresenta demandas no campo das relações interpessoais de modo geral, com o objetivo de proporcionar um espaço de reflexão sobre os processos de conflito relacional e, por consequência, possibilidades de fortalecimento que atravessam o sujeito em sua condição fundamental de ser no mundo com o outro.

Diante da Resolução de 2018 do Ministério da Saúde que resolve sobre a obrigatoriedade de que no mínimo 10% da carga obrigatória do PPP seja de extensão, e da Resolução nº 28/CEPE, de 1º de dezembro de 2017 da Reitoria da UFC, percebe-se a antecipação do Laboratório em anos no desafio de realizar uma formação integral e voltada às realidades sociais do futuro profissional de psicologia. As ações de extensão em parceria com a SMS, o Nudem, a Clínica-Escola, e todos os demais espaços citados anteriormente

objetivam, além da atividade prática como exercício formativo, a transformação social e a relação de reciprocidade com a sociedade.

4 CONCLUSÃO

Torna-se mister ressaltar que nesses quase seis anos de existência o LAPFES promoveu diversas ações de extensão em contexto de saúde e de educação, várias pesquisas trazendo debates sobre os estudos da subjetividade no contexto contemporâneo, um amplo conjunto de grupos de estudos e de conhecimentos refletidos também nos cursos de extensão. Realizou inúmeros atendimentos, na modalidade do plantão psicológico presencial, junto à comunidade em geral, em uma perspectiva de clínica ampliada e vocacionada à atualização permanente do futuro profissional de psicologia. Realiza na modalidade remota diversos acolhimentos semanais envolvendo todo o Estado e ensaia uma colaboração direta com a SESA (Secretaria Estadual de Saúde) aos cuidados psicológicos dos profissionais de saúde atuantes na pandemia. Com muita satisfação o Laboratório tem, atualmente, mais de 30 integrantes, de diferentes semestres e instituições, desenvolvendo ações tanto de ensino, pesquisa e extensão.

O LAPFES busca, dessa forma, espaços para novas oportunidades de aprofundamento na formação de psicólogos, objetivando o contato com a subjetividade humana, os contextos sociais provindos de suas relações, problematizando a prática do psicólogo, a promoção da saúde e qualidade de vida das pessoas e coletividades. Para tanto, o LAPFES por meio de grupos de estudos e pesquisas e, sobretudo, ações de extensão envolvendo diversas instituições parceiras, pretende aproximar o futuro profissional de psicologia da realidade sócio histórica em que se insere e, acima de tudo, pretende promover o debate e a reflexão sobre as novas demandas e possibilidade de atuação do psicólogo. Com isso, podemos dizer que o laboratório se consolida como um espaço de ampliação da formação discente e de reinvenção das práticas psicológicas diante das novas demandas da sociedade, de modo crítico e reflexivo.

REFERÊNCIAS

BORGES, I. L. F. BRITO, L. S.; DANTAS, J. B. Plantão Psicológico: acolhimento e escuta na clínica escola da UFC. **Extensão em Ação**, Fortaleza, v.2, n.14, jul. /dez. 2017. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufc.br/extensaoemacao/issue/view/591>> Acesso em 21 ago. 2018.

DANTAS, J. B.; DUTRA, A. B.; ALVES, A. C.; BENIGNO, G. G. F.; BRITO, L. DE S.; BARRETO, R. E. M. Plantão psicológico: ampliando possibilidades de escuta. **Revista de Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 232-241, 30 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/5597>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

DANTAS, J.B; SILVA, R. N.; FERREIRA, M. O.; PROCÓPIO, M. A.; LIMA FILHO, F. I. Pesquisa de Satisfação do Plantão Psicológico na Clínica Escola da UFC: Pensando Atendimento, Qualidade e Acolhimento. **Extensão em Ação**, Fortaleza, v.1 n.17/ 2019. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/extensaoemacao/article/view/33547>>. Acesso em 20 fev. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Resolução N° 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Lema, Missão, Visão e Compromisso**. Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.ufc.br/a-universidade/conheca-a-ufc/60-lema-missao-visao-e-compromisso>>. Acesso em: 30 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Reitoria. **Resolução no 28/CEPE, de 1° de dezembro de 2017**. Fortaleza, 2017. Disponível em: <<https://prex.ufc.br/wp-content/uploads/2018/01/ufc-resolucao-28-1dez17-curricularizacao.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

PLANTAS MEDICINAIS: RESGATE DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL INDÍGENA TERENA

SILVA, L. B.¹ & QUADROS, F. A. A.²

¹Bolsista e graduando em Medicina pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: lucaslbs08@gmail.com; ²Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Coordenadora da ação extensionista. E-mail: faaquadros@hotmail.com

Artigo submetido em maio de 2020 - DOI 10.32356/exta.v21.n1.44094

RESUMO

O foco principal deste artigo é elucidar a importância do resgate cultural quanto ao uso de plantas medicinais em aldeias indígenas, de forma a propiciar a preservação do patrimônio cultural imaterial deste povo, elencando quais os fitoterápicos mais utilizados, além de buscar compreender a percepção dos jovens indígenas sobre o tema. As informações sobre as plantas medicinais utilizadas foram obtidas por meio de entrevista gravada, catalogando-as e criando acervo bibliográfico sobre as espécies vegetais mencionadas. Foram realizadas oficinas com os

jovens aldeados, no intuito de estabelecer o conhecimento destes acerca do assunto. Os resultados obtidos foram satisfatórios em todas as etapas citadas, elencando as plantas medicinais e verificando que há coerência dos fitoterápicos usados entre os diversos idosos da aldeia, tendo o Guaco (*Mikania glomerata*) e o Boldo (*Peumus boldus*) como destaques. Por ser uma aldeia próxima da urbanização, não houve diferenças marcantes entre as plantas usadas pelos indígenas e pelo restante da população da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: População indígena. Plantas medicinais. Resgate cultural.

MEDICINAL PLANTS: RESCUE OF TERENA INDIGENOUS INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE

ABSTRACT

The main focus of this article is to elucidate the importance of cultural rescue regarding the use of medicinal plants in indigenous villages, in order to promote the preservation of the intangible cultural heritage of this people, listing which phytotherapies are most used, in addition to seeking to understand the perception of young indigenous people on the topic. Information on the medicinal plants used was obtained through interviews, cataloging them and creating a bibliographic collection on the mentioned plant species. Workshops were held with young people from the villages, in order to establish

their knowledge about the subject. The results obtained were satisfactory in all the aforementioned stages, listing the medicinal plants and verifying that there is consistency of the herbal medicines used among the various elderly people in the village, with Guaco (*Mikania glomerata*) and Boldo (*Peumus boldus*) as highlights. As it is a village close to urbanization, there were no marked differences between the plants used by the indigenous people and the rest of the city's population.

KEYWORDS: Indigenous population. Medicinal plant. Cultural rescue.

1 INTRODUÇÃO

A partir da origem indígena do pesquisador orientando deste projeto, fica mais fácil perceber que vem ocorrendo na sociedade em que vivemos grandes mudanças nos hábitos realizados pela população. Ao passar dos dias, novas concepções vão sendo formuladas e consequência disso é o desaparecimento de outras atividades que acabam perdendo seu valor.

Diante da globalização e tecnologia em que o mundo se encontra, surgem problemas que afetam a sociedade e a natureza.

Os povos indígenas possuem grande preservação de seus costumes, que estão muitas vezes relacionados com o meio ambiente, porém, essa população vive em ameaça de espaço territorial e cultural, que acaba influenciando em algumas vivências, como o uso de plantas medicinais para o tratamento de enfermidades da comunidade aldeada. Poucos conhecem a forma de utilização e os benefícios que o uso dessas plantas pode trazer para o ser humano, e muitos não percebem a importância que tais métodos de tratamento têm para a população indígena. Alguns costumes estão intimamente ligados com a cultura de um povo, e fazem parte do acervo histórico daquela sociedade.

A história dos indígenas Terena evidencia que constantes mudanças são vividas na cultura de um povo. Um dos motivos para isso são os contatos com diferentes populações, no caso dos Terenas, com os Guaicurus, portugueses e brasileiros. Porém, mesmo com tais alterações, existem hábitos que não se modificam, como o alimento, trabalho e a relação com a terra, no caso dos Terenas (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000).

A medicina tradicional está incluída neste conjunto e é efetiva de alguma forma no tratamento de enfermidades, mesmo que seja de modo mais modesto. Entretanto, essa cultura acaba não sendo repassada para as novas gerações das aldeias, isso pode ocorrer por conta do maior intervencionismo médico nessa população, algo que deve ser trabalhado de forma equilibrada. O resgate dessa cultura possui grande relevância para esse povo, pois são aspectos marcantes da história que mostram como a sabedoria é presente, já que utilizava de recursos à sua disposição como fonte de cura.

O desmatamento é o principal fator de perigo para o uso de técnicas curativas, já que algumas vegetações nativas utilizadas são erradicadas por conta desse agravante. Essas ações de ameaça à cultura indígena se baseiam em falta de conhecimento da vida e dos métodos utilizados constantemente por essa população, por isso, percebe-se a necessidade de ampliar os conhecimentos da sociedade em torno dessa cultura e dos benefícios que ela pode trazer para todos. A identidade de um povo está fortemente ligada a cultura dessas pessoas, a erradicação de alguns costumes faz com que lentamente a diversidade mundial diminua.

Desta forma, o presente projeto, inserido num conjunto de atividades que visa promoção da saúde indígena terena, se propôs a realizar a catalogação das plantas e

fitoterápicos utilizados com fins terapêuticos, com base na medicina tradicional, por esta população. Trata-se de um tema que poderá subsidiar outros estudos nas áreas Biológica e Química e que não se esgota, em virtude de que estes conhecimentos muitas vezes estão dispersos e protegidos.

O objetivo principal do projeto foi associar as plantas medicinais utilizadas pelos indígenas Terena de uma aldeia urbana em Sidrolândia - MS às enfermidades, articulando tais práticas com a saúde dos aldeados, a fim de realizar preservação do patrimônio cultural imaterial desta aldeia.

Além desse, outros objetivos foram traçados, visando detalhar o planejamento. Entre eles buscou-se relacionar as plantas medicinais e fitoterápicos utilizados pelos indígenas aldeados, citando as partes das plantas que são usadas nos tratamentos e a sua forma de utilização, coletar amostras das plantas mencionadas e preparar exsiccatas das mesmas, pesquisando nas bases de dados e na literatura em geral as informações disponíveis sobre as plantas mencionadas pelos aldeados, e propagar o conhecimento obtido pelos estudos realizados através de eventos/oficinas voltadas aos membros mais jovens da aldeia, fazendo resgate de parte da cultura daquele povo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Cultura é um termo amplamente utilizado mundialmente e difícil de ser definido, já que envolve diversos fatores sociais, físicos e mentais. No Brasil, é assegurado a todo cidadão, por meio da Constituição Federal de 1988, o direito de manifestação e acesso cultural. Já a cultura indígena é citada como participante do processo civilizatório nacional, e por isso deverá ser protegida, algo que na prática não é totalmente garantido.

Max Weber acreditava que o homem tece teias de significados e a elas está amarrado. Cultura pode ser interpretada a partir deste pensamento, ou seja, ela deixa de ser uma ciência experimental e passa a ser ciência interpretativa, já que o foco para sua explicação não deve ser na busca de leis, mas sim na de significados (GEERTZ, 1973). O termo “Cultura” também pode ser definido como os aspectos físicos ou mentais que não sejam biologicamente determinados, mas que sejam adquiridos pelo convívio do grupo social a qual pertence o indivíduo, sendo construído socialmente, a partir do contato permanente com práticas, valores e normas características de um povo (LANGDON; WIIK, 2010).

A cultura indígena é rica e sagrada para a população aldeada, tendo uma grande diversidade entre as várias tribos existentes no Brasil, porém, todas estabelecem relações muito próximas a natureza, utilizando-a como auxílio para algumas necessidades, por exemplo, no tratamento de enfermidades. As plantas medicinais, utilizadas pelos indígenas, já fizeram parte do dia-a-dia de outras populações, como a chinesa e a egípcia, o uso de tais vegetações com o intuito de fins terapêuticos vem dos primórdios, e isso enfatiza a importância do cultivo dessa cultura (COAN; MATIAS, 2014). Os indígenas Terena, apesar do contato que possuem com outros grupos sociais, se caracterizam por fazer uso dos poderes de seus “porangueiros” com o intuito de obter cura de doenças “males do espírito”.

O Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (BRASIL, 2009) é um mecanismo do Ministério da Saúde ligado a Organização Mundial de Saúde que assegura ao brasileiro o uso de forma segura de tais vegetações, transmitindo ao usuário conhecimento sustentável acerca de sua utilização. Acredita-se que esses povos possuem grande conhecimento no preparo de remédios caseiros que muitas vezes estão ligados à fé dessa população. Cura e Divindade andam em conjunto, estabelecendo relação de intimidade, por isso, há a necessidade de maior cuidado ao trabalhar com essa população, sempre respeitando suas crenças e aprendendo com ela.

De acordo com Menezes e Fonteles Filho (2011):

A apresentação da temática das plantas medicinais exige de nós um compromisso com a natureza e com a espiritualidade indígena. Com o conhecimento das plantas, surge também uma sensibilidade. É preciso que tenhamos um pouco mais de tempo para viver os segredos sem querer desvendá-los todos de uma só vez. É preciso ter paciência, e reaprender com os indígenas os usos, saberes e sentidos das plantas medicinais.

Em 2002, foi instituída a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (BRASIL, 2002), que tenta trazer maior respeito e constata o êxito à medicina tradicional, dando mais segurança para os indígenas, diminuindo agravantes. Alguns desses agravantes estão intimamente ligados com as crenças dessa população, que seguem linhas de pensamento diferenciada da maioria das pessoas. A natureza se faz sagrada e curativa, e algumas plantas fazem parte da rotina de saúde dos indígenas, onde cada uma possui características em seu tratamento.

Um fator social que deve ser trabalhado dentro das aldeias é a manutenção do conhecimento de práticas realizadas por antepassados, que hoje não são tão frequentes, isso

pode acarretar na falta da preservação do Patrimônio Cultural Imaterial que é definido pela UNESCO como as expressões de vida e tradições de um grupo, comunidade ou indivíduo onde há passagem dos conhecimentos dos ancestrais para seus descendentes.

Infelizmente, o avanço global faz com que algumas culturas se percam ao longo da história de um povo, e isso acontece de forma despercebida, já que não afeta diretamente a população, porém, a perda dessas tradições pode acarretar graves distúrbios na forma de viver das pessoas, havendo divergências culturais entre gerações. Essas divergências acabam por enfraquecer a relação social dos aldeados, pois, tanto a chegada de novas crenças, quanto o uso de antigas pode ser rejeitado por ambos os lados.

Os aldeados mais velhos, detentores dos maiores conhecimentos da aldeia, acabam, com o passar dos dias, sendo isolados do restante dos indígenas, isso ocorre não por descuido ou por preconceitos, mas por conta da falta de harmonia nas conversas entre gerações. Os mais velhos gostam de contar histórias e de serem ouvidos, de contar suas experiências, eles se sentem mais valorizados quanto a isso (APYKÁ; PACHECO, 2014).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto se desenvolveu em 3 etapas e foi realizado em uma aldeia urbana de etnia Terena do estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2018 e 2019.

A primeira etapa constou com a realização das entrevistas dos aldeados. Para isso, realizou-se uma reunião com a liderança indígena da aldeia, no intuito de repassar os objetivos e a metodologia dos trabalhos que seriam efetuados naquele local. A liderança indicou os aldeados que possuíam conhecimento sobre as plantas medicinais utilizadas e que poderiam ser entrevistados.

Foi realizada uma reunião com os aldeados indicados pela liderança indígena da aldeia para explicar os objetivos e a metodologia do projeto e oficializar o convite de participação no mesmo. A quantidade de idosos na aldeia era bastante limitada, obrigando a realizar-se pequena quantidade de entrevistas, porém 100% dos idosos foram abordados, tornando segura a qualidade das informações coletadas.

A entrevista teve o intuito de obter informações sobre as plantas medicinais, abordando características específicas de como é feita a utilização e quais os benefícios

terapêuticos obtidos. Foi realizada na residência do aldeado, para que não houvesse impedimento por motivos de locomoção. Os idosos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aceitando serem entrevistados. Ocorreu gravação da entrevista, permitida pelos entrevistados, com duração aproximada de 1 hora cada. Além disso, os idosos estavam acompanhados de seus familiares, para se sentirem mais confortáveis, caracterizando um ambiente grupal.

A população aldeada conta com o apoio de uma Unidade Básica de Saúde, com equipe da ESF, que auxiliou os pesquisadores na realização do projeto.

Na segunda etapa, estudaram-se as informações obtidas nas entrevistas, realizando uma pesquisa bibliográfica sobre as plantas indicadas e/ou coletadas, utilizando bases de dados e a literatura disponível, visando obter informações sobre pesquisas já realizadas com estas plantas.

Foram realizadas coletas das plantas em estado reprodutivo (com flores ou frutos) e preparadas suas exsiccatas.

Já na terceira etapa, foi realizada a oficina com os jovens em parceria com uma escola municipal indígena, localizada na própria aldeia. Foram selecionados os alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio. Oficinas de reconhecimento das plantas medicinais mencionadas e forma de utilização das mesmas, com o intuito de resgatar parte da cultura dos indígenas terenas. Esse reconhecimento foi feito a partir da utilização de recursos didáticos, como o contato direto dos alunos com as plantas, o uso de vídeos explicativos e de pequenas aulas preparadas em slides.

Houve preparação de cronogramas com a diretoria da escola, de modo a não atrapalhar o andamento das atividades e que não houvesse evasão dos alunos da oficina, tentando aplicar tal evento no horário letivo dos alunos.

Foi executada uma avaliação da oficina, para averiguar se o aprendizado foi bem recebido pelos alunos. Tal análise foi feita em forma de um curto questionário oral, com perguntas objetivas, com o foco no assunto principal da oficina.

Os resultados deste trabalho foram divulgados através de apresentação em evento e publicação científica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos foram satisfatórios em todas as etapas citadas. Adquiriu-se parte do acervo cultural de plantas utilizadas por este povo, verificando que há coerência dos fitoterápicos usados entre os diversos idosos da aldeia.

Além disso, as ações realizadas na escola, com o intuito de repassar os conhecimentos para os jovens aldeados, foram amplamente proveitosas, com os alunos mostrando-se interessados no tema e expondo seus próprios conhecimentos, onde muitas vezes, contribuíram com outras formas de indicações das plantas mencionadas, não havendo recusa de participação por nenhum dos jovens estudantes.

A seguir, a tabela 1 elenca as plantas medicinais usadas, sua indicação, parte utilizada e forma de preparo.

Tabela 1 – Principais plantas medicinais utilizadas e suas metodologias.

Planta	Indicação	Parte utilizada	Modo de preparo
Guaco (<i>Mikania glomerata</i>)	Tratamento da gripe	Folha	Fervura (ingestão)
Laranjeira (<i>Citrus X sinensis</i>)	1. Tratamento da gripe 2. Cicatrização do umbigo de bebês	Folha	1. Fervura (ingestão) 2. Torrado (tópico)
Gabirobeira (<i>Campomanesia xanthocarpa</i>)	Tratamento das feridas do sarampo	Folha	Fervura (banho)
Marcela (<i>Achyrocline satureioides</i>)	Tratamento da diarreia e da dor de barriga	Folha	Fervura (ingestão)
Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i>)	Tratamento da febre	Folha	Fervura (ingestão)
Picão (<i>Bidens</i>)	1. Tratamento da icterícia em bebês 2. Tratamento da anemia em puérperas	Folha	1. Fervura (banho) 2. Fervura (ingestão)
Erva de Santa Maria (<i>Dysphania ambrosioides</i>)	Tratamento de feridas, inchaços e equimose	Folha	Amarração adicionado de sal (tópico)
Boldo (<i>Peumus boldus</i>)	Tratamento da dor de estômago e da falta de apetite	Folha	Fervura (ingestão)
Capim-Cidreira	Prevenção de quebranto e	Folha	Migalhamento +

<i>(Cymbopogon citratus)</i>	moleira afundada		brasas de fogo (banho)
Cancorosa (<i>Maytenus ilicifolia</i>)	Utilizado como anticoagulante	Raiz	Fervura (ingestão)
Sucupira (<i>Pterodon emarginatus</i>)	Tratamento da dor abdominal (gastrite, dores na vesícula biliar e esteatose hepática)	Semente	Fervura (ingestão)

Fonte: Dados da pesquisa.

Durante as entrevistas com os aldeados idosos, estes relataram que não havia interesse dos jovens em aprender os conhecimentos da medicina tradicional Terena, porém durante a realização das ações, percebeu-se que os jovens já possuíam determinado entendimento sobre o tema e, além disso, mostraram grande disposição em aprender mais. Foi notório o interesse tanto dos idosos quanto dos estudantes em participarem das ações, já que ambos expressaram satisfação e empolgação com as atividades realizadas, além de destacarem a importância de tais ações.

Não houve diferenças significativas das plantas citadas, utilizadas pelos idosos da aldeia, com plantas já utilizadas pelo restante da população em geral, tendo em vista que os fitoterápicos possuem grande disseminação. Este fato sugere que os processos de urbanização das aldeias, interferem em diferentes graus nos costumes indígenas.

Percebeu-se que com o desenvolvimento urbano na aldeia, diminuiu-se a área verde, constituída por plantações e cultivos, relatado pelos próprios idosos, acarretando em interferências no uso plantio e uso das plantas como medida terapêutica.

Foi também relatado pelos profissionais da saúde de uma Unidade Básica de Saúde localizada na aldeia, que algumas vezes os aldeados substituíram os medicamentos médicos pelas plantas, evidenciando que há desalinhamentos entre a medicina moderna e a tradicional.

Os jovens também mostraram ter muitos conhecimentos sobre o assunto, onde muitas vezes os próprios detalhavam a utilização das ervas medicinais citadas pelo pesquisador. Percebeu-se que havia valorização da cultura Terena pela juventude, quando lhes era dada a oportunidade de fala, os mais diversos saberes eram expostos, discutidos e enfatizados, acarretando em maior curiosidade sobre o tema, levando-os a buscarem mais conhecimentos.

Houve dificuldades no decorrer do processo de execução do projeto, entre elas encontram-se a pouca quantidade de idosos, que obrigou o número de entrevistas e amostras serem diminuídos e o deslocamento até a aldeia, já que esta fica localizada fora do município dos pesquisadores e da universidade.

A partir da observação de tais resultados, é possível verificar determinadas situações. Primeiro, a diminuição no uso das ervas pelos indígenas, de qualquer idade, tem grande influência da urbanização associada ao processo de desmatamento, relatado pelos próprios aldeados e observada pelos pesquisadores, notada através do desenvolvimento ao redor da aldeia e da pequena área ambiental presente.

Segundo, é possível realizar uma comparação das plantas utilizadas pelos indígenas e as terapias naturais utilizadas pela população em geral. Verifica-se que algumas ervas citadas são bastante conhecidas, principalmente no estado de Mato Grosso do Sul, por pessoas não indígenas também. Espera-se que tenha ocorrido uma transferência de saberes ao longo dos anos, do conhecimento e práticas indígenas para toda a população em volta, ocasionada pelo maior contato entre esses povos, porém o contrário também se faz verdadeiro, verificando aqui a influência do processo de urbanização na cultura Terena.

Em relação à assistência médica e ao embate da medicina tradicional com as terapêuticas atuais, fica claro que mesmo com o esclarecimento e novas metodologias de ensino na medicina a respeito do tema, ainda há desalinhamentos em ambos os lados, verificada pela necessidade dos indígenas em ocultar do médico e da equipe de saúde a utilização das plantas medicinais como medida terapêutica.

Ainda, existem estudos que verificam a eficácia de algumas das ervas citadas, suas interações com medicamentos e possível toxicidade associada (NICOLETTI et al, 2007). Além disso, verifica-se a presença de Instrução Normativa Brasileira que estabelece a relação dos medicamentos e produtos fitoterápicos (BRASIL, 2014) e do Formulário de Fitoterápicos da Farmacopéia Brasileira (BRASIL, 2011) que oficializa as formulações e suas formas de manipulação.

Com isso, verifica-se que existe base científica para alguma das plantas citadas, como é o caso do Boldo, Marcela, Guaco, Laranjeira e Eucalipto e normalização do uso dessas, levando à equipe de saúde a obtenção de maior segurança na conduta de seus pacientes indígenas.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se, assim, que os laços familiares e culturais da etnia Terena estão ameaçados devido à globalização crescente, fatores ambientais, sociais e culturais, porém percebe-se grande interesse pelos jovens em obter conhecimentos de seus ancestrais. Isso comprova que além dos mecanismos já citados de ameaça, existem aspectos intrínsecos à própria aldeia no âmbito da comunicação jovem-idoso.

Foram obtidos conhecimentos para a academia sobre as plantas medicinais mais utilizadas, como utilizá-las e por qual motivo, desde as mais manuseadas as menos, sem realizar julgamentos prévios ou posteriores à pesquisa científica na literatura.

Fica evidente, tanto para o pesquisador, quanto para os idosos e jovens indígenas, a importância de ser realizado este resgate constantemente, acarretando em maior vínculo familiar e maior pertencimento social. No meio médico, é necessário que ocorra desmistificação e compreensão da importância daquele ato para o indígena, evitando desconforto, interrupções de tratamentos e evasão de assistência médica.

O projeto contribuiu para que outras pesquisas na área possam ser desenvolvidas, como o estudo das plantas coletadas, verificando seu potencial de ação detalhadamente.

REFERÊNCIAS

APYKÁ, Luan Elísio; PACHECO, Dhevan. Ywyrá Rogwé / Ywyrá Rapó - Folhas e Raízes, **Comissão Pró-Índio de São Paulo**, 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria. LADEIRA, Maria Elisa. A história do povo Terena. Brasília: [Ministério da Educação], 2000.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Formulário de Fitoterápicos da Farmacopéia Brasileira / Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa**, 2011. 126p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos**. Brasília, 2009.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos**

Indígenas. 2ª edição. Brasília: [Ministério da Saúde]. Fundação Nacional de Saúde, 2002. p. 40.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa, nº02, de 13 de maio de 2014. Publica a “Lista de medicamentos fitoterápicos de registro simplificado” e a “Lista de produtos tradicionais fitoterápicos de registro simplificado”. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 90, p. 58, 14 maio 2014.

COAN, Cherlei Marcia; MATIAS, Terezinha. A utilização das plantas medicinais pela comunidade indígena de Ventarra Alta-RS. **SaBios-Revista de Saúde e Biologia**, v. 9, n.1, p. 11-19, 2014.

GEERTZ, Clifford. The interpretation of cultures, **Basic Books Classics Series, Basic Books**, 1973.

LANGDON, Esther Jean; WIJK Flávio Braune. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 18, n. 3, p. 459-466, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlae/a/5RwbrHQkrZ4X7KxNrhvwjTB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 maio 2021.

MENEZES, Ana Luisa Teixeira de; FONTELES FILHO, José Mendes. Plantas medicinais indígenas: usos-saberes-sentidos. **IPECE**. Fortaleza, 2011.

NICOLETTI, Maria Aparecida et al. PRINCIPAIS INTERAÇÕES NO USO DE MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS. **Infarma - Ciências Farmacêuticas**, [S.l.], v. 19, n. 1/2, p. 32-40, jan. 2013. ISSN 2318-9312. Disponível em: <<http://www.revistas.cff.org.br/?journal=infarma&page=article&op=view&path%5B%5D=22&path%5B%5D=210>>. Acesso em: 26 maio 2021.

PRÉ-ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA E O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

SILVA JÚNIOR, M. A. da ¹; MARGOTTI, E. ²

¹ Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal do Pará. E-mail: xmarcojunior@icloud.com; ² Doutora em Pediatria e Saúde da Criança. Professora do Departamento de Pediatria da Universidade Federal do Pará. Coordenadora do Projeto de Extensão Adolescentes com bebida alcoólica não combinam. E-mail: edficher@ufpa.br.

Artigo submetido em maio de 2020 - DOI 10.32356/exta.v21.n1.44015

RESUMO

A adolescência é marcada pela curiosidade, e os adolescentes têm fácil acesso às bebidas alcoólicas, isso tem trazido preocupações, não só aos responsáveis. Este artigo objetiva relatar a experiência vivenciada por acadêmicos de enfermagem, em uma ação realizada com uma turma do 5º ano de uma escola pública de Belém, para conhecer o número de pré-adolescentes que já consumiram algum tipo de bebida alcoólica. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado junto ao projeto de extensão Adolescentes com Bebida Alcoólica Não Combinam. A coleta de dados foi realizada no segundo semestre

de 2019, através da observação, de roda de conversa e uma enquete. Estiveram presentes 25 alunos. Destes, 15 meninos e 10 meninas, com idades entre 9 e 12 anos. Após apresentação, os alunos expuseram suas experiências, dúvidas e curiosidades acerca do tema, gerando dados importantes, como: dos 25 alunos, 12 já haviam consumido bebidas alcoólicas, o consumo de cerveja foi relatado pela maioria. Concluiu-se que vivências como esta permitem que acadêmicos possam observar tais aspectos, intervir e causar impactos positivos em suas condutas como futuros profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescente. Promoção da Saúde. Consumo de Álcool por Menores.

PRE-ADOLESCENTS FROM A PUBLIC SCHOOL AND THE CONSUMPTION OF ALCOHOLIC BEVERAGES: EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT

Adolescence is marked by curiosity, and adolescents have easy access to alcoholic beverages, this has brought concerns, not only to those responsible. This article aims to report the experience lived by dressmaking academics, in an action carried out with a 5 year old class from a public school in Belém, to get to know the number of pre-adolescents who have already consumed some type of alcoholic beverage. This is a descriptive study, of the type of experience report, carried out in conjunction with the extension project Adolescents with Alcohol Does Not Combine. Data collection was carried out in the second half of

2019, through observation, a conversation circle and a survey. 25 students were present. Of these, 15 boys and 10 girls, aged 9 to 12 years. After the presentation, the students exposed their experiences, doubts and curiosities about the theme, generating important data, such as: of the 25 students, 12 had already consumed alcoholic beverages, beer consumption was among the majority. It was concluded that experiences like this, allow academics to observe such aspects, intervene and cause positive impacts on their behavior as future professionals.

KEYWORDS: Adolescent. Health Promotion. Alcohol Consumption by Minors.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e define a adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos e é caracterizada por mudanças físicas, psicológicas e ambientais que, atreladas ao contexto em

que se é vivido, tornam a essa idade um período delicado (BRASIL, 1990).

A busca por novas experiências e curiosidade por diferentes sensações tornam o álcool uma das maiores preocupações dos pais e responsáveis pelos adolescentes, visto que no Brasil a bebida alcoólica é comum em festividades, eventos artísticos e culturais, sendo de fácil acesso por ter sua venda nos mais diversos lugares e valores baixos (NEVES; TEIXEIRA; FERREIRA, 2015).

Mesmo que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), faça lembrar que a lei deva ser cumprida pelos órgãos responsáveis e que a venda e oferecimento de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, é crime sob pena de até 4 anos de detenção ao vendedor, ainda assim, nota-se um número considerável de crianças e adolescentes que já tiveram contato com a substância, de acordo com os dados epidemiológicos do Ministério da Saúde, a bebida alcoólica ocupa uma posição de consumo preocupante dentre a faixa etária de 9 a 18 anos, fazendo com que se torne um problema de saúde pública (BRASIL, 2018).

Reconhecendo os riscos da exposição precoce, as diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens propõe medidas de controle, como, por exemplo, incentivos aos governos estaduais a acatarem estratégias de restrição ao acesso de bebidas alcoólicas, e também, a promoção campanhas e ações educativas integradas com outras políticas públicas para sensibilizar e conscientizar a população sobre a temática (BRASIL, 2010).

Além de a adolescência ser uma fase conflituosa, por ser um período de construção de identidade, podemos considerar, como fatores, o contexto social, cultural e até mesmo econômico para a iniciação precoce do uso álcool, a mídia também é um forte fator, devido à numerosa divulgação comercial existente hoje, contribuindo na formação de hábitos e do estímulo ao consumo (NEVES; TEIXEIRA; FERREIRA, 2015).

O uso do álcool está associado aos momentos de lazer, que é um gatilho para que o adolescente busque experimentar. Destaca-se também a convivência, onde adolescentes que já fizeram o uso de álcool influenciam outros a também iniciar tal prática buscando aprovação no meio social onde está inserido (NEVES; TEIXEIRA; FERREIRA, 2015).

Além dos aspectos sociais, estudo retrata que o consumo de bebida alcoólica foi analisado como preditor para o envolvimento em situações de violência na adolescência, condutas de risco no trânsito, entre outras situações de risco, já que sob efeito de bebidas

alcoólicas, deixa os adolescentes suscetíveis à perderem o senso crítico, o que impulsiona esses comportamentos de risco (CARVALHO et al., 2017).

A escola é um ambiente onde o adolescente permanece boa parte de seu dia, em média 5 horas diárias. O sistema escolar inclui um dos melhores ambientes para o desenvolvimento do conhecimento e da aprendizagem, por estar repleto de diferentes regras, costumes, culturas, disciplinas e interação contínua tanto aluno-aluno quanto aluno-educador. E é no ambiente escolar que se deve inserir programas e projetos de intervenção ao consumo de bebidas alcoólicas por pré-adolescentes.

O consumo precoce de bebidas alcoólicas por pré-adolescentes vem se tornando um problema de saúde pública, acarretando problemas familiares, de violência sexual e doméstica, acidentes automobilísticos, além de problemas na escola e de aprendizagem. Essas demandas nos levaram à seguinte questão norteadora: “Qual é o número de pré-adolescentes em situação de vulnerabilidade que já consumiram bebidas alcoólicas?”.

Para responder este questionamento, este artigo objetiva relatar a experiência vivenciada por acadêmicos de enfermagem, em uma ação realizada com uma turma de uma escola pública, para conhecer o número de pré-adolescentes que já consumiram algum tipo de bebida alcoólica.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, vivenciado por acadêmicos de enfermagem da faculdade de enfermagem da Universidade Federal do Pará-UFPA, na realização do projeto de extensão. Esse método foi escolhido por se tratar de uma ferramenta descritiva, que gera uma reflexão sobre ações que estiveram presentes em uma situação vivenciada no âmbito profissional (LEITE et al., 2014).

A ação foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Josino Viana, no bairro da Pedreira em Belém do Pará, no mês de Novembro de 2019.

A população foram os alunos matriculados no 5º ano do ensino fundamental da escola municipal e a amostra foi composta por 25 alunos, entre a faixa etária de 9 a 12 anos de idade.

O relato de experiência surgiu da vivência de alunos do 8º e 9º períodos da faculdade de enfermagem da Universidade Federal do Pará, na realização do projeto de extensão intitulado “Adolescentes com Bebida Alcoólica não Combinam”, que tem o objetivo de

realizar ação Anti-Álcool, conscientizando crianças e jovens em escolas públicas municipais e estaduais, no bairro da Pedreira, na capital Belém do Pará, sobre os malefícios causados pelo consumo de bebidas alcoólicas. O projeto faz parte do edital Eixo Transversal 2019, da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará.

Através do diálogo entre os acadêmicos e a coordenação da escola, foi possível identificar uma turma de alunos, em específico, com maior incidência de problemas familiares com relação ao consumo de bebidas alcoólicas. Foi realizada uma ação para a turma citada, com o tema “Diga não às bebidas alcoólicas”.

Para a realização desta atividade foram formuladas estratégias para obter a atenção dos pré-adolescentes, tais como o uso de brincadeiras. O uso da metodologia lúdica é importante, pois estabelece uma comunicação simples, objetiva e clara para com crianças e adolescentes.

O momento da ação dividiu-se em três etapas. Na primeira, houve uma conversa muito informal entre os acadêmicos de enfermagem (quatro acadêmicos realizaram a atividade) com os pré-adolescentes, a fim de fazer a apresentação dos acadêmicos e do projeto, fazer o acolhimento, criar um vínculo inicial e conhecer as concepções prévias dos alunos acerca do tema. Os acadêmicos de enfermagem exerceram o papel de moderadores nessa roda de conversa.

Na segunda etapa, realizou-se uma brincadeira de apresentação da turma, para “quebrar o gelo”, a brincadeira tratava de escrever ou desenhar características pessoais em um papel e colocar dentro de um balão e encher. Após, os balões foram misturados e cada um pegou um novo balão, o objetivo era descobrir, através das características descritas no papel, quem eram os seus amigos, deixamos disponível um acadêmico voluntário do projeto para ajudar quem tinha dificuldade em escrever e ler, pois foi observado que entre os alunos havia pré-adolescentes que não sabiam ou tinham dificuldades para ler e escrever.

A terceira etapa foi a realização da coleta de informações, onde as crianças em uma roda de conversa responderam a algumas perguntas, falaram sobre seus conhecimentos, medos, dúvidas e suas experiências acerca do consumo de bebidas alcoólicas. Nessa etapa foi realizada uma enquete, com perguntas objetivas sobre o consumo de bebidas alcoólicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

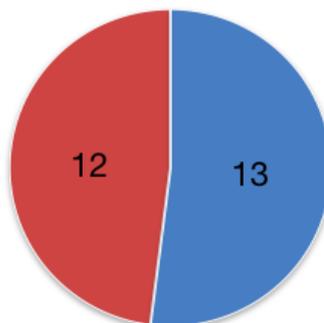
Na ação com a turma do 5º ano estiveram presentes 25 alunos. Destes, 15

foram meninos (61,5 %) e 10 foram meninas (38,5%). As idades variaram entre 9 e 12 anos, sendo: dois alunos com 9 anos (7,7%), quatorze alunos com 10 anos (53,9%), oito alunos com 11 anos (30,7%) e um com 12 anos (7,7%). Dentre o total de alunos, 12 (46,2%) afirmaram que já tiveram pelo menos um contato com bebida alcoólica (**Figura 1**).

Esses dados vão ao encontro aos achados em outros trabalhos; como o realizado em Uberlândia com estudantes de 13 a 17 anos de idade, onde a idade do primeiro consumo foi entre os 10 e 13 anos de idade (REIS e OLIVEIRA, 2015), na pesquisa com 16.608 alunos do ensino fundamental e médio de todo o país, mostrou que 61,4% já tinham experimentado algum tipo de bebida alcoólica, esse estudo também mostrou que 50,6% tiveram a experiência antes dos 13 anos de idade (MACHADO et al., 2018), no trabalho feito em 26 capitais brasileiras e do Distrito Federal com 14.180 estudantes do 9º ano do ensino fundamental, a prevalência para a experimentação de algum tipo de bebida alcoólica foi de 57,17%, e essa prevalência aumentava conforme o avançar da idade (FREITAS, 2019).

Figura 1– Demonstrativo do número de alunos do 5º ano que consumiram algum tipo de bebida alcoólica. Belém/PA-Brasil (2019).

● Nunca teve contato com bebida alcóolica
● Já teve contato com pelo menos um tipo de bebida alcóolica



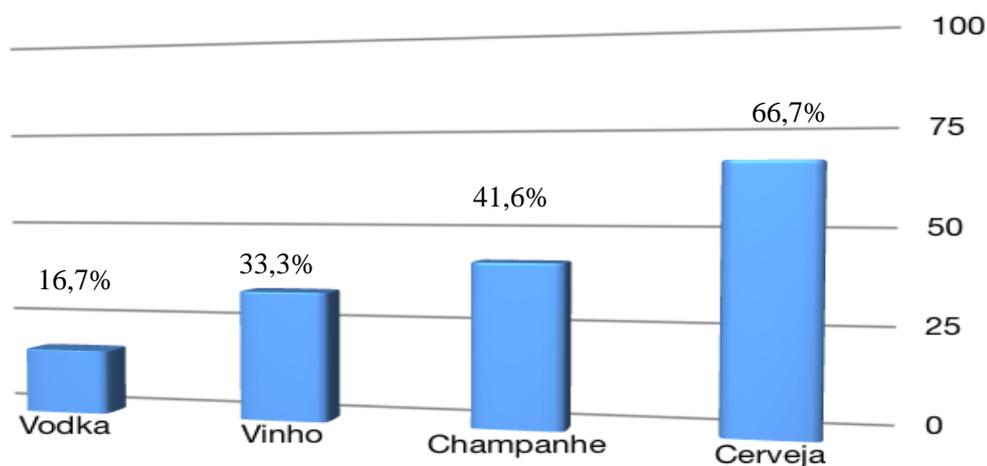
Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Dentre os doze alunos que tiveram contato com ao menos um tipo de bebida alcoólica, 8 foram com cerveja, desses 2 foram com cerveja, espumante (conhecido popularmente pelos pré-adolescentes como Champanhe) e vinho; 1 foi com cerveja e espumante e 1 foi com cerveja e vinho. O consumo de apenas espumante foi de 2 alunos. O consumo de apenas o vinho foi de 1 aluno e 2 alunos consumiram a vodka.

A maior prevalência foi de cerveja (66,7%), seguido do espumante (41,6%), vinho (33,3%) e menor número a vodka (16,7%) (**Gráfico 1**).

Esses dados não refletem os resultados encontrados em Uberlândia MG (REIS e OLIVEIRA, 2016), onde dos 638 alunos, o contato com destilados foi de 65,4%, seguido do vinho com 48,4% e a cerveja de 46,05 % (REIS e OLIVEIRA, 2015) e do trabalho feito em Joinville-SC, com adolescentes de 15 a 18 anos, onde a Vodka foi mais consumida (54%), seguida pela cerveja (27%) (FRANZENES, 2018). Isso também pode ser pelo motivo de no nosso trabalho as crianças serem menores com relação às idades das crianças dos dois trabalhos citados, sugerindo que o acesso aos destilados seja mais difícil para as crianças menores de 13 anos de idade, quando comparados a idades maiores e a facilidade em se conseguir comprar as bebidas sem que lhes pedissem algum documento de identificação (REIS e OLIVEIRA, 2015).

Gráfico 1– Demonstrativo da porcentagem de alunos do 5º ano que consumiram vodka, vinho, espumante (Conhecido popularmente pelos pré-adolescentes como Champanhe) e Cerveja. Belém/PA-Brasil (2019).



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Os adolescentes citaram nomes comerciais de cervejas, algumas populares e outras não tão comuns, e também citaram nomes de vodkas. Isso nos chamou atenção devido ao conhecimento referente às marcas comerciais não serem tão populares. Inclusive uma dupla de meninas relataram que a experiência com a "Roskoff" teria sido juntas e em uma festa, e

descreveram o sabor como sendo de cereja: “um doce que se tornava ardente”. Quando se trata da importância do consumo de bebidas alcoólicas com consciência, segundo os resultados obtidos no trabalho de Franzener et al.(2018), a opinião dos adolescentes foi de que mesmo achando que a festa fica mais animada quando há consumo de bebidas alcoólicas, 7% consideravam importante consumir bebidas alcoólicas de maneira consciente.

A turma de alunos que afirmaram já ter tido contato com álcool, discutiam seus sabores com propriedade e não tiveram receio em contar a situação em que estavam quando beberam.

Dos adolescentes pesquisados, 64% consideram ser importante o consumo consciente de bebidas alcoólicas, 29% considera importante para que se evite diversos acontecimentos (FRANZENER et al., 2018). Isso coincide com nossos achados; os adolescentes mostraram uma grande curiosidade, não somente sobre o gosto da bebida, mas também do que ela pode ocasionar. Os adolescentes afirmaram saber que não deveriam ingerir bebidas alcoólicas, questionaram sobre quais os malefícios do consumo. Muitos já faziam ideia dos efeitos da bebida devido às situações dentro de casa, onde foi exposto momentos em que a criança presenciou o pai apresentando vômitos e enjoos. Para Reis E Oliveira (2015), o uso de álcool na vida do adolescente associa-se ao ambiente familiar, geralmente conflituoso e ao consumo alcoólico pelos pais.

Na coleta de dados foi percebido que a maioria dos alunos da turma tiveram seu primeiro contato com algum tipo de bebida alcoólica devido a curiosidade. O que chama atenção é o acesso que eles afirmam não ter sido difícil. Na própria residência é possível provar do que os pais possuem guardados, ou então em alguma festa, encontro com os amigos. Trabalhos indicam que quanto menor a supervisão dos pais, maior a prevalência do uso de bebidas alcoólicas pelos adolescentes (MACHADO et al., 2018).

Ficou claro para a maioria dos alunos que já consumiram bebida alcoólica que o consumo, principalmente de forma exagerada, aumenta o envolvimento dos adolescentes em acidentes e brigas, assim como também os deixam mais vulneráveis a diversos tipos de violência. Assim como para Laranjeiras e Hinkly (2002), o álcool contribui para a violência e para a queda no desenvolvimento escolar, e o consumo antes da idade de 16 anos aumenta significativamente o risco para o consumo excessivo do álcool na idade adulta.

Observou-se uma certa carência de informação, de conhecimento e uma grande falta

de escuta por parte dos adultos que estão em contato com os pré-adolescentes.

As principais limitações deste estudo relacionam-se, sobretudo, pelo fato de se tratar de uma pequena enquete, que não permite estabelecer relações causa-efeito e, da amostra ser muito pequena, não permitindo generalização dos resultados.

Seria útil, no sentido de aprofundar o conhecimento obtido por este estudo, a realização de investigação de abordagem qualitativa, que permitisse identificar as razões que levam os adolescentes a um envolvimento com o álcool e uma abordagem quantitativa, que identificasse as variáveis preditoras e de risco, a relação causa efeito e as variáveis associadas ao evento.

4 CONCLUSÃO

Concluimos que dos doze alunos, quase metade dos pré-adolescentes que frequentam o 5º ano do ensino fundamental da escola pública do bairro de Belém já consumiram algum tipo de bebida alcoólica, na faixa etária de 9 a 12 anos de idade.

Isso nos leva a crer que é de suma importância levar assuntos sobre consumo de bebidas alcoólicas aos adolescentes nas escolas. Pontos importantes sobre saúde estão fora da grade curricular, e o ambiente diferente criado em ações utilizando o lúdico tornam assuntos de difícil abordagem em assuntos interessantes e de melhor compreensão dos alunos.

É relevante trabalhar as consequências das bebidas alcoólicas com crianças e pré-adolescentes, visto que muitos não compreendem que é uma droga lícita muito comum, onde muitas vezes a própria casa é onde eles têm seu primeiro contato.

Os resultados deste pequeno estudo chamam a atenção para as altas prevalências em relação ao fenômeno “consumo de bebida alcoólica entre pré-adolescentes”. Deve-se ter um olhar mais apurado para com a atenção a esses pré-adolescentes. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de desenvolvimento de intervenções voltadas às práticas de cuidado para essa população específica, diminuindo os impactos negativos de suas condutas e diminuindo o desenvolvimento de comorbidades no futuro.

FINANCIAMENTOS

O projeto intitulado Adolescentes e bebida alcoólica não combinam, contou com o apoio da Pró-reitora de Extensão –PROEX, da Universidade Federal do Pará- UFPA em

forma de bolsa, no Edital PROEX Nº 06/2019, Programa Eixo Transversal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. **Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde.** Brasília: Ministério da Saúde; 2010. (Série A, Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde.** Saúde Brasil 2017 : uma análise da situação de saúde e os desafios para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018. 426 p. : il.

CARVALHO, A.P. et al. Consumo de álcool e violência física entre adolescentes: quem é o preditor?. **Ciênc. saúde coletiva**. Vol.22, no.12.Rio de Janeiro.dez.2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021204013&lng=pt&tlng=pt> acesso em 29 mar. 2018.

FRANZENER, J. et al. Perfil nutricional e frequência do consumo de bebidas alcoólicas entre jogadores adolescentes de voleibol da cidade de Joinville-SC. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo. v. 12. n. 72. p.555-562. Jul./Ago. 2018. ISSN 1981-9927. FREITAS, E.A.O.; MARTINS, M.S.A.S.; ESPINOSA, M.M.E. Experimentação do álcool e tabaco entre adolescentes da região Centro-Oeste/Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, 24(4): 1347-1357,2019.

LARANJEIRAS, R.; HINKLY, D. Avaliação da densidade de pontos de vendas de álcool e sua relação com a violência. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n.4 p. 455-456, ago 2002.

LEITE C.T. et al. Prática de educação em saúde percebida por escolares. **Cogitare Enfermagem**. v. 19, n. 1, p. 13-19, 2014.

MACHADO, Í.E. et al. Supervisão dos pais e o consumo de álcool por adolescentes brasileiros: análise dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2015. **Rev Bras Epidemiol**. 2018; 21(SUPPL 1): E180005.supl.1

NEVES, K.C.; TEIXEIRA, M.L. O.; FERREIRA, M.A. Fatores e motivação para o consumo

de bebidas alcoólicas na adolescência. **Escola Anna Nery, v.19, n.2,p. 286-291, 2015.**

REIS, T.G.; OLIVEIRA L.C.M. Padrão de consumo de álcool e fatores associados entre adolescentes estudantes de escolas públicas em município do interior brasileiro. **Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 18, n. 1, p. 13-24, 2015.**

TELENURSING PARA MONITORAMENTO DAS CONSEQUÊNCIAS DO USO DE QUIMIOTERAPIA ANTINEOPLÁSICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

SOUZA, G. L. ¹; COSTA, V. A. ²; LIMA, D. R. ³; LIMA, M. V. ⁴; ALENCAR, M. M. S. C. ⁵ & RODRIGUES, A. B. ⁶

¹Bolsista de iniciação científica e graduanda pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: gabrielalacerda2411@gmail.com; ²Bolsista de iniciação científica e graduanda pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: vaneessa_costa@hotmail.com; ³Bolsista de iniciação científica e graduanda pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: davilarodri12@gmail.com; ⁴Graduanda pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: marilia.vidal@aluno.uece.br; ⁵Enfermeira graduada pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: mayaraalencar76@gmail.com; ⁶Enfermeira, Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de São Paulo (USP), Especialista em Enfermagem oncológica, Professora do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará, Coordenadora do projeto de extensão Liga Acadêmica de Oncologia. E-mail: andreabrodrigues@gmail.com.

Artigo submetido em maio de 2020 - DOI 10.32356/exta.v21.n1.43981

RESUMO

Objetiva-se relatar a experiência da implementação de telenursing a pacientes sob quimioterapia antineoplásica ambulatorial. Relato de experiência sobre a implementação de intervenções de enfermagem para manejo de efeitos colaterais da quimioterapia antineoplásica mediante telenursing. Participaram cerca de dez acadêmicos de enfermagem e, até o momento, dez pacientes compuseram o público alvo. Os pacientes foram avaliados através do Quality of Life Questionnaire Core-30 da European Organization for Research and Treatment of Cancer, instrumento validado para avaliação de qualidade de vida e sintomas e do Inventário de Ansiedade Traço-

Estado. As intervenções embasaram-se em algoritmos de intervenção construídos previamente por meio de revisão integrativa de literatura, seguindo o método da prática baseada em evidência. Os participantes apresentaram ótima aceitação das orientações fornecidas e houve retorno positivo das enfermeiras atuantes no ambulatório acerca do procedimento adotado pelos acadêmicos para acompanhamento dos pacientes. Para os acadêmicos, significou desenvolvimento de instrumentos básicos da profissão, como comunicação, criatividade e uso do método científico, essenciais à prática clínica.

PALAVRAS-CHAVE: Oncologia. Telenfermagem. Quimioterapia. Assistência ambulatorial.

TELENURSING FOR MONITORING THE CONSEQUENCES OF THE USE OF ANTINEOPLASTIC CHEMOTHERAPY: EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT

The objective is to report the experience of implementing telenursing to patients undergoing outpatient antineoplastic chemotherapy. Experience report on the implementation of nursing interventions to manage side effects of antineoplastic chemotherapy using telenursing. About ten nursing students participated and, so far, ten patients were part of the target audience. Patients were assessed using the Quality of Life Questionnaire Core-30 from the European Organization for Research and Treatment of Cancer, a validated instrument for assessing quality of life and symptoms and the State-Trait Anxiety

Inventory. The interventions were based on intervention algorithms previously constructed through an integrative literature review, following the evidence-based practice method. The participants showed excellent acceptance of the guidelines provided and there was a positive feedback from nurses working in the outpatient clinic regarding the procedure adopted by the students for monitoring patients. For academics, it meant the development of basic instruments of the profession, such as communication, creativity and the use of the scientific method, which are essential to clinical practice.

KEYWORDS: Oncology. Telenursing. Chemotherapy. Outpatient assistance.

1 INTRODUÇÃO

A quimioterapia antineoplásica (QTA) é uma das modalidades terapêuticas utilizadas no tratamento contra o câncer, com finalidade curativa, que tem como objetivo destruição total do tumor, ou paliativa, visando à melhora da qualidade de vida do paciente, quando a cura não é mais possível (SOUZA *et al.*, 2019).

Em geral, antineoplásicos agem de forma inespecífica, exercendo efeitos em células cancerígenas e células sadias. (SILVA *et al.*, 2019). Assim, pacientes submetidos à QTA estão sujeitos a diversos efeitos colaterais (EC), como mielossupressão, mucosite, diarreia, náusea, vômito e inapetência (MANSANO- SCHLOSSER; CEOLIM, 2012). De acordo com BABA *et al.* (2016), entre esses efeitos causados pela QTA, náuseas e vômitos costumam ser os mais desagradáveis e frequentes, sendo referenciados por 70 a 80% dos pacientes. Esses sintomas podem desencadear ansiedade e distúrbios do sono (MANSANO- SCHLOSSER; CEOLIM, 2012).

A QTA em regime ambulatorial ganhou espaço como estratégia para tornar o tratamento mais eficiente e econômico, além de aumentar a qualidade de vida dos pacientes. Contudo, é imprescindível o gerenciamento e controle de EC que podem se manifestar em domicílio, ocasionando o aumento da utilização dos serviços de saúde e da morbimortalidade (MORETTO; CONTIM; SANTO, 2019). Assim, é imprescindível o conhecimento, por parte dos pacientes, para prevenir, detectar e amenizar os efeitos colaterais. À equipe de enfermagem cabe o ensino e o aconselhamento desses indivíduos. Segundo Cruz, Ferreira e Reis (2014), consultas de enfermagem contínuas permitem verificar se as informações fornecidas foram assimiladas.

Entre as tecnologias de cuidado, tem-se a intervenção telefônica como forma de auxiliar a assistência de saúde, medir e melhorar a aderência a algum tratamento, consultar a situação de saúde do paciente, aplicar intervenções e esclarecer dúvidas acerca de determinada doença, sintoma ou tratamento, com bons resultados (FERNANDES; REIS; TORRES, 2016; NHAVOTO; GRÖNLUND; KLEIN, 2017). A *Nursing Interventions Classifications* (NIC) define o *telenursing* como “o fornecimento de resultados de exames ou avaliação da resposta do paciente e determinação do potencial para problemas como resultado de tratamento, exame ou testes anteriores, pelo telefone” (BULECHEK *et al.*, 2016). Observa-se que o contato telefônico para acompanhamento do paciente durante o tratamento antineoplásico também

propicia maior vínculo (FERREIRA *et al.*, 2017).

Alguns estudos têm utilizado o contato telefônico, seja por ligações ou mensagens de texto, como forma de auxiliar a assistência de saúde. Dentre estes, destacam-se ensaios clínicos acerca da promoção do autocuidado de pacientes com diabetes, esclarecimento de dúvidas e prosseguimento ao tratamento para HIV e tuberculose, avaliação do impacto de ligações na persistência e aderência à insulino terapia de pacientes com diabetes mellitus tipo 2 e aderência de pacientes à medicação para hipertensão (FERNANDES; REIS; TORRES, 2016; NHAVOTO; GRÖNLUND; KLEIN, 2017, YAVUZ *et al.*, 2016). Entretanto, ainda são escassas as publicações na literatura brasileira sobre o uso dessa tecnologia no controle de sintomas, especificamente, na área da oncologia.

A extensão universitária permite que os acadêmicos tenham experiências significativas ao interagir com os demais setores da sociedade, despertando neles um pensamento crítico (FERNANDES *et al.*, 2012). Dessa forma, os serviços de saúde que recebem os estudantes, são fundamentais para a formação profissional, ao promover a integração ensino-serviço-comunidade (MATTOSINHO *et al.*, 2010). Assim, a questão norteadora levantada é: “A realização de telenursing por acadêmicos para monitoramento dos efeitos colaterais da quimioterapia antineoplásica é uma experiência relevante na formação acadêmica?”

Considerando a inserção dos acadêmicos do projeto de extensão Liga Acadêmica de Oncologia (LAON) em um ambulatório de quimioterapia antineoplásica de um Hospital Universitário e a escassez de estudos que abordam a experiência, desafios e competências desenvolvidas na utilização do *telenursing* enquanto intervenção na perspectiva dos profissionais e acadêmicos de enfermagem, o presente estudo objetiva relatar a experiência de implementação do *telenursing* a pacientes oncológicos.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência realizado pela LAON, em 2019. Relatos de experiência consistem em metodologias de observação sistemática da realidade sem o objetivo de testar hipóteses (DYNIEWICZ, 2009).

Foi utilizado o referencial de Cristofolletti e Serafim (2020) que identifica nove dimensões metodológicas e analíticas da extensão universitária, envolvendo: 1. quem faz a extensão, 2. a quem se destina a atividade, 3. quais atividades materializam a extensão e

como ela se institucionaliza na universidade, 4. os objetivos da extensão e porque se faz a mesma, 5. que tipo de conhecimento é construído, e como isso é realizado (metodologias utilizadas), 6. quais os impactos, "produtos" e benefícios das atividades para a comunidade externa e para a universidade, 7. como as atividades são legitimadas socialmente e dentro da universidade, 8. função social e compromisso social da universidade, e 9. inserção contextual e histórica da experiência extensionista.

Inicialmente, foi feita uma revisão integrativa (RI) da literatura para a confecção de algoritmos de intervenção. A RI teve como critérios de inclusão: estudos identificados nas bases de dados MEDLINE, CINAHL, LILACS e SCOPUS, publicados no período compreendido nos últimos cinco anos. Ainda como critérios de inclusão, estabeleceu-se: descritores pertencentes aos Descritores em Ciências da Saúde (DECS) e *Medical Subject Headings* (MESH) “efeitos colaterais” e “quimioterapia”, com o uso do booleano AND, além de sites das associações científicas *Oncology Nursing Society* (ONS) e *American Society of Clinical Oncology* (ASCO), reconhecidamente relevantes na área de Oncologia. Os seguintes algoritmos foram construídos: intervenções para náuseas e vômitos, mucosite oral, mielodepressão, inapetência, constipação, ansiedade, entre outros. O conteúdo desta revisão foi criticamente revisado por três enfermeiras oncologistas identificadas na Plataforma Lattes do CNPq. Os algoritmos foram compostos por: **informação** sobre determinado efeito colateral, **questionamento** (possui ou não o determinado EC?), **orientações para manejo** em caso positivo e **orientação para comunicação**, caso venha a apresentar o EC.

Com vistas a padronizar as ações, os alunos integrantes do projeto LAON receberam um treinamento de 10 horas com a coordenadora do projeto, enfermeira e especialista em Oncologia. O projeto iniciou em março de 2019, operacionalizado da seguinte forma: o acadêmico consultava a equipe da unidade, que indicava pacientes, que em caso de aceite, eram abordados pelos acadêmicos do projeto de extensão. Eram incluídos pacientes com idade igual ou superior a 18 anos de idade, com cânceres sólidos, no primeiro ou segundo ciclo de quimioterapia. Ademais, o paciente deveria possuir escore igual ou maior que 60% na Escala de Karnofsky, escala que avalia a capacidade para auto cuidado.

De acordo com o protocolo quimioterápico, o paciente era orientado sobre a prevenção e manejo dos efeitos que poderia apresentar. As informações eram reforçadas através de ligações telefônicas após 24 horas, 3 dias, 7 dias e 14 dias do tratamento. Até o momento

da escrita do artigo, haviam participado do projeto 10 pacientes, acompanhados por ligações que duravam, em média, 10 minutos.

As intervenções orientadas aos pacientes serão apresentadas por categorias. Categoria 1 – Náusea e Vômito: chupe gelo, picolés de frutas, ou água de coco em pequenos goles, em temperatura fria ou ambiente; evite refrigerante, café, água com gás; ingira pela manhã alimentos secos e frutas não ácidas; prepare um chá com gotas de limão; evite laticínios e alimentos apimentados, doces, gordurosos ou com odor forte; se possível, durante a quimioterapia, não cozinhar. Categoria 2 – Inapetência: determine o período do dia que sente maior apetite e coma nesses momentos; mantenha seus alimentos favoritos a mão para lanches; se tem mudanças no gosto, como um gosto metálico na boca, tente chupar balas de menta ou limão, antes da refeição. Categoria 3 – Diarreia: Beba quantidades maiores de líquidos. Categoria 4 – Constipação: caso tenha necessidade de uso de medicações opioides, como morfina, converse com seu médico; coma mais fibra ou tome suplementos de fibras, a depender da recomendação médica.

Foram utilizados três instrumentos: um formulário de dados sociodemográfico e clínico, o Inventário de Ansiedade Traço-Estado (IDATE), traduzido e adaptado para o Brasil por Biaggio e colaboradores (1977), e o *Quality of Life Questionnaire Core-30 da European Organization for Research and Treatment of Cancer (QLQ-C30)*, validado no Brasil por Pais-Ribeiro, Santos (2008) para avaliação dos sintomas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Revisão Integrativa da literatura realizada para o desenvolvimento dos algoritmos de intervenção permitiu a aquisição e fortalecimento de conhecimentos relacionados aos manejos não farmacológicos para os diversos efeitos colaterais da quimioterapia antineoplásica, além do desenvolvimento da habilidade de planejar a assistência de enfermagem através das evidências científicas disponíveis.

Nesse contexto, ao momento inicial da intervenção, o paciente era escolhido de acordo com os critérios de inclusão pré-estabelecidos e para isso os pesquisadores contaram com o auxílio dos enfermeiros do setor, que possuíam maior vínculo com os pacientes. Além do fato de os investigadores não fazerem parte do quadro de funcionários deste local, entre as dificuldades pode-se elencar o número reduzido de pacientes passíveis de participação.

A segunda parte tratava-se do consentimento e coleta dos dados. A duração desse processo foi um dos entraves da pesquisa, tendo em vista que após ser criada uma rotina pelos pesquisadores houveram muitas repetições de pacientes. Não obstante, por conta da QTA, alguns pacientes encontravam-se fragilizados e indisponíveis para participação, o que prolongou a coleta de dados.

Por fim, foram realizadas orientações via ligação telefônica. Muitos pacientes residiam em áreas rurais, que pouco tinham cobertura telefônica, e muitas das ligações não foram atendidas, o que impediu a conclusão do protocolo de intervenção com alguns. Outra questão a se pontuar era a duração das chamadas e a presença de ruídos na comunicação.

Para os alunos envolvidos na implementação do telenursing, a experiência significou o desenvolvimento de habilidades como a comunicação, criatividade, observação, o método científico, planejamento e a avaliação, essenciais ao enfermeiro, segundo Camacho e Joaquim (2017). Houve, também, o fortalecimento dos conhecimentos teóricos acerca da QTA, seus efeitos colaterais e das estratégias de manejo dos mesmos.

As duas primeiras dimensões metodológicas e analíticas das atividades extensionistas, como propostas por Cristofolletti e Serafim (2020) referem-se aos atores envolvidos nas ações, considerando aqueles internos à universidade e os grupos e segmentos sociais visados.

Tais dimensões também podem ser adaptadas a indicadores, permitindo a avaliação da ação, conforme abordado na dimensão 6, implicando diferença na realidade de grupos participantes com a aplicação da atividade extensionista (CRISTOFOLETTI, SERAFIM; 2020). Nessa perspectiva, a ação de extensão analisada cumpriu sua função, pois, mediante a aplicação do instrumento IDATE verificou-se que os pacientes apresentavam ansiedade na primeira e segunda abordagens telefônicas, a qual ia se dissipando no decorrer das quatro ligações. Houve também redução da inapetência e da NVIQ no decorrer do período das ligações. Esses resultados encontrados corroboram com ensaio clínico randomizado realizado com pacientes em QTA onde houve redução da ocorrência de NVIQ (FRANÇA *et al.*, 2019). Verifica-se que o resultado da mensuração de efeitos colaterais da QTA corroborou com a percepção dos acadêmicos acerca dos resultados esperados.

A Política Nacional de Humanização (PNH) possui algumas diretrizes, entre elas, a clínica ampliada, que representa uma ferramenta teórica e prática cuja finalidade é contribuir para uma abordagem clínica do adoecimento e do sofrimento. Propõe, para isto, a utilização de

recursos que permitam enriquecimento e qualificação do diálogo (BRASIL, 2007).

4 CONCLUSÃO

Conclui-se, com o presente estudo, que participar de uma atividade de acompanhamento dos pacientes através das ligações, é uma considerável experiência na formação dos graduandos, por sua inovação e aplicabilidade na prática do cotidiano. Nessa perspectiva, a ação de extensão cumpriu seu papel enquanto processo de troca e diálogo capaz de trazer benefícios para o público alvo, além de contribuir com a comunidade científica e com a Universidade através da integração ensino-pesquisa-extensão.

O estudo teve como limitação a dificuldade de conseguir contato telefônico com alguns pacientes do interior devido à ausência de internet. Recomenda-se o desenvolvimento de novos estudos com população de pacientes oncológicos e de novas atividades de extensão para essa população.

REFERÊNCIAS

- BABA, Y. *et al.* Chemotherapy-induced nausea and vomiting is less controlled at delayed phase in patients with esophageal cancer: a prospective registration study by the cinv study group of Japan: a prospective registration study by the CINV Study Group of Japan. **Diseases of The Esophagus**, [s.l.], v. 30, n. 2, p. 1-7, mar. 2016. Disponível em: <<https://academic.oup.com/dote/article/30/2/1/2725538>>. Acesso em: 25 abr. 2020.
- BIAGGIO, A., NATALÍCIO, L. F., SPIELBERGER, C. D. Desenvolvimento da Forma Experimental em Português do IDATE. **Arq Bras Psicol Apl.** 1977.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização (PNH): documento base para gestores e trabalhadores do SUS.** 4.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.
- BULECHEK, G. M. *et al.* **NIC: classificação das intervenções de enfermagem.** 6. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2016.
- CAMACHO, A. C. L. F; JOAQUIM, F. L. Reflexões à luz de Wanda Horta sobre os instrumentos básicos de enfermagem. **Rev Enferm UFPE [on-line]**, Rio de Janeiro, v.11(Supl. 12), p. 5432 – 5438, Dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/23292/25512>>. Acesso em: 25 abr. 2020.
- CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, e90670, 2020. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362020000100603&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 de mar. 2020.

CRUZ, F. O. A. M.; FERREIRA, E. B.; REIS, P. E. D. Consulta de enfermagem via telefone: Relato dos pacientes submetidos à quimioterapia antineoplásica. **R. Enferm. Cent. O. Min**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 1090-1099, maio/ago, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/639/743>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

DYNIEWICZ, A. M. **Metodologia da Pesquisa em Saúde para Iniciantes**. 3ª ed São Caetano do Sul: Difusão Editora; 2009.

FERNANDES, B. S. M.; REIS, I. A.; TORRES, H. C. Avaliação da intervenção telefônica na promoção do autocuidado em diabetes: ensaio clínico randomizado. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.24, e2719, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010411692016000100396&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 de nov. de 2019.

FERNANDES, M. C. *et al.* Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 169-194, Dec. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010246982012000400007>. Acesso em: 08 nov. de 2019.

FERREIRA, E.B *et al.* Contato telefônico como estratégia para a promoção de conforto ao paciente submetido à quimioterapia. **Rev enferm UFPE on line**, Recife, vol. 11, n. 5, p. 1936-42, maio, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/23343/18950>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

FRANÇA, A. C. *et al.* Telenursing for the control of chemotherapy-induced nausea and vomiting: a randomized clinical trial. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 28, p.100-101, 09 dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072019000100400>. Acesso em: 08 nov. 2019.

MANSANO-SCHLOSSER, T.C.; CEOLIM, M.F. Fatores associados à qualidade do sono de idosos submetidos à quimioterapia. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Campinas, v.20, n.6, nov.-dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v20n6/pt_12.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2019.

MATTOSINHO, M. M. S. *et al.* Mundo do trabalho: alguns aspectos vivenciados pelos profissionais recém-formados em enfermagem. **Revista Acta Paul Enferm**, Florianópolis, v. 23, n. 4, p. 466-71, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321002010000400004>.

Acesso em: 10 nov. 2019.

MORETTO, I.G.; CONTIM, C.L.V.; SANTO, F.H. E. Acompanhamento por telefone como intervenção de enfermagem a pacientes em quimioterapia ambulatorial: revisão integrativa. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 40, e-20190039, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472019000100507#:~:text=Com%20base%20neste%20estudo%2C%20a,%C3%A0%20sa%C3%BAde%20e%20capacidade%20de>. Acesso em: 10 nov. 2019.

NEUFELD, C.B; MOREIRA, C.A.M; XAVIER, G.S. Terapia Cognitivo-Comportamental em Grupos de Emagrecimento: O Relato de Uma Experiência. **Psico.**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, pp. 93-100, jan./mar. 2012. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11103>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

NHAVOTO, J.A.; GRÖNLUND, Å.; KLEIN, G.O. Mobile health treatment support intervention for HIV and tuberculosis in Mozambique: Perspectives of patients and healthcare workers. **PLoS One**, Barcelona, v.12, n.4, e.0176051, 2017. Disponível em: <<https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0176051>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PAIS-RIBEIRO, J.; PINTO, C.; SANTOS, C. Validation study of the portuguese version of the qlc-c30-v.3. **Psicologia, saúde & doenças**, Lisboa, v.9, n.1, p.89-102, 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/362/36290108.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

SILVA, L. C. A. *et al.* Abordagem Educativa ao Paciente Oncológico: Estratégias para Orientação acerca do Tratamento Quimioterápico. **Revista Brasileira de Cancerologia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 1, p. e-06305, 19 jun. 2019. Disponível em: <<https://rbc.inca.gov.br/revista/index.php/revista/article/view/305>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

SOUZA, F. S. L. *et al.* Cuidados de enfermagem ao paciente oncológico em tratamento quimioterápico ambulatorial. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [s.l.], n. 31, p. e838, 7 out. 2019. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/838>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

YAVUZ, D.G. *et al.* Impact of telephonic interviews on persistence and daily adherence to insulin treatment in insulin-naive type 2 diabetes patients: dropout study. **Dovepress Patient Prefer Adherence**, v.10, p.851–861, 2016. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4876103/>>. Acesso em: 13 jun. 2021.